

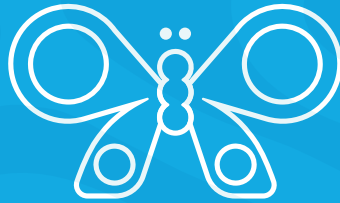
DOSSIÊ

assassinatos e violências
contra travestis e transexuais
brasileiras em 2024



Bruna G. Benevides

Brasil - 2025



ANTRA

Associação Nacional de
Travestis e Transexuais

DOSSIÊ

assassinatos e violências
contra travestis e transexuais
brasileiras em 2024

Bruna G. Benevides

***"Existe um genocídio de corpos trans
que pode ser visto a olho nu
e eu sei que você vê..."***

Esteban Rodrigues¹

¹ Homem trans, negro, mestrando em literatura, história e crítica na UFPR. Frase utilizada em ação de lambes da Coletiva feminista "Papel Mulher" no mês da visibilidade trans.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B465d Benevides, Bruna G.

Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

144 f.

ISBN: 978-65-986036-1-8

1. Direitos e liberdades fundamentais. 2. LGBTQIAP+. 3. Estatística. 4. Metodologia de pesquisa. 5. Transfobia. 6. Travestis. 7. Transexualidade. 8. Mortes violentas. 9. Necro-Trans-Política. 10. Direitos Humanos. I. Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. II. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

CDU 342.722(81)

CDD 342.81023

Bibliotecário Marcos Felipe Gonçalves Maia, PhD
CRB-2 / 1.445

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento, é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do/a/e autor/a/e (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal da República Federativa do Brasil.

Distribuição Gratuita – Venda Proibida

Coordenação, Pesquisa e Análise

Bruna Benevides – Presidenta da ANTRA

Investigação, sistematização e catalogação dos dados

Alexandre Bogas Fraga Gastaldi - Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC)

Ciro Henrique Santos da Silva - Graduando em Direito (UPE)

Inaê label Barbosa - Doutorande em Ciências Sociais (UNICAMP)

Pietra Fraga do Prado - Graduada em Psicologia (UFSCar)

Fontes Complementares de Informações/Colaboradores

Acontece Arte e Política LGBTI+

Associação Nordestina LGBTI+ - ANLGBT/CE

Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade – GOLD/ES

Associação Cearense de Diversidade e Inclusão - ACEDI

Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão

Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil

Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (FORUMTTRJ)

Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS)

Apoio Acadêmico

Pró-reitoria de ações afirmativas e equidade da UFPR

Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTI + da UFMG

Pró-reitoria de assuntos estudantis e ações afirmativas da UFRRJ

Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (UNIFESP)

Revisão textual

Douglas Roberto Knupp Sanque

Diagramação e design

Raykka Rica – Designer

Apoio a diagramação, publicação e distribuição

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

Associação Brasileira de ONGs (ABONG)

Distrito Drag

Apoio Institucional

Global Funding for Women

Transgender Europe (TGEU)

Frente Nacional TransPolítica

Clínica Jurídica LGBTQIA+ do SDD/UFF

Observatório de Sexualidade e Política (SPW)

Conselho Regional de Psicologia do DF (CRP-DF)

Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos

Rede Nacional de Operadores de Segurança LGBTQIA+ (RENOSP-LGBTQIA+)

A RESISTÊNCIA TRANS DIANTE DAS TENTATIVAS DE ERRADICAÇÃO

Somos vistas como "perigosas" por lutar pela garantia de direitos econômicos, civis, sociais, políticos e jurídicos, bem como pelo tratamento digno e civilizado às pessoas trans.

O Brasil e o mundo vivem uma era de intensas disputas sobre direitos humanos, em que a população trans e travesti se encontra no centro de um projeto político, jurídico, social e econômico que visa erradicar sua existência da vida pública. E, no momento atual, esse projeto é marcado pela proliferação de leis e políticas que, em vez de promover a inclusão e a dignidade, buscam criminalizar, marginalizar, silenciar e apagar as vivências trans. No entanto, contra todas as previsões e manobras institucionais, a comunidade trans brasileira tem se mantido resiliente, organizada e, acima de tudo, resistente.

O avanço de uma agenda antitrans no Brasil, impulsionada por forças políticas conservadoras, reflete o crescimento do bolsonarismo e a consolidação da extrema direita no país e ao redor do mundo. Testemunhamos o mesmo projeto que neste momento está vigente nos EUA com uma enxurrada de projetos de lei antitrans, sob a justificativa de proteger a "moral e os bons costumes" ou "os direitos das mulheres e meninas", e que na verdade visam restringir direitos fundamentais das pessoas trans. Essas propostas, muitas vezes disfarçadas de preocupações com a infância, educação ou esportes, atacam diretamente a dignidade e o direito à existência da comunidade trans.

Entre as medidas mais emblemáticas dessa agenda, estão as leis que proíbem a chamada linguagem neutra em ambientes públicos, a exclusão de atletas trans de competições esportivas e a restrição ao uso de banheiros conforme a identidade de gênero. Essas leis, que supostamente pretendem proteger a sociedade de uma "ameaça trans"², utilizam o que temos chamado de *weaponization de gênero*³, e perpetuam diversas formas de violência e exclusão, além de violações de direitos humanos, em um contexto em que a constituição federal proíba a existência de leis que neguem direitos, assim como a própria discriminação de qualquer natureza. Ao mesmo tempo, há uma ofensiva jurídica contra o direito de crianças e jovens trans acessarem cuidados de saúde seguros e regulamentados. A mensagem que está posta é bem direta: as pessoas trans não são bem-vindas e, se possível, devem ser erradicadas do espaço

² A ameaça trans. (Dossiê ANTRA, 2023, pág 89) <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>

³ Weaponization do gênero. (Dossiê ANTRA, 2024, pág 77.) <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>

público. A criação de um ambiente social hostil e violento reforça esses ideais, que, quando não incitam diretamente a violência, acabam por empurrar muitos ao autoextermínio. Afinal, quem conseguiria viver em uma sociedade onde sua própria existência é vista como uma ameaça?

Entretanto, o que essas forças reacionárias não previram foi a capacidade de organização e mobilização da própria comunidade trans. Em meio a um cenário adverso que data desde Xica Manicongo⁴, com violência crescente e uma tentativa sistemática de apagamento, pessoas trans têm ocupado espaços de poder e liderança de maneira nunca antes vista. Seja através de mandatos legislativos, de coletivos de resistência ou de ocupações em áreas estratégicas do debate público, a comunidade trans tem mostrado que não apenas existe, mas também resiste e avança.

A resistência trans é uma força que se ergueu através dos tempos, enfrentando séculos de perseguição e violência. Embora isso não seja novidade para quem conhece a história da luta trans, é evidente que, nos dias atuais, as pessoas trans foram convertidas no alvo prioritário de um projeto político desenhado para atacar as democracias e minar direitos de grupos historicamente marginalizados. Essa estratégia é uma continuação de táticas opressoras que já conhecemos bem. Sobrevivemos à inquisição, à criminalização de nossas existências e à patologização de nossas identidades. Resistimos às operações policiais que nos caçavam no Brasil e às perseguições nazistas que tentaram nos apagar.

Nossa resistência não nasceu de espaços de privilégio. Para muitas, a atuação compulsória na prostituição, imposta pela falta de oportunidades de trabalho, foi nossa maior trincheira. A rua se tornou um campo de batalha e, ao mesmo tempo, um lugar de construção de poder. Foi na esquina que as Traviarcas, as pioneiras da nossa luta, criaram as bases para que as futuras gerações pudessem sonhar com um futuro diferente.

A eleição de parlamentares trans para cargos importantes, o protagonismo de ativistas e pesquisadores em espaços acadêmicos e políticos e a visibilidade de lideranças trans no Brasil e no exterior são nossas maiores respostas frente à transfobia, e se consolidam cada vez mais como provas de que, por mais forte que seja a tentativa de apagamento, a resistência é ainda mais vigorosa. Ao longo dos últimos anos, figuras trans têm desafiado as estruturas conservadoras, denunciando as violências institucionais e propondo políticas públicas que efetivamente atendam às necessidades de uma população historicamente marginalizada.

Um exemplo dessa força é o avanço das cotas trans em universidades, medida que busca reparar anos de perseguições, exclusão e discriminação. Esse tipo de política afirmativa, impulsionada pelo ativismo trans, tem sido uma ferramenta crucial na luta pela equidade e inclusão. Além disso, as paradas LGBTQIA+, eventos culturais e manifestações de rua como as marchas trans e a própria Marsha Nacional pela Visibilidade Trans⁵, que aconteceu em Brasília no início de 2024, tornaram-se espaços de reafirmação das identidades trans e de resistência contra o cissexismo institucionalizado.

4 Xica Manicongo e a inquisição que parece não ter fim. <https://catarininas.info/colunas/xica-manicongo-e-a-inquisicao-que-parece-nao-ter-fim/>

5 Marsha Trans BR. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/luta-pela-visibilidade-trans-reune-ativistas-em-brasilia>

É importante notar que, apesar da tentativa de setores conservadores de barrar o progresso trans, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem atuado como um importante guardião de direitos, derrubando diversas leis inconstitucionais, como a proibição da linguagem neutra em Rondônia⁶ ou a instalação de banheiros multigênero em Santo André⁷. Essa atuação reforça que, mesmo com as adversidades, o Brasil ainda conta com instituições que reconhecem e defendem a dignidade e os direitos das pessoas trans.

O projeto de erradicação da população trans no Brasil tem falhado porque, mesmo diante de um cenário marcado por ataques e retrocessos, a comunidade trans está organizada, consciente e fortalecida em mais de 30 anos de luta, que marcam a própria história da ANTRA. E ao ocupar espaços de decisão e poder, ao fazer ecoar suas vozes nas arenas políticas e jurídicas e ao conquistar direitos, pessoas trans demonstram que sua existência é inegociável. Mais do que nunca, a luta por uma sociedade verdadeiramente humana não pode abrir mão das pessoas trans – elas são, e sempre serão, protagonistas de suas próprias histórias de resistência e vitória.

Neste contexto, a mensagem que a comunidade trans brasileira envia ao mundo é: não seremos apagadas. A resistência é nossa arma mais poderosa, e cada conquista é um passo rumo a um futuro onde viver com dignidade não seja um privilégio, mas um direito de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

Nossa existência é resistência, e resistiremos hoje, assim como resistimos no passado, com a certeza de que nossa luta é justa e necessária para a construção de um futuro onde ser trans não seja um ato de coragem, mas um direito fundamental.

BRUNA BENEVIDES
Presidenta da ANTRA

⁶ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=502208&ori=1>

⁷ <https://www.migalhas.com.br/quentes/422800/tj-sp-inconstitucional-lei-municipal-que-proibe-banheiros-multigenero>

RESUMO

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apresenta a 8ª edição do "Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras", com dados atualizados de 2024 sobre a violência contra pessoas trans no Brasil. Este documento traz uma análise detalhada e aprofundada do contexto político e social que agrava o estado de exceção enfrentado por essa população.

Apesar de uma redução de 16% nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação ao ano anterior, o cenário permanece adverso, sem políticas públicas efetivas para combater essa violência. Isso se torna evidente ao observar que, mesmo com a diminuição nos dados registrados pela pesquisa, o Brasil segue, pelo 16º ano consecutivo, como o país que mais assassina pessoas trans no mundo. A vítima mais jovem tinha apenas 15 anos, e o perfil das vítimas permanece alarmante: majoritariamente jovens trans negras, empobrecidas, nordestinas e assassinadas em espaços públicos, com requintes de crueldade.

A política estatal que perpetua a subnotificação sistemática e os desafios no monitoramento de casos de violência LGBTfóbica continuam a representar obstáculos significativos. O estado tem falhado em promover melhorias significativas na vida das pessoas trans, evidenciando que a transfobia continua a violar os direitos fundamentais à vida e à liberdade, especialmente entre jovens trans. Essa violência é fomentada por projetos políticos nos quais a extrema-direita protagoniza ataques contra pessoas trans, ganhando força com “novos agentes” das políticas antitrans e transexcludentes.

Está cada vez mais evidente que o cenário de ataques contra os direitos trans coloca em risco mulheres cisgêneras, que seguem sendo vítimas de violência de gênero, enfrentando desafios semelhantes aos vivenciados pelas pessoas trans frente a patrulha de gênero imposta por agentes políticos que elegeram pessoas trans como inimigas prioritárias.

Este dossiê, portanto, é um manifesto de memória e resistência que reforça a urgência de ações concretas para garantir direitos e combater as diversas formas de violência que afetam as pessoas trans e travestis.

SUMÁRIO

PARTE I – INTRODUÇÃO E CONTEXTO EM 2024

1. Desvelando um cenário alarmante que requer atenção urgente.....	15
1.1 Um projeto de exclusão no mandato antitrans da ONU	33
1.2 Intensificam-se as tentativas de descrédito ao trabalho de pesquisa da ANTRA	41
2. A pesquisa	47
2.1 Objetivos	49
2.2 O uso de dados da imprensa em pesquisas não são uma novidade	51
2.3 Metodologia.....	54
A busca por informações em mecanismos de pesquisa na internet.....	56
B) Não há um padrão da publicação das notícias.....	57
C) Principais desafios enfrentados para a realização da pesquisa.....	60

PARTE II – ASSASSINATOS, MORTES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

3. Assassinatos em 2024	62
3.1 Evolução dos casos mês a mês	64
3.2 Assassinatos por estado	65
A) Os dez estados que mais assassinaram pessoas trans entre 2017 e 2024	67
3.3. Assassinatos por região	67
3.4 Perfil das vítimas.....	68
A) Idade	68
B) Classe e Contexto social.....	73
C) Raça e Etnia.....	75
D) Gênero e Identidade de Gênero.....	76
4. Elementos comuns.....	79
5. Identidade de gênero das vítimas na mídia.....	81

6. Tipos de assassinatos	83
6.1 Ferramentas empregadas e métodos utilizados	83
6.2 Crimes de ódio contra o gênero e a identidade de gênero das pessoas trans	85
6.3 Local dos assassinatos	89
7. Homicídio tentado (Tentativas de homicídio)	90
8. Reflexões sobre morte autoprovocada e violações de direitos humanos	92
9. Dados internacionais: o país do Transfeminicídio	97

PARTE III – RECOMENDAÇÕES E ARTIGOS

10. Recomendações	99
10.1 Recomendações gerais	99
10.2 Para a segurança pública e justiça	102
10.3 Recomendações ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	103
11. Artigos	105
11.1 Um olhar sobre o feminicídio e a necessidade do reconhecimento legal frente ao assassinato de travestis e mulheres trans	105
11.2 Outros agentes da luta antitrans e a mobilização de mulheres cisgêneras pela institucionalização da transfobia	117
A) MATRIA: análise de um projeto de litigância predatória antitrans	123
11.3 Um olhar sobre Transfobia Ambiental a partir da tragédia no Rio Grande do Sul	135
A) Reunião de acolhimento das vítimas da tragédia no Rio Grande do Sul	136
B) I Seminário Nacional sobre Transfobia Ambiental	141
C) G20 Social destaca vulnerabilidade da população trans em desastres ambientais	142

PARTE I

INTRODUÇÃO E CONTEXTO EM 2024

*O estado de exceção tá vivo e pulsando no bojo da experiência trans.
A democracia, para nós, continua em crise. (Caia Coelho)*

Em 2024, como já era previsível, testemunhamos o agravamento das perseguições contra os direitos e as existências trans. Os fenômenos que identificamos e evidenciamos anualmente nesta pesquisa seguem ocorrendo de maneira sistemática, expondo a repetição de uma trágica realidade. Apesar do cansaço, continuamos a registrar esses padrões, mesmo diante da escassez de respostas efetivas. As práticas, discursos e ações antitrans mantêm um padrão constante, consolidando um cenário de violência que, há anos, deixou de ser uma novidade para se tornar protagonista diante da inércia de diversos setores da sociedade. Antes do golpe de 2016 e da ascensão do bolsonarismo, o Brasil já era reconhecido como o país que mais assassinava pessoas trans e onde essas já enfrentavam uma baixa estimativa de vida, devido às dificuldades de acesso a saúde, educação e ao mercado formal de trabalho.

E mesmo que tenhamos visto alguns avanços, muitos de amplo conhecimento público, nos últimos anos temos refletido sobre o fato de que aqueles que têm acesso a este dossiê possuem plena consciência da gravidade dos fatos apresentados. Estão cientes das dinâmicas envolvidas, do perfil das vítimas — sua idade, raça e gênero —, dos métodos cruéis empregados, bem como da abjeção e do ódio que permeiam os casos. Além disso, conhecem as diversas recomendações formuladas por especialistas para enfrentar essa problemática. Além disso, estão familiarizados com as inúmeras recomendações elaboradas por especialistas para enfrentar essa problemática. Ano após ano, esse panorama é exposto de maneira detalhada e sem filtros, revelando um acúmulo significativo de informações e dados que poderiam ser utilizados para promover ações concretas e soluções efetivas. Contudo, persistimos diante de um paradoxo cruel: **enquanto a produção de informações, estudos e análises sobre as violências e assassinatos de pessoas trans avança, os compromissos e ações efetivas para garantir sua proteção, direitos e, acima de tudo, suas vidas, permanecem ausentes.**

E temos nos perguntado qual o sentido de pesquisas e elaborações complexas neste momento, se as ações necessárias não acompanham o ritmo da urgência? E o resultado dessa omissão é um cenário agravado por movimentos e agentes, que historicamente direcionaram suas narrativas contra minorias sexuais, mas que agora focam a comunidade trans como seu principal alvo, atraindo “novos” agentes como aliados, fortalecendo as trincheiras do ódio, abraçando crenças e atividades que humilham, assediam e inspiram violência com base em traços de identidade.

E parte de ideologias defendidas por CISativistas⁸ essencialistas pós-fascistas⁹, na busca por capturar, limitar e definir o que é uma mulher, colocando em risco toda e qualquer mulheridade não hegemônica e que não se parece com aquela essencializada ou defendida por esses grupos. Uma mentira amplamente difundida e que ganha força junto a esses ataques é a ideia de que defender os direitos trans significa alinhar-se contra as mulheres (sic). Na verdade, com base nas evidências, defender os direitos trans é alinhar-se muito mais com as mulheres e contra as estruturas de poder que perpetuam a opressão e as violências de gênero. Essa distorção narrativa serve apenas para desumanizar a comunidade trans e legitimar discursos de ódio.

Discurso de ódio é: Qualquer tipo de comunicação que ataque ou use linguagem discriminatória com referência a uma pessoa ou grupo com base na sua religião, etnia, nacionalidade, raça, cor, descendência, gênero ou outro fator de identificação. (...) O discurso de ódio, principalmente online, busca testar e ampliar os limites da liberdade de expressão. Se não rapidamente confrontada, essa violência se torna uma eficaz e nefasta ferramenta de divisão da sociedade e desestabilização da democracia. (UN Strategy and Plan of Action on Hate Speech)¹⁰

Alguns dos pontos abordados nos ajudarão a identificar a grande teia que pretende jogar luz nas entranhas das políticas e agentes transfóbicos, trazendo reflexões sobre os impactos na luta trans frente ao desfinanciamento crescente e recuos das ações de diversas empresas¹¹, que durante alguns anos tentaram muito mais parecer do que efetivamente ser comprometidas com a dignidade trans.

E isso vem ocorrendo exatamente no momento em que o ecossistema antitrans¹² se fortalece dentro das estruturas da extrema direita global, convidando-nos para refletir sobre o fato de que atuar para enfrentar a agenda antitrans e transexcludente é sobretudo um levante contra a ultradireita. Esse espectro político tem contado com diversas figuras políticas relevantes e tem se tornado cada vez mais nocivo para as democracias e para a defesa dos direitos humanos de grupos como migrantes, indígenas e povos originários, mulheres, pessoas LGBTQIA+, população negra e outros grupos alvos da limpeza étnica promovida por um ideal colonial, que é branco, cis, hetero, sem deficiência, cristão e conservador.

8 Termo usado e amplamente difundido pela ativista Daniela Andrade em seus textos, palestras para se referir a feministas transfóbicas, sejam TERFs ou Radfems, e outros grupos, perfis e agentes que legitimam exclusivamente as identidades cisgêneras enquanto atuam com uma agenda prioritária contra os direitos trans.

9 <https://www.scielo.br/j/cpa/a/g3vbmrtGs8xk5SkvZDt6STx/?lang=pt>

10 <https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/UN%20Strategy%20and%20Plan%20of%20Action%20on%20Hate%20Speech%2018%20June%20SYNOPSIS.pdf>

11 <https://www.instagram.com/p/DEhmvHiOHSw/?igsh=d2VqdW04d2tqjdj1> e <https://www.thepinknews.com/2024/12/24/dei-robby-starbuck-woke-business/>

12 Relatório FRONTEIRAS BORRADAS: Movimentos feministas e de mulheres e política antigênero no Brasil está em vias de ser publicado no Brasil em 2025. O estudo realizado entre a ANTRA, SPW e diversas instituições feministas analisou a composição e dinâmica dessas correntes feministas, examinando, por um lado, a interseção entre elas e o campo feminista mais amplo e, por outro, sua confluência com as forças ultraconservadoras que têm propagado os repertórios da ideologia anti-gênero e antitrans no país.

Os termos "transexcludente" e "antitrans" têm sido amplamente usados nesta pesquisa e possuem diferenças fundamentais em seus significados e implicações. O termo "transexcludente" refere-se a atitudes, ideologias ou práticas que, de forma explícita ou implícita, excluem pessoas trans de determinados espaços, direitos ou narrativas, muitas vezes sob o pretexto de preservar direitos de outros grupos, como mulheres cisgêneras. É uma abordagem que frequentemente se apresenta como neutra ou justificável, mas que na prática reforça a marginalização da população trans. Já o termo "antitrans" vai além da exclusão, envolvendo uma postura ativa (ativista) de oposição aos direitos, à existência e à dignidade das pessoas trans. Trata-se de uma atuação que busca deslegitimar e desumanizar pessoas trans por meio de discursos de ódio, legislações discriminatórias e violência direta, geralmente alinhada a movimentos ultraconservadores. Enquanto o transexcludente pode se camuflar em discursos moderados, o antitrans é mais direto e agressivo em sua retórica e ações.

Ainda nesse contexto, surge a *litigância predatória antitrans* como uma estratégia central, utilizando o sistema jurídico para deslegitimar direitos e avanços conquistados pela população trans. Em paralelo, novas frentes de oposição emergem, com mulheres cis assumindo a dianteira da agenda antitrans ao lado da extrema direita. Esse movimento encontra respaldo na omissão e nos recuos de governos que falham em proteger as pessoas trans, enquanto grupos diversos criam alinhamentos preocupantes entre ideais bolsonaristas e setores do governo Lula.

Contudo, por mais que tenhamos nos mobilizado para ocupar espaços de decisão e poder, a baixa representação política da comunidade tem sido um desafio, limitando a capacidade de influenciar decisões e construir políticas públicas efetivas. Além disso, o fundamentalismo religioso continua a desempenhar um papel crucial na perpetuação de discursos de ódio e na manutenção de estruturas de opressão. Diante desse cenário, a desobediência trans, ao assumir a produção de dados, emerge como uma ferramenta de resistência, evidenciando a violência estrutural e os desafios enfrentados pela população trans. Essa "desobediência trans" é a nossa recusa em depender exclusivamente de instituições ou agentes externos, que muitas vezes ignoram ou distorcem a realidade trans.

Embora não exista uma metodologia fechada, o conjunto de análises aqui apresentado busca compreender o cenário em que essas violências se manifestam e cobrar respostas. Nosso trabalho é sustentado pela crença de que é essencial proteger os direitos humanos e civis de todas as pessoas, especialmente em um contexto onde os ataques à comunidade trans se intensificam.

Este dossiê, portanto, é mais que um registro estatístico ou documental; é um manifesto pela ação. Ele evidencia como movimentos de extrema direita, conservadores, grupos antidireitos e agentes transexcludentes e antitrans têm se reorganizado para atacar os direitos e a dignidade da população trans. É também um convite à mobilização coletiva para enfrentar essas forças desumanizadoras, reafirmando o compromisso de promover um futuro em que todas as pessoas possam viver com segurança, respeito e dignidade. Trata-se de unir esforços na construção de uma sociedade que valorize e celebre a diversidade como alicerce da justiça social.

I. DESVELANDO UM CENÁRIO ALARMANTE QUE REQUER ATENÇÃO URGENTE

A confluência entre os campos em relação aos direitos trans vem crescendo assustadoramente e as fronteiras estão cada vez menores. A transfobia avança como um projeto da extrema direita enquanto a esquerda recua na defesa de nossas vidas.

A cada ano, os desafios de produzir e manter a qualidade desta pesquisa têm se tornado maiores, considerando as diversas dificuldades enfrentadas. Entre essas dificuldades, destaca-se o recuo das empresas¹³ em ações¹⁴ e campanhas, e principalmente em destinar recursos, promover editais e financiar instituições LGBTQIA+ em geral, e, especialmente, o próprio acesso ao financiamento e à filantropia por parte das instituições trans, que sempre enfrentaram muitas barreiras. Em 2024, ficou ainda mais evidente que a maioria das empresas não conta com programas ou políticas pró-LGBTQIA+¹⁵. Isso se torna ainda mais preocupante ao analisarmos os editais voltados para mulheres, a agenda feminista, a luta antirracista, a proteção do meio ambiente e os direitos das pessoas com deficiência, sendo notável que, muitas vezes, as pessoas trans não são contempladas ou incluídas nos projetos e propostas selecionadas.

Por outro lado, observa-se o crescimento constante do financiamento a instituições antitrans. O orçamento de organizações antigênero baseadas nos Estados Unidos, de 2008 a 2017, foi de US\$ 6,2 bilhões. Nesse mesmo período, onze organizações injetaram ao menos US\$ 1 bilhão de financiamento em outros países como parte de suas táticas de mobilização¹⁶. Juntando a receita de apenas três grupos – *Alliance Defending Freedom*, *Focus on the Family* e *The Christian Broadcast Network* –, outro US\$ 1 bilhão foi assegurado em 2021 e 2022. Em contrapartida, durante o mesmo período, apenas 15% do já escasso recurso destinado aos movimentos LGBTQIA+ contemplaram a população trans¹⁷.

Esse cenário de retrocessos em direitos e aumento do desfinanciamento da luta trans compromete significativamente a capacidade de mobilização e resposta frente ao crescente direcionamento de recursos para uma agenda antigênero e antitrans, especialmente em um

13 <https://www.meioemensagem.com.br/marketing/por-que-as-marcas-estao-mais-timidass-nas-acoess-do-mes-do-orgulho-lgbt>

14 <https://www.advocate.com/news/amazon-lgbtq-black-protections-removed>

15 <https://revistaforum.com.br/lgbt/2024/7/16/maioria-das-empresas-brasileiras-no-possui-politicas-pro-lgbt-revela-pesquisa-162213.html>

16 Global Philanthropy Project. (2020). Meet the Moment: A Call for Progressive Philanthropic Response to the Anti-Gender Movement. <https://globalphilanthropyproject.org/2020/11/12/meet-the-moment/>

17 Global Philanthropy Project. (2024). The 2021–2022 Global Resources Report: Government & Philanthropic Support for Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Intersex Communities. https://globalresourcesreport.org/wp-content/uploads/2024/06/GRR_2021-2022_WEB-Spread-Colour_EN.pdf

momento de ascensão da extrema direita. Por exemplo, durante sua campanha de 2024, Donald Trump adotou retórica baseada na promoção do medo contra pessoas trans, com ataques explícitos em quase todas as suas aparições públicas. Foram investidos mais de US\$ 215 milhões em propaganda antitrans na TV americana, de acordo com dados recentes da AdImpact, o que revela um desbalanceamento perigoso que possibilita o alcance de ideais que buscam criminalizar e reverter os direitos trans.

“Atacar nossa comunidade era, sem dúvida, sua prioridade número 1 em anúncios”, escreveu a representante estadual de Montana Zoey Zephyr (D) no X. Alejandra Caraballo, da Harvard Law Cyberlaw Clinic, acrescentou: “São US\$ 134 por pessoa trans em gastos com anúncios antitrans. Dizer que esse ataque à nossa comunidade foi desproporcional é um eufemismo.”¹⁸

Nesse contexto, é importante destacar o papel central do fundamentalismo religioso, que atua como um elo entre os interesses do capital, nos ataques aos direitos das mulheres, e a disseminação do ódio antitrans. Essa articulação contribui diretamente para o aumento das estatísticas de transfeminicídios, tanto consumados quanto tentados.

Embora terapias de conversão ou de reorientação sexual, conhecidas popularmente como “cura gay” ou “cura trans”, sejam proibidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) enquanto prática profissional, o assédio religioso e propagandas que prometem “curar” e “mudar” a orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+ continuam sendo disseminados de forma livre nas plataformas das redes sociais sem qualquer tipo de regulamentação, ante a necessidade de reconhecimento dessas práticas como tortura. Existe hoje nas redes sociais um verdadeiro *lobby pela destransição de gênero e cura gay*, em meio à ascensão conservadora, neopentecostal e das políticas antigênero, que precisa ser investigado com urgência. Forçar a destransição deve ser visto como um dano à saúde coletiva da população trans.

Pessoas cis e trans têm sido suicidadas pelas intensas patrulhas de gênero e pânico antitrans (ANTRA, 2024)¹⁹, impostos pela ideologia antigênero, como uma das vertentes dominantes do fascismo em nossos tempos (Butler, 2021). Inclusive as tentativas de proibir o acesso aos cuidados em saúde para crianças trans, impondo que passem pela puberdade ou vivenciem o gênero designado em contraposição a sua legítima identidade de gênero, devem ser vistas pelo que são: tentativas de cura trans, e imposição da cisgeneridade através de práticas que deveriam ser reconhecidas como tortura. É importante ler e atuar para que sejam aprovados os projetos de lei das deputadas federais Duda Salabert²⁰ e Erika Hilton²¹, que buscam tanto eliminar a prática (prejudicial e não científica) de “conversão sexual e de gênero”, quanto a reconhecer como tortura.

¹⁸ <https://www.thedrum.com/news/2024/11/06/after-donald-trump-s-victory-marketers-weigh-their-role-countering-divisive>

¹⁹ Dossiê ANTRA 2024, p. 88. <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>

²⁰ www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2302415&filename=PL%203627/2023

²¹ www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2345873&filename=PL%205034/2023

Nos últimos anos, temos observado a emergência de novos agentes que, antes, atuavam de forma mais velada ou permaneciam ocultos, mas agora se manifestam abertamente para atacar pessoas trans e promover ideais antitrans nas redes sociais. Essas ações têm se intensificado por meio de alianças cada vez mais explícitas com a extrema direita, consolidando parcerias e frentes de atuação que configuram um verdadeiro lobby antitrans. Isso inclui a formação de células, grupos e mobilizações coletivas que replicam estratégias similares às usadas pelo movimento *redpill*²², estruturando uma espécie de “gabinete de ódio antitrans”. Essa abordagem também já vinha sendo identificada como uma das estratégias de bolsonaristas contra seus opositores.

Muitos desses indivíduos afirmam atuar em nome da “liberdade” de expressão e de ação irrestritas, quando na verdade agem o intuito de limitar a liberdade e negar direitos das pessoas trans, adotando a tática de eleger como escudo uma suposta proteção dos direitos de mulheres e meninas cisgêneras, através de ataques coordenados e intencionais. Esses agentes adotam estratégias como o monitoramento de perfis e redes sociais de pessoas trans e seus aliados, a exposição deliberada do nome de registro inicial de pessoas trans, a negação do direito à autodeterminação de gênero e a defesa de que pessoas trans sejam tratadas conforme o gênero designado ao nascer, em detrimento do gênero vivenciado (*misgendering*). Além disso, promovem a perseguição a estudantes e crianças trans nas escolas, seus familiares e professores que as acolhem, propagando uma agenda antitrans ampliada e sustentada por recursos significativos, que precisam de uma investigação específica e aprofundada sobre suas fontes.

Esses grupos têm mantido verdadeiras conexões transnacionais antitrans (ANTRA, 2024)²³, e circulam entre todos os espectros políticos desde a ultradireita (nacional e internacional), liberais, centro e esquerda, estando inseridos em partidos, coletivos feministas, grupos de pesquisa e outras formas de articulação. Essas pessoas, ainda que sejam uma minoria radicalizada, realmente estão infiltradas entre nós, embora não estejam conosco na defesa dos direitos de todas as mulheres e se oponham à percepção de gênero para política de direitos para mulheres. Têm posições conservadoras sobre justiça reprodutiva e trabalho sexual, e geralmente demonstram uma fixação contra as pessoas trans.

Em algumas cidades do país, pequenos grupos têm tentado bloquear a participação de travestis e mulheres trans nos atos do 8M, mesmo enfrentando resistência no campo feminista. Um exemplo é o movimento discriminatório chamado “8M das mulheres”, criado com o objetivo de atacar feministas e coletivos transinclusivos, desmobilizar o 8M nacional e unificado, além de excluir travestis e mulheres trans, como se isso trouxesse algum benefício para o conjunto das mulheres. Vale destacar que feministas transfóbicas não possuem prestígio ou reconhecimento da legitimidade de suas agendas discriminatórias contra pessoas trans. Isso ocorre porque a transfobia é incompatível com o feminismo interseccional, o feminismo negro e outras vertentes que já compreenderam a importância de uma atuação que reconheça a importância e contribuições transfeministas para a luta feminista.

22 Na internet, especialmente em comunidades cis-masculinas online, o conceito de “redpill” foi apropriado para descrever um suposto “despertar para verdades” que seriam ignoradas ou reprimidas pela sociedade. No entanto, esse termo frequentemente está associado a movimentos misóginos, antifeministas e extremistas, que promovem narrativas problemáticas sobre gênero, poder e relações sociais.

23 Dossiê ANTRA 2024, item 9.1, página 75.

E o que está em jogo, de fato, são as múltiplas investidas que buscam consolidar um verdadeiro “*apartheid de gênero*” antitrans, exatamente como vimos acontecer com mulheres caçadas como bruxas, com pessoas negras no processo de escravização e contra judeus pelo regime nazista, promovendo uma agenda cujo **objetivo principal é erradicar pessoas trans da vida pública**. Para tal, sua atuação foca promover, ampliar e intensificar: a) a desumanização e o isolamento social; b) a criminalização da identidade de gênero e a negação do direito à autodeterminação; c) a segregação de pessoas trans no uso de banheiros, com a defesa de espaços binários baseados exclusivamente no sexo biológico; d) a exclusão de pessoas trans da participação em esportes de acordo com a sua identidade de gênero; e) a restrição ao acesso à saúde transespecífica; f) a obstrução do acesso e da permanência na educação, incluindo a perseguição às cotas para pessoas trans, que têm sido gradativamente implementadas; g) o cerceamento do direito à justiça e à segurança pública, com foco em negar direitos às pessoas trans em privação de liberdade; h) a negação do direito à liberdade, à felicidade, à intimidade e ao pleno exercício da sua cidadania.

Além disso, essa agenda promove uma campanha vil, sustentada por pseudoteorias anticientíficas e negacionistas, direcionadas contra crianças trans e suas famílias, em flagrante oposição a dados, pesquisas e práticas de cuidado estabelecidas ao longo de anos para jovens e crianças trans. E como não podia ficar de fora desse ataque às crianças, a autora de Harry Potter, conhecida por suas posições transfóbicas e ativista contra os direitos trans a nível global, afirmou que “crianças trans não existem” (sic)²⁴, sem qualquer fundamento e de forma facilmente desmontável, que ignora décadas de pesquisas e as experiências vividas por pessoas trans.

Ao passo em que a *tiranía cissexista* avança no campo político antigênero, além de *CIStemáticos* ataques e sua constante presença em eventos antitrans e reuniões de grupos reconhecidamente transexcludentes, Rowling tem se tornado cada vez mais agressiva, chegando ao ponto de se referir a uma jornalista trans como “um homem... fazendo cosplay de mulher²⁵” e até negar o ataque e perseguições contra pessoas trans no durante o regime nazista²⁶. Os impactos de suas declarações têm sido devastadores contra pessoas trans, especialmente no Reino Unido.

Ela inclusive foi uma das que ajudou a impulsionar a campanha difamatória a nível global de ataques antitrans contra a boxeadora Imane Khelif, que “*não apenas demonstrou — mais uma vez — a existência de um ataque sistêmico e coordenado contra a comunidade trans, em especial contra mulheres trans, mas também que as redações continuam sendo cúmplices da violência não apenas contra as populações trans; e contra quem “não cabe” na definição hegemônica, racista, xenófoba e biologicista de ‘mulher’*”, conforme artigo publicado no portal catarinas²⁷.

24 https://x.com/jk_rowling/status/1873086949252293040

25 <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2024/03/07/jk-rowling-e-denunciada-a-policia-por-transfobia-por-apresentadora-no-reino-unido.ghtml>

26 <https://forward.com/culture/592580/j-k-rowling-holocaust-denial-trans/> e https://pt.wikipedia.org/wiki/Institut_f%C3%BCr_Sexualwissenschaft

27 <https://catarinas.info/colunas/desvelando-uma-farsa-10-mil-tweets-transfobia-e-os-perigos-da-patrolha-de-genero/>

(...) formou-se uma grande onda de desinformação e transfobia que rapidamente se espalhou nas redes sociais, alimentada especialmente por figuras como JK Rowling, Agustín Laje, Javier Milei, Nikolas Ferreira e o Elon Musk (dono da rede social X), que recentemente mentiu sobre sua filha trans em um podcast e retirou a proteção contra transfobia na rede e ainda “criminalizou o uso da palavra cisgênero/cis”. Assim como páginas terfs e outros grupos alimentados pela ideologia transexcludente²⁸.

Destaca-se, nessa grande organização antitrans, o uso de **SEO (Search Engine Optimization)**, ou otimização de mecanismos de busca, como ferramenta tanto para monitorar tráfego de informações e ações em prol dos direitos trans, quanto para amplificar o alcance de mensagens e disparos em massa, associando termos específicos a conteúdos transfóbicos e manipulando resultados de busca. Essa estratégia é implementada de forma coordenada, valendo-se de uma combinação de **táticas tecnológicas avançadas e narrativas sofisticadas**, muitas vezes importadas de fóruns, chans e portais alinhados ao discurso TERF (feminismo radical transexcludentes – *trans-exclusionary radical feminism*, no original inglês). Essa abordagem é acompanhada por uma retórica cuidadosamente construída, que aparenta legitimidade, mas se fundamenta em desinformação e preconceito.

O que aparentemente seria uma reação de indignação motivada por transfobia contra uma atleta que foi intencionalmente acusada de ser trans, não foi. Foi um ataque coordenado no X que já vinha sendo construído desde, pelo menos, 27 de julho e continua até hoje com a mesma mensagem de ódio, reproduzida em milhões de contas a nível global. Só o nome de Imane gerou mais de 2,3 milhões de menções no X até a manhã da última sexta-feira (02). Assim começou a se instaurar a mensagem de que Imane, uma mulher cisgênera, seria uma mulher trans que poderia ter matado Carini no ringue. Tudo baseado em sua expressão de gênero, na patrulha de gênero e no pânico antitrans que têm trazido vários problemas a mulheres cis não normativas, lésbicas defem, e outras pessoas fora do padrão de feminilidade tóxica que tem sido defendido como métrica para promover perseguição contra pessoas trans e onde o racismo tem sido um componente presente na maioria dos casos²⁹.

Entre as principais ações já identificadas nesse movimento, estão: i) **Campanhas massivas nas redes sociais**, amplificando narrativas transexcludentes e fomentando o ódio; ii) **Perseguição e ataques organizados a perfis pró-trans**, buscando intimidar e silenciar ativistas e aliados; iii) **Produção e disseminação de materiais e documentos fraudulentos** baseados em informações que necessitam de argumentos válidos, contendo casos duvidosos ou não verificados, replicados por perfis falsos ou anônimos, o que confere uma aparência de volume e respaldo à desinformação; iv) **Diálogos e assessoria a parlamentares de extrema direita**, instrumentalizando a política para consolidar retrocessos legais; v) **Proposição de projetos e leis transfóbicos**, que vêm se espalhando por diversas regiões do país; vi) **Uso de mecanismos avançados de monitoramento e busca**, com o objetivo de rastrear e neutralizar ações de instituições trans; e vii) **Assédio a órgãos governamentais que implementam políticas e direitos para pessoas trans**, para que retrocedam e retirem esses direitos de pauta.

²⁸ Idem item 22.

²⁹ Idem item 22.

E fazem isso lançando mão da disseminação de informações falsas, desinformação e discursos de ódio nas redes sociais, e convertendo os espaços virtuais em locais cada vez mais violentos e inseguros, o que exige urgentemente regulamentação e uma adequação às normas que protegem grupos vulneráveis, como as legislações contra o racismo e a transfobia. Essa combinação de tecnologia, manipulação e discursos excludentes reforça a urgência de desmascarar e confrontar tais estratégias. E temos atuado de forma ativa para denunciar e evidenciar os impactos concretos dessas ações na vida das pessoas trans e expor as intenções regressivas que orientam esse projeto de exclusão e violência institucionalizada.

Esse cenário é alarmante, uma vez que assistimos a um avanço de pautas antifeministas³⁰ e conservadoras, essencialistas e fundamentalistas, alinhadas aos interesses da extrema direita, do patriarcado e do neoliberalismo, que almejam barrar o avanço das pautas progressistas e implementar uma visão de mundo limitada, limitante e retrógrada.

Em meio a todo esse cenário antitrans e transexcludente, é preocupante que o governo o qual nos empenhamos para eleger e no qual depositamos nossa confiança constantemente faça promessas, como quando mencionou a possibilidade de implementar cotas trans ou eliminar o modelo de RG transfóbico proposto pelo governo anterior, anuncie ações e políticas, mas retroceda de forma tão covarde nessas mesmas ações, criando um vácuo que vem sendo ocupado por extremistas antitrans, e que tem tido como consequência o aumento da violência e de violações de direitos humanos como consta nos relatórios do próprio governo, seja pelo SINAN ou Disque 100³¹, pelo fórum brasileiro de segurança pública ou por pesquisas como esta, que já haviam alertado para essa tendência.

Se por um lado temos visto se consolidar um reiterado aumento das violências e de discursos contra pessoas LGBTQIA+, no outro extremo, em meio ao completo silêncio, foram anunciados diversos cortes no orçamento³², que já era insuficiente, inclusive para políticas LGBTQIA+, o que denuncia um cenário ainda mais desafiador: Não existe enfrentamento das desigualdades e da violência sem orçamento.

Ainda em relação ao governo e aos direitos trans, temos um Ministério da Educação que não pauta as urgências de enfrentamento das violências institucionais na educação em relação às pessoas LGBTQIA+, ou medidas de proteção, acesso, permanência e reparação para pessoas trans, e que se absteve de votar na resolução do CNLGBTQIA+ que trata sobre acesso e permanência de pessoas trans na instituições de ensino³³. Um Ministério das Mulheres que usa eufemismos para falar em todas as mulheres, mas não assume abertamente a defesa dos direitos de mulheres negras e trans em espaços públicos e nem as inclui de forma direta em suas

30 <https://caterinas.info/antifeminismo-culpabiliza-mulheres-pela-violencia-e-recompensa-parlamentares-da-extrema-direita/>

31 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/tortura-psi-quica-e-principal-violacao-denunciada-por-pessoas-lgbtqia-aponta-disque-100/>

32 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2024/12/governo-corta-orcamento-para-direitos-de-idosos-e-pessoas-lgbtqia.shtml>

33 A representação do MEC, além de ter tentado retirar pontos da resolução 2/2023 do CNLGTQIA+, atuou para que esta não fosse aprovada. Ao final, se absteve de votar. <https://www.lex.com.br/resolucao-cnlgbtqia-no-2-de-19-de-setembro-de-2023/>

ações e campanhas. Um Ministério da Igualdade Racial que parece ignorar a diversidade sexual e de gênero. Um Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que em sua última campanha do 10 de dezembro de 2024 – Dia internacional dos Direitos Humanos, silenciou as vozes LGBTQIA+³⁴ e que, fora da secretaria LGBTQIA+, atua como se crianças e adolescentes, idosos, defensores de direitos humanos, refugiados, migrantes e pessoas com deficiências fossem todas assexuais ou hétero e cisgêneras. Um Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social que se viu constrangido a ajustar seus cadastros para respeitar o nome social, após a ANTRA organizar representação que gerou uma ação do Ministério Público Federal do Acre (MPF-AC)³⁵. Um Ministério da Saúde que também foi obrigado por decisão judicial do STF a adotar procedimentos previstos na ADPF 787 para assegurar direitos trans³⁶, mas que protelou por mais de um ano e recuou da publicação da portaria que atualiza a política de saúde *transespecífica* no SUS em 2024³⁷, em um contexto onde o estado brasileiro é réu na Corte Interamericana de Direitos humanos por negar o direito à saúde para uma mulher trans³⁸.

A própria ausência e não produção de informações sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ é um problema crônico de LGBTIfobia institucional no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Também o são as violações do direito ao respeito, uso e devida implementação do nome social no gov.br, webus e outros portais governamentais³⁹. Nesse sentido, cada vez mais nos vemos obrigadas a recorrer ao judiciário e às cortes internacionais, em reivindicações que poderiam ser resolvidas pelo Executivo, caso houvesse interesse, compromisso e disponibilidade política. Estes são apenas alguns exemplos que nos ajudam a refletir sobre os intensos desafios que precisamos enfrentar, em um governo que foi incapaz de indicar uma mulher negra para o Supremo Tribunal Federal. E revela que essa situação (de ter que levar a busca por direitos à justiça ante a omissão dos governos) tem nos empurrado para a judicialização de nossos direitos e de nossas vidas. Em vez de avançar, o governo apenas prolonga as violações e evitam um compromisso real com a comunidade trans.

O curioso nisso tudo é que somos instadas a nos manifestar e cobrar, e quando fazemos isso as reações não são correspondentes e tentam fazer parecer que estamos atuando contra o governo. Mas que tipo de aliança esperam de nós, em que não podemos criticar e cobrar melhores condições de vida em um estado de coisas onde nossas vidas não têm sido consideradas como importantes para serem protegidas?

34 https://www.instagram.com/reel/DDawxWxRJOY/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==

35 <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/11/13/cadunico-adota-uso-de-nome-social-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-apos-acao-do-mpf-ac.ghtml>

36 <https://site.mppr.mp.br/direito/Noticia/STF-decide-que-Ministerio-da-Saude-deve-garantir-atendimento-pessoas-trans-em>

37 Embora tenha sido apresentado em duas ocasiões, a portaria do novo programa ainda não havia sido publicada até a finalização dessa pesquisa. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/ministerio-da-saude-apresenta-o-programa-de-atencao-a-saude-da-populacao-trans>

38 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu à Corte Interamericana o Caso 13.021 do Brasil sobre violações aos direitos humanos por recusar cirurgia de afirmação de gênero a uma mulher trans. Ação na qual a ANTRA é co-peticionária. <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/01/28/entenda-por-que-veto-a-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-faz-brasil-responder-por-violacao-de-direitos-humanos-em-corte-internacional.ghtml> e <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/190.asp>

39 <https://www.instagram.com/antra.oficial/p/C2aGiGZOb5Y/>

E aqui faremos um parêntese para afirmar que o movimento trans sempre operou em uma lógica contra-hegemônica, sempre desobedecendo e agindo de forma voraz na defesa dos direitos de nossa comunidade. O que não coloca nossas ações ou as pedagogias das travestilidades⁴⁰ e da desobediência⁴¹ em contraposição ao governo Lula, muito pelo contrário: isso o ajuda a ser cada vez mais alinhado às lutas populares e aos interesses da população, incluindo pessoas trans e travestis. Como nos alerta Marcela Magalhães no X/Twitter⁴²:

“(...) criticar políticas e ações de qualquer governo mesmo de "esquerda" não é, de alguma forma, sinônimo de forma de oposição rasteira. Pelo contrário, o papel histórico da esquerda radical é ser o espinho na carne do reformismo, uma voz que denuncia as concessões feitas ao capital e que insiste, de maneira implacável, na construção de um projeto revolucionário. Qualquer gestão que opera dentro da lógica do capitalismo, deve ser submetida à crítica constante, pois a governança dentro deste sistema significa pactos "inevitáveis" com elites e concessões à burguesia. (...) Se os movimentos populares, sindicatos combativos e as organizações revolucionárias não pressionam, quem o fará? A burguesia? Os mercados financeiros? A conciliação não é um destino inevitável: é uma escolha política. E cabe à esquerda revolucionária expor essa escolha, exigir rupturas e construir uma alternativa que vá além da limitação de administrar as contradições do capitalismo.

Ainda falando das insatisfações de grupos minorizados para afirmar que o que estamos exigindo parte das reais necessidades que não tem sido observadas de maneira comprometida, lideranças indígenas presentes na cerimônia oficial de retorno do manto sagrado ao Museu Nacional fizeram reivindicações e cobranças de forma contundente ao presidente. Yakuy Tupinambá leu um manifesto cobrando mais reação a assassinatos pelo Brasil e à demarcação de terras.

“Temos hoje o pior congresso da história da república, um judiciário egocêntrico e parcial. Um governo (...) enfraquecido, acorrentado às alianças e conchavos para se manter no poder. E ainda uma quantidade considerável de veículos de imprensa que fazem o papel sujo para o sistema dominante. Não respeitam as leis, nem os tratados e convenções internacionais. Vivemos uma democracia distorcida. (...) nos tiraram a nossa autonomia e implantaram um estado egoico com estruturas que oprimem através do medo, aterrorizando-nos para manter a dominação. Mas não pararam por aí, ainda continua em curso o genocídio, o etnocídio, o memoricídio e a negação da nossa existência. O Estado brasileiro através de suas autarquias de governo corrobora com o processo de colonização ainda em curso.” (Indígena Yakuy Tupinambá)⁴³

No final do ano, fomos surpreendidas diante do alinhamento do governo Lula com a agenda bolsonarista anti-mulheres, que fragiliza a proteção de crianças vítimas de violência

40 <https://www.generonumero.media/entrevistas/livro-historia-travestis-brasil/>

41 <https://www.scielo.br/j/cpa/a/t5NWgk4stLvtZhw9tyQfMK/?format=pdf>

42 <https://x.com/MagaMarcela1/status/1870944753946349928>

43 <https://www.youtube.com/watch?v=G5mRbRnnbGg>

sexual. O governo se mobilizou contra a resolução do Conselho Nacional dos direitos das crianças e adolescentes (CONANDA) que orientava ações para ampliar a defesa dessas crianças⁴⁴, assegurando direito ao aborto legal, e outras providências. Vejam bem: estamos falando da proteção de crianças vítimas de estupro! E mesmo assim a resolução teve votos contrários de todos os representantes governamentais do CONANDA, e na sequência seus efeitos foram suspensos por decisão judicial, a pedido de uma das mais atuantes agentes do bolsonarismo contra a proteção de infâncias que foram abusadas sexualmente⁴⁵.

A decisão de um juiz, ao usar argumentos dos representantes do governo Lula para atender à solicitação de uma senadora reacionária, contra uma resolução que garantia atendimento humanizado a crianças e adolescentes vítimas de estupro, é emblemática das contradições presentes no sistema judiciário e político brasileiro. Essa atitude revela uma preocupante instrumentalização de discursos políticos em situações que deveriam priorizar a proteção de direitos humanos. Em vez de assegurar um atendimento digno e respeitoso às vítimas, a decisão reflete um alinhamento com interesses ideológicos que, na prática, deslegitimam as necessidades das populações mais vulneráveis. Essa postura não apenas compromete a justiça, mas também reforça a normalização de uma estrutura de poder que se distancia das reais demandas sociais.⁴⁶

O caso evidencia uma profunda falha institucional que ultrapassa o episódio. Ele expõe a falta de comprometimento tanto do governo quanto do judiciário em atuar com coerência em temas sensíveis, como tem ocorrido em relação à proteção dos direitos trans. O desinteresse em garantir políticas públicas que protejam crianças e adolescentes, assim como pessoas trans, demonstra a fragilidade de um sistema que deveria estar alicerçado na promoção da dignidade humana. Essa conjuntura reforça a urgência de pressionar por mudanças estruturais que garantam decisões judiciais e políticas públicas baseadas na ética, na justiça social e no compromisso com os direitos fundamentais, afastando interesses ideológicos que perpetuam a violência, a negligência e a injustiça. Dias antes, houve intensa mobilização à reação conservadora frente ao anúncio do Programa de Atenção à Saúde da População Trans, deixando incerta a sua implementação.

Assim, qual é a diferença entre o que vivenciam as pessoas trans e as pessoas negras, indígenas, mulheres negras, crianças vítimas de estupros e pessoas empobrecidas que enfrentam diversos genocídios todos os dias neste país? Em termos das violências e violações de direitos humanos, muito pouco, porém está posto que, enquanto as demais vozes têm conquistado espaço e sido ouvidas, algumas agendas continuam marginalizadas, excluídas do projeto de reconstrução do país e da verdadeira democracia, que permanece inalcançada para pessoas trans e travestis.

44 <https://www.terra.com.br/noticias/checamos/resolucao-do-conanda-nao-ampliaria-hipoteses-permitidas-de-aborto-legal,50a2e014fdab9076a7ab3ba37b9440e4rqt1lwr.html>

45 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtm>

46 Em 06/01/2025, a decisão foi derrubada pelo TRF-1. Em 08/01/2025, o governo publicou a resolução no Diário Oficial da União, e ela está em vigor quando da escrita deste relatório.

E, como se não bastasse tudo que vem sendo dito até aqui, é inegável que estamos diante de uma preocupante emergência: a formação de “novas” frentes e coligações antitrans, que, neste momento, ganharam mais reforços a partir da consolidação de grupos de ódio dirigidos por mulheres cis conservadoras, antifemistas pós-fascistas, parlamentares e agentes estatais ligadas a ideais supremacistas, racistas e eugenistas, que se somam às feministas CISativistas transfóbicas autodenominadas feministas radicais já conhecidas. E isso está cada vez evidente mais quando, em publicações de rede social, a maior parte dos comentários de ódio antitrans vem de uma mobilização feita por mulheres cis, seja nos perfis do Ministério das Mulheres, no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, da editora Boitempo, do Portal Catarinas, AzMina, Gênero e Número e de toda e qualquer publicação que traga informações sobre pessoas trans.

O conjunto dessas mulheres cisgêneras transfóbicas⁴⁷, ao se alinharem aos ideais antitrans junto ao patriarcado, não apenas negociam seus próprios interesses, pois, além de colocarem em risco os direitos de todas as mulheres, se engajam em uma campanha antidireitos que visa deslegitimar os direitos trans. Promovendo um discurso errôneo que tenta posicionar as pessoas trans como inimigas de mulheres e crianças cis, esses grupos ignoram uma realidade inegável: os verdadeiros responsáveis pela violência estrutural contra as mulheres são homens cis.

Feministas radicais transexcludentes e outros grupos de mulheres cis antitrans surgem nesse contexto como promotoras de violências simbólicas e psicológicas que produzem impacto material contra pessoas trans, e que acabam afetando também mulheres cisgêneras. Esses grupos adotam o discurso de "vítima" como estratégia para se desresponsabilizar pelos danos que causam, frequentemente acusando de "misoginia" as reações às suas ações violentas. Essa postura não apenas desvirtua o verdadeiro sentido da misoginia, mas também tenta mascarar suas próprias práticas violentas, deslegitimando as denúncias dirigidas contra eles. E ao contribuírem para a produção de violências contra pessoas trans, reforçam uma percepção perigosa de invencibilidade, força e violência que se apresenta como incontrolável e acaba afetando até mesmo aqueles que a produzem. Esse paradoxo evidencia que a violência, ao tentar eliminar o outro, precisa da existência desse outro para reafirmar seu poder e sustentar seu discurso de ódio.

Há ainda outro fator crucial para a compreensão dessas dinâmicas, que é a instituição de uma ofensiva jurídica antidireitos trans, com a criação de instituições. Constituídas exclusivamente para atuar juridicamente contra os direitos trans, defendem que *assegurar esses direitos prejudicaria em alguma medida os direitos de mulheres cisgêneras* (sic). Seu objetivo é atuar através de uma espécie de *advocacy* antitrans ou simplesmente *lobby transfóbico* com o intuito de reformar avanços que têm sido alcançados nos últimos anos em relação à proteção de pessoas trans. Essa estratégia não é muito diferente do que temos visto em relação ao *backlash* masculinista para perseguir e se contrapor a decisões baseadas na Lei Maria da Penha. Nesse caso, a intenção é propor medidas e ações para proteger os direitos de homens cis que *“sofrem injustiças em processos criminais e alegam revisar decisões judiciais com supostos prejuízos ao gênero”* (sic), como informa o grupo que teve sua existência e organização publicado em portal de grande circulação na mídia⁴⁸.

47 <https://x.com/AntraBrasil/status/1804250702988087482>

48 <https://www.metropoles.com/distrito-federal/homens-pela-justica-advogados-formam-grupo-para-defesa-masculina>

A esse fenômeno temos chamado de "litigância predatória antitrans". Ele se constitui como uma prática conduzida por instituições antitrans compostas por mulheres cis⁴⁹, para atuar juridicamente, com ações de advocacy e lobby ferozes contra os direitos trans, alinhadas a uma agenda antigênero, e que se dedica a promover ações abusivas, assédio judicial, litigância de má fé e estratégias com o objetivo de intimidar, deslegitimar ou prejudicar a comunidade trans, atuando contra as decisões e jurisprudências, resoluções, políticas públicas e outras medidas que garantem direitos a essa comunidade. Essa forma de “litigância predatória antitrans”, que está enraizada no cissexismo e na transfobia, também utiliza o mesmo discurso de proteção a mulheres e meninas cis como fachada, para tentar justificar a negação de direitos das pessoas trans, configurando uma flagrante violação dos princípios dos direitos humanos e vai diretamente contra os ideais defendidos pelo movimento trans.

Esse mecanismo opera como uma ferramenta para silenciar vozes trans, desacreditar suas demandas e consolidar um ambiente hostil e inseguro, afetando tanto a comunidade quanto seus aliados. Trata-se de um esforço deliberado para dismantelar conquistas e obstruir avanços nos direitos trans, corroendo sua dignidade e legitimidade. Ao mesmo tempo, essa prática se apresenta como uma forma de violência institucionalizada, destinada a perpetuar a cisgeneridade e a binariedade como normas dominantes, criminalizando identidades trans e reforçando estruturas de exclusão e discriminação.

Esse tipo de lobby não apenas ataca os direitos das pessoas trans, mas também reforça sistemas opressores, perpetuando desigualdades históricas. Seu impacto é evidente nas relações sociais fora da internet, intensificando a polarização, a perseguição e a violência contra grupos vulneráveis, o que agrava a exclusão social, econômica, política e educacional. Aprofunda-se o alinhamento entre narrativas da extrema direita, incels, grupos masculinistas, fundamentalistas neopentecostais e declarações como a da *dignitas infinita*, de 2024, na qual o Vaticano classificou cirurgias de redesignação sexual, aborto, eutanásia e barriga de aluguel como "ameaças graves à dignidade humana". Tudo isso demonstra a convergência de discursos antitrans e antifeministas.

Nesta versão contemporânea do crime de sodomia, o Vaticano coloca pessoas trans como “violações da dignidade humana”, ao lado da proibição do aborto, de crimes graves contra a humanidade e de tragédias como a guerra. Este posicionamento constitui um ataque direto à autonomia corporal e aos direitos humanos. Os impactos das declarações do Vaticano, combinadas à mobilização da extrema direita global e de feministas transfóbicas, são devastadores e contribuem para o aumento do horror vivido pelas pessoas trans. Isso fortalece a manutenção de um sistema de hiper patrulha antitrans, que também afeta negativamente as mulheres cisgêneras. Devemos nos perguntar de onde vem o mito de travesti perigosa, por exemplo. A perseguição enfrentada pelas pessoas trans, especialmente travestis e mulheres trans, teve início no Brasil durante a invasão catequizadora colonial e alcançou níveis extremos nos últimos anos. (Trecho do artigo: Xica Manicongo e a Inquisição que parece não ter fim.)⁵⁰

49 Exemplos como Mátria, Wdi Brasil e Raízes Feministas, embora utilizem abordagens feministas, operam sob a influência do *terfismo* e mantêm relações com diversos grupos antitrans. Essas organizações promovem ações jurídicas e advocacy antitrans, e disseminam um verdadeiro *backlash cissexista*, que se espalha facilmente em suas conexões transfóbicas nas redes sociais.

50 <https://caterinas.info/columas/xica-manicongo-e-a-inquisicao-que-parece-nao-ter-fim/>

Mesmo que muitas leis antitrans, que têm sido aprovadas nos últimos anos, sejam eventualmente barradas pelo Poder Judiciário, o dano já está feito. A violência simbólica e a disseminação de discursos de ódio têm tido efeitos devastadores no dia a dia das pessoas trans e promovido recuos preocupantes por parte da administração pública. Essa realidade aponta a necessidade urgente de o Estado Democrático Brasileiro cumprir com os princípios constitucionais estabelecidos na Constituição de 1988. É fundamental que o governo reconheça as barreiras que impedem a cidadania das pessoas trans e proteja a cidadania de toda e qualquer pessoa contra toda forma de perseguição de grupos fundamentalistas, sejam religiosos ou de gênero. Se não o fizer, estará permitindo que as pessoas trans sejam mantidas nas "fogueiras" metafóricas do ódio, da intolerância e da violência.

O ecossistema antitrans tem contado com o reforço de figuras públicas e bilionários na promoção de ideologias políticas radicais e transexcludentes como um fator alarmante que não pode ser ignorado, especialmente no que diz respeito aos ataques contra a comunidade trans. Personalidades como JK Rowling, Elon Musk e Donald Trump exercem uma influência global que vai além de suas esferas de atuação, atuando diretamente na amplificação do ódio contra pessoas trans. Por meio de discursos e ações, promovem narrativas que tentam retratar essas pessoas como uma ameaça, doentes ou criminosas, um processo que tem sido amplamente denunciado nos últimos anos por pesquisas que evidenciam o impacto de suas posições no fortalecimento da transfobia e na perpetuação do cissexismo. Elas têm se mostrado consistentes propagadoras e financiadoras de campanhas de ódio, incitando seus seguidores a adotarem posturas prejudiciais às pessoas trans. O próprio Trump afirmou que será **política oficial do governo dos Estados Unidos que haja apenas dois gêneros, masculino e feminino, afirmando que irá excluir pessoas trans de várias instâncias sociais**⁵¹. O mesmo tipo de discurso e ações tem sido observado no parlamento de Brasil, Reino Unido⁵², Rússia, Paraguai, Argentina e outros países que têm líderes conservadores, neoliberais e autoritários ao redor do mundo.

MUNDO

Trump promete 'deter a loucura transgênero' em seu primeiro dia de governo

Presidente eleito dos EUA disse que banirá soldados transgêneros do Exército e de escolas do país. Em discurso para jovens no Arizona, Trump também prometeu classificar cartéis mexicanos como grupos terroristas, o que pode facilitar incursões dos EUA no México.

Recorte de matéria jornalística no G1

⁵¹ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/12/23/trump-promete-deter-a-loucura-transgenero-em-seu-primeiro-dia-de-governo.ghtml>

⁵² Embora o reino unido tenha o partido trabalhista do governo, este manteve as políticas antitrans adotadas e amplamente defendidas por Sunak durante sua gestão.

O que esperar para os próximos anos quando vemos Trump falando abertamente em perseguir pessoas trans como política de governo; Elon Musk censurando o uso termo “cisgênero” ou “cis” de sua plataforma e apoiando o nazismo⁵³ enquanto promove ataques às pessoas trans nas redes sociais; Vaticano, uma das maiores instituições do patriarcado afirmando que “cirurgias trans são grave ameaça à humanidade” (sic); o Reino Unido retirando direitos trans na saúde e retrocedendo no acesso à garantia da autodeterminação de gênero; Milei atacando a autodeterminação; E Zuckerberg liberando campanhas de ódio racistas, misóginas e LGBTIfóbicas nas plataformas da Meta; além do Presidente Lula e seu governo em silêncio desde que foi eleito? Quais são os efeitos e impactos materiais desses acenos (e da falta deles) na vida das pessoas trans?

Mais mulheres cis tem sido muito mais atacadas por outras mulheres cis em banheiros por serem suspeitas de serem trans em 2024⁵⁴ ou passarem por processos de “investigações sobre suas identidades de gênero”⁵⁵ por conta da patrulha de gênero, do que mulheres cis já foram atacadas em um banheiro por uma mulher trans em toda a história registrada. No entanto, episódios isolados e excepcionalíssimos, geralmente relatados por fontes de credibilidade questionável, têm sido manipulados para sustentar uma narrativa preconceituosa que associa travestis e mulheres trans como agentes de risco a mulheres cis, quando, na realidade, pessoas trans e travestis enfrentam níveis alarmantes de violência e discriminação⁵⁶, sendo vítimas em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero e transfobia. O que se tenta destacar aqui é que essa distorção narrativa não apenas reforça estigmas mas também desvia o foco das verdadeiras causas e agentes da violência de gênero.

Um caso que enfrentou escrutínio público nacional e internacional, expondo a violência e manipulação de grupos transfóbicos, foi o de uma aluna trans da Universidade de Brasília em 2022. Sua identidade foi questionada dentro de um banheiro feminino. Foi tratada intencionalmente como se fosse um homem (sic), gravada sem autorização e, ao reagir em legítima defesa, tornou-se alvo de acusações infundadas de “*ser uma ameaça às mulheres naquele espaço*”. O ocorrido torna evidente que a narrativa foi manipulada para transformar a verdadeira vítima – a estudante trans – em uma suposta agressora.

Em entrevista ao portal transfóbico 4W⁵⁷, a agressora revela que “*eu me aproximei dele e disse que esse era o banheiro feminino*”, contou. “***E ele disse que era uma mulher transexual. Eu neguei que ele fosse uma mulher, porque ele tem barba, voz masculina e altura masculina***”,

53 <https://revistaforum.com.br/global/2024/12/21/alemanha-elon-musk-enalteceu-afd-horas-antes-de-terrorista-apoiador-do-partido-matar-em-ataque-171383.html>

54 Dossiê ANTRA 2024, pág 88 e <https://www.mirror.co.uk/news/world-news/brit-15-forced-strip-airport-33693149.amp>

55 <https://www.thepinknews.com/2024/11/22/rumeysa-gelgi-trans/>

56 <https://projetcocolabora.com.br/ods5/a-ameaca-trans/>

57 Portal fundado por uma CISativista, após ter sido demitida ao agir de forma transfóbica e negar a identidade de gênero de uma pessoa não binária. A página tem como objetivo produzir e difundir ideais antitrans pautados no ressentimento. Aqui ela conta sua versão dos fatos deixando nítido o quanto ela foi transfóbica ao afirmar e defender a ideia de que haveria uma espécie de “ascensão da identidade “não binária” e como isso está ligado a misoginia internalizada”, a partir de um relato pessoal e de sua convivência com três colegas feministas que se assumiram não binárias.

*afirma. Notem o uso dos termos escolhidos intencionalmente como forma de humilhar a vítima. Ela continua: Nesse momento, esse **homem** saiu do banheiro e também veio até o escritório para me denunciar por transfobia". "Ele continuou me chamando de 'transfóbica', apontando o dedo para mim, mas eu não entendia como eu era 'transfóbica'." Ela diz que não é contra "mulheres transexuais" e não tem problemas com elas usando o banheiro feminino, mas "**ele** não era trans". E segue, "foi quando peguei meu telefone e comecei a filmar a agressão", diz. "**Ele** me encurralou e tentou me fazer entrar em uma briga física com **ele**." A autora da entrevista também é CISativista⁵⁸, ligada a diversos movimentos e ações transexcludentes, e esteve na 88ª sessão da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) da ONU em 2024, fazendo lobby representando a instituição CPI Voz Materna, que faz parte dos perfis ligados à Maternidade Antitrans⁵⁹.*

A distorção dos fatos nesse caso foi elevada a níveis assustadores e serviu para sustentar o discurso vitimista de uma **estudante cis que acreditou ter o direito de negar a identidade da aluna trans**, demonstrando como esses grupos operam para promover sua ideologia: provocam as pessoas trans para se fazerem de vítima quando elas reagem.

NOTA: É urgente discutir formas de tornar os espaços seguros para todas as mulheres, mas isso jamais será alcançado à custa da humilhação, perseguição e violência contra pessoas trans. Pensando nisso, a ANTRA elaborou uma Nota Técnica sobre o acesso a banheiros e espaços segregados por gênero para pessoas trans⁶⁰ de forma segura para todas as mulheres.

É importante informar que no mês do Orgulho de 2024, a entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres anunciou que os direitos trans não se opõem aos direitos das mulheres e reconheceu "o crescimento e consolidação dos movimentos antidireitos em um contexto global, com foco particular nos direitos da população LGBTQIA+, sendo notável a ênfase nas posturas antitrans"⁶¹. As análises publicadas no comunicado internacional da UN Women (ONU Mulheres)⁶² indicam que diversas iniciativas e políticas estão sendo adotadas em vários países, especificamente direcionadas à população trans, mulheres e indivíduos

58 https://mobile.x.com/Andreia_O_Nobre/status/1792954436475609256/photo/1

59 **Maternidade antitrans ou Maternidade Transfóbica** é um conceito que descreve um movimento ou discurso de cooptação, por feministas transfóbicas, de pautas como a defesa e proteção da infância e os direitos das mães, para promover uma visão essencialista de gênero. Esse grupo utiliza a pauta legítima de revogação da Lei de Alienação Parental como ferramenta para disseminar ideias transfóbicas, defendendo uma perspectiva biológica de "sexo" como fundamento exclusivo para assegurar direitos às mulheres cis. Em sua essência, essa abordagem não apenas exclui, mas também se opõe ativamente à inclusão e à proteção de mulheres trans, configurando-se como uma estratégia de exclusão dentro do movimento feminista e das lutas pelos direitos humanos. Há diversos perfis de *maternidade antitrans ou maternidade transfóbica* na rede social que atuam especificamente de forma a se opor aos direitos trans.

60 <https://antrabrazil.org/2023/08/28/antra-nota-tecnica-banheiro-pessoas-trans/>

61 <https://www.unwomen.org/en/news-stories/explainer/2024/05/lgbtiq-communities-and-the-anti-rights-pushback-5-things-to-know>

62 A UN WOMEN é a entidade das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e empoderamento das mulheres a nível global. Foi criada em 2010 para acelerar os progressos globais em direção aos direitos das mulheres e igualdade de gênero em todo o mundo. A organização trabalha em áreas como violência contra mulheres, participação política, empoderamento econômico, entre outras questões fundamentais para garantir os direitos das mulheres e meninas. Diversos países tem agências ou representação deste importante órgão como é o caso do Brasil.

LGBTQIA+. Essas iniciativas frequentemente se manifestam através de legislações e restrições que evidenciam uma discriminação explícita. A ONU Mulheres utilizou suas plataformas sociais para evidenciar o aumento desses movimentos anti-LGBTQIA+, associando-o a um incremento de 50% no financiamento ao longo da última década.

Os movimentos antidireitos têm pressionado por políticas e restrições abertamente discriminatórias aos serviços essenciais, e até mesmo pela criminalização de pessoas com base na sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero, real ou percebida⁶³.

A entidade também identificou e classificou explicitamente diversos movimentos como “antidireitos”, incluindo o movimento “antigênero” e o “crítico de gênero”, que caracterizam os direitos das mulheres como antagônicos aos direitos das pessoas transgêneras. A agência da ONU responsável pelas questões globais das mulheres sublinhou como esses movimentos antidireitos estão se fortalecendo em escala mundial, particularmente aqueles que tentam estabelecer uma oposição entre os direitos trans e os direitos das mulheres.

Há ainda um outro problema: o país que mais assassina é também o que mais elege parlamentares trans. E os ataques transfóbicos e misóginos contra candidatas nas eleições de 2024 não representam meros incidentes isolados. A violência política e os ataques direcionados a candidatas são manifestações alarmantes de um problema que se agrava a cada dia e fazem parte de uma estratégia meticulosamente orquestrada para desacreditar a participação política de mulheres trans e travestis, minando suas candidaturas e, por conseguinte, a representação da diversidade no poder. Essa violência não se restringe ao ambiente digital; ela se manifesta em ameaças, perseguições e agressões diretas, criando um cenário de exclusão que compromete a própria essência da democracia. E que tem como impacto a sub-representação política e a falta de um compromisso ético-político por parte de aliados, que deveria ser estruturado, organizado, transparente e público.

Assim, ante tantos acontecimentos, fica nítido o quanto as dinâmicas de poder são intrincadas e vão além da mera manutenção de estruturas de controle. Elas moldam, de maneira sofisticada e multifacetada, o processo de sujeição, o que, por sua vez, torna a busca pelo desassujeitamento um desafio imenso. A legitimidade, essencial para a conservação do *status quo*, está profundamente entrelaçada com a validação de sistemas de saber-poder que dominam, onde discursos se apresentam como "*mais autênticos*" através de uma estilização científica que, em última análise, obscurece a pluralidade de vozes.

A governamentalidade, por conseguinte, se legitima não apenas pela produção de dados empíricos que respaldem ações, mas também pela ausência de informações que impeçam uma atuação governamental fundamentada e justa. **Esse mecanismo é o que permite que o discurso moderno perpetue uma construção de sujeito que exclui novas expressões identitárias, como a das pessoas trans**, em um contexto onde o que tem sido chamado de "*identitarismo*" ou "*cultura woke*" é uma tentativa de criminalizar, silenciar e desqualificar a luta por sobrevivência e direitos de pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+. E o impacto disso é cada vez mais a radicalização e o acirramento da violência contra esses grupos.

⁶³ <https://catarinas.info/colunas/onu-mulheres-reconhece-movimentos-criticos-de-genero-como-extremistas-antidireitos/>

É pertinente destacar que a questão central da governamentalidade referente às pessoas trans no Brasil reside na negligência do Estado em atender às necessidades específicas dessa população, além da insuficiência em acolher as reivindicações do movimento social que a representa. Infelizmente, a cada nova legislatura, o Poder Legislativo Federal tem evidenciado uma resistência crescente às demandas dos movimentos dissidentes, em particular aqueles que dão voz à comunidade trans. O mesmo podemos falar do Supremo Tribunal Federal, que se acovardou ao não enfrentar um dos principais desafios de nossa comunidade hoje: a garantia de acesso a espaços segregados por gênero de acordo com sua autodeclaração.

A questão mais ampla que se coloca, portanto, é que a decisão governamental de não produzir dados empíricos acerca das pessoas trans não pode ser subestimada; trata-se de uma forma de governamentalidade que se articula pela negligência e omissão. **A postura do Estado brasileiro em relação às reivindicações das pessoas trans se configura, em essência, como uma tentativa de negar, ou em muitas medidas, apagar a sua existência. A realidade da governamentalidade trans no Brasil é marcada por um afastamento intencional, quase como se a invisibilidade das pessoas trans pudesse resultar em sua não existência.**

Frente à decisão política de não produção de dados sobre a população trans por parte dos governos, diversas organizações da sociedade civil têm se mobilizado para preencher essa lacuna com estimativas, informações empíricas e estatísticas, que trazem à tona uma realidade já bastante conhecida por quem é pobre e vive nas periferias do país. A ANTRA, nesse cenário, desponta como uma entidade pioneira na coleta de dados a respeito da comunidade trans no Brasil, elaborando publicações, relatórios anuais sobre assassinatos e violências, além de outras pesquisas científicas como o “**Dossiê TransBrasil: Um olhar acerca do perfil de travestis e mulheres transexuais no sistema prisional**”⁶⁴ e o “**Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil**”⁶⁵, assim como a pesquisa “**Fronteiras Borradas: Movimentos feministas e de mulheres e política antigênero no Brasil**” e o apoio à pesquisa “**Cadê o aquê? Mapeando ausências, (des)encaixes e possibilidades entre as organizações de travestis e mulheres transexuais e a filantropia no Brasil**”, ambas em vias de serem publicadas ainda no primeiro trimestre de 2025, ou ainda a pesquisa “**Traviarcas: Diagnóstico sobre os Desafios para o Envelhecimento de Travestis e Mulheres Transexuais Brasileiras**”⁶⁶ cujo lançamento está previsto para maio de 2025.

Além disso, desde 2014, no período eleitoral, a ANTRA segue sendo a principal fonte de monitoramento de candidaturas trans e de publicação de pessoas trans eleitas⁶⁷, já que o próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) carece de uma metodologia mais cuidadosa para esse levantamento. Mesmo tendo sido anunciadas mudanças nos cadastros eleitorais, o que vimos na prática foi uma verdadeira ineficiência na forma de coletar e divulgar os dados, resultando em mais dúvidas e desinformação do que a efetividade da mudança. A ANTRA em 2024 se juntou

64 <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/dossie-transbrasil-um-olhar-acerca-do-perfil-de-travestis-e-mulheres-transexuais-no-sistema-prisional-associacao-nacional-de-travestis-e-transexuais-antra-2022/>

65 <https://antrabrasil.org/2022/11/21/antra-lanca-diagnostico-retificacao-trans-no-brasil/>

66 <https://projetocolabora.com.br/ods5/traviarcas-antra-lanca-pesquisa-sobre-envelhecimento-trans-no-brasil/>

67 <https://antrabrasil.org/2024/10/07/trans-eleitas-2024/>

ao VoteLGBT para criar uma plataforma contendo essas informações e, não fosse o trabalho intelectual e de pesquisa realizado por essas instituições, o cenário de participação LGBTQIA+ nas eleições seria difícil de se consolidar e receber visibilidade pelas vias estatais.

Ampliando sua capacidade de produção científica, a ANTRA tem publicado documentos complementares e Notas Técnicas como a “**Nota Técnica sobre Direitos Humanos e o Direito dos Banheiros: Vencendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero**”⁶⁸, a “**Nota Técnica sobre o Acesso à Saúde de Crianças Trans**”⁶⁹ e a “**Nota Técnica sobre Políticas de Ações Afirmativas para pessoas Trans e Travestis e o Enfrentamento da Transfobia no Contexto da Educação Superior**”⁷⁰, que consolidam a instituição nas disputas de narrativa com grande relevância do campo LGBTQIA+.

A omissão estatal apenas reforça a importância dos dados gerados pela sociedade civil organizada, como os provenientes da ANTRA. Ao se empenhar na produção de dados sobre as pessoas trans, esse movimento se configura como um ato de autodeterminação e insurreição frente às políticas de apagamento, além de destacar e desafiar a profunda omissão do Estado, levantando questões sobre a legitimidade dessa atitude e propondo um novo modelo de governança, no qual as pessoas trans sejam reconhecidas como sujeitos plenos, e suas demandas recebam a atenção e consideração que merecem.

Ainda que as organizações da sociedade civil consigam gerar dados sobre um fenômeno que deveria ser de responsabilidade do governo, a falta de dados estatísticos pelo Estado continua a representar um obstáculo significativo, que compromete a formulação e a implementação de políticas públicas eficazes voltadas para a população trans. Isso, por sua vez, afeta o direito fundamental à vida, liberdade, felicidade e dignidade humana dessa comunidade.

Tranquilamente enfatizamos que, **enquanto o campo progressista não romper com qualquer tipo de ideal político ou tentativas de negociação com a extrema direita, com o machismo, fascismo e neoliberalismo, continuaremos à mercê de uma intensa campanha de ataques aos direitos humanos.** Está em curso um projeto político, jurídico, social, religioso e econômico para erradicar pessoas trans da vida pública.

A dinâmica da humilhação social contra pessoas trans é um projeto racional de poder de certos grupos políticos e religiosos dominantes e isso precisa ser combatido com a máxima urgência. O ódio (*hate*) antitrans está sem controle ou mediação adequada nas plataformas de redes sociais, promovendo genocídios digitais e adoecimento todos os dias, e tem sido uma das mais rentáveis posições no contexto digital. **A pesquisa que fazemos anualmente é chocante, mas necessária como um grito de alerta contra os horrores cometidos por essa gente desumana.**

68 <https://antrabrasil.org/2023/08/28/antra-nota-tecnica-banheiro-pessoas-trans/#::-:text=A%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20de%20Travestis,de%20acordo%20com%20suas%20identidades.>

69 <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/06/26/nota-tecnica-assinada-por-medicos-desmente-teorias-anticientificas-e-transfobicas-sobre-criancas-trans>

70 <https://antrabrasil.org/2024/09/23/antra-nota-tecnica-cotas-trans-2024/>

Se o padrão de agressão observado online é semelhante ao que se vê na vida real, tanto em forma como em conteúdo, e o que varia é a intensidade das reações das pessoas quando estão usando uma tela como intermediária. De fato, um grande número de indivíduos que não teriam a mesma coragem de responder de maneira agressiva e desrespeitosa em uma interação presencial se sentem livres e desinibidos nas redes sociais, por outro lado, ímpetos transfóbicos seguem sendo incentivados e isso faz com as pessoas se sintam confortáveis em promover ataques diretos à pessoas trans em espaços coletivos de sociabilidade, bares, festas e etc.⁷¹

É urgente reconhecer a existência de uma rede bem estruturada de discursos de ódio, preconceito e violências diversas que permeiam múltiplas camadas da sociedade, desde as redes sociais até o próprio Congresso Nacional. E que o campo progressista ainda está permeado por ideais conservadores, que, sob diversas óticas, tentam imputar responsabilidade à luta pelos direitos trans, pelos direitos das mulheres e pela luta antirracista, pelas várias crises enfrentadas e vivenciadas no Brasil. Isso mesmo após eleição do governo Lula, enquanto fingem ignorar o papel dos interesses do capitalismo, do neoliberalismo, do bolsonarismo como culto ao individual e a ideais fascistas, de um legislativo altamente antipovo em sua maioria, das diversas guerras em curso, dos desmatamentos e degradação ambiental por ações humanas, do acúmulo de bem pelos super-ricos, dos genocídios indígenas e da juventude negra, e da extrema direita na vulnerabilidade dos trabalhadores e na degradação ambiental, por exemplo. Essa inversão de valores é alarmante e altamente prejudicial para as lutas de grupos minorizados, sobretudo para pessoas trans.

A confluência entre os campos políticos em relação à “dificuldade de garantir os direitos trans” vem crescendo assustadoramente e as fronteiras estão cada vez menores. A transfobia avança como um projeto da extrema direita enquanto a esquerda recua na defesa de nossas vidas. Isso faz com que pessoas trans saiam menos de casa pelo medo de serem vítimas de violência⁷², acessem menos o mercado de trabalho, mesmo em um momento em que o desemprego cai para pessoas cisgêneras, impactando a possibilidade de terem alguma renda ou possam gozar de direitos civis básicos como qualquer outra pessoa, empurrando essa população para a invisibilização, para o adoecimento e para a morte.

Os casos de discriminação, as violações de direitos humanos, as mais diversas violências, os suicídios e assassinatos constantes do cotidiano das experiências trans, são consequências diretas do momento político e histórico que tem se tornado cada vez mais obscuro. E este relatório tem o compromisso de complexificar esse cenário, e chamar atenção para a forma como operam agentes transexcludentes e antitrans, suas conexões e interesses, evidenciando os desafios e barreiras enfrentados por pessoas trans e travestis, e que acaba afetando gravemente sua liberdade de circulação e, acima de tudo, sua dignidade.

71 <https://brunabenevidex.medium.com/atacar-pessoas-trans-%C3%A9-um-grande-neg%C3%B3cio-d7ebce04819a>

72 <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/01/28/pesquisa-mostra-que-pessoas-trans-saem-menos-de-casa-por-medo-de-serem-agredidas.ghtml>

A necessidade de liberdade e pleno viver para pessoas trans, com direitos e segurança, exige romper o ciclo de violência antes que seja tarde. O que vem sendo apresentado aqui, ano após ano, não se limita ao contexto social, político e digital, mas vai se infiltrar no cotidiano, nas relações pessoais e no tratamento dispensado às pessoas trans. O que torna o Brasil cada vez mais inseguro e violento, refletindo-se nos dados alarmantes apresentados a seguir. É urgente conscientizar toda a sociedade dessa realidade e trabalhar ativamente para garantir que pessoas trans possam existir integralmente e estar inseridas em todos os espaços.

I.I UM PROJETO DE EXCLUSÃO NO MANDATO ANTITRANS DA ONU

*“Uma vez que você decide que uma minoria vulnerável pode ser sacrificada, você está operando dentro de uma lógica fascista”
(Judith Butler)*

Além de todo cenário descrito até aqui, o mandato de Reem Alsalem, Relatora especial da ONU sobre violência contra mulheres, tem se revelado um campo de batalha ideológica onde a inclusão e os direitos humanos estão sendo desafiados por uma postura abertamente antitrans⁷³. Alinhando-se a correntes ultraconservadoras e transexcludentes, Alsalem compromete a essência de seu papel e a integridade da missão da ONU em promover a equidade e a não discriminação.

Alsalem tem sido duramente criticada a nível internacional devido a esse cenário de promoção de violências e produção de materiais que corroboram um projeto de exclusão, tentativas de silenciamento e invisibilização de pessoas trans. O artigo publicado pela AWID⁷⁴ denuncia a crescente influência de agendas antitrans em espaços internacionais, como a ONU, e alerta sobre os impactos dessas narrativas na formulação de políticas globais. A publicação ressalta que grupos conservadores e antidireitos têm utilizado plataformas internacionais para promover a desinformação e restringir os direitos de pessoas trans, sob o pretexto de defender valores tradicionais ou proteger mulheres e crianças cis.

Esses movimentos buscam manipular conceitos de direitos humanos, propondo políticas que excluem e marginalizam pessoas trans, especialmente mulheres trans e jovens em transição. A retórica usada por esses grupos frequentemente mascara uma agenda de controle social, alinhada a ideologias patriarcais e coloniais. O texto destaca que, ao dar espaço para essas vozes, a ONU compromete seu compromisso com a igualdade e a dignidade para todos.

73 <https://www.terra.com.br/nos/opiniao/antra/a-perigosa-agenda-antitrans-e-sua-instrumentizacao-por-organismos-de-direitos-humanos,83577675d96fddb184b994a0082e9fda81g3efgf.html>

74 <https://www.awid.org/news-and-analysis/nao-ha-lugar-para-agendas-anti-trans-na-onu>

Em vez disso, é fundamental que o sistema internacional amplifique as vozes das comunidades trans e apoie políticas inclusivas e baseadas em direitos humanos. A AWID conchama a sociedade civil, ativistas e aliados a se posicionarem contra a instrumentalização dos direitos humanos para justificar a discriminação, reafirmando que a luta pela justiça social deve incluir a defesa intransigente dos direitos das pessoas trans em todos os espaços.

Este artigo busca levantar uma discussão sobre o impacto dessa atuação e expor as consequências de suas posições alinhadas com as políticas antitrans, em especial sobre autodeterminação de gênero, pessoas trans no esporte, infâncias trans, trabalho sexual e saúde trans, além de destacar a perigosa confluência de seus ideais com grupos ultraconservadores, grupos e instituições de feministas transfóbicas e outros agentes antitrans.

Reem Alsalem, desde que passou a ocupar o mandato como Relatora independente sobre violência contra a mulher na ONU, tem sido objeto de controvérsia desde o início de sua atuação, especialmente por sua resistência em reconhecer e apoiar a autodeterminação de gênero, adotando posturas anticientíficas, negacionistas e orientadas por uma ideologia transexcludente⁷⁵. Seja por nunca ter produzido qualquer posicionamento, carta ou relatório que apresente uma abordagem interseccional para lidar com a diversidade de corpos e identidades em seu mandato, seja pela negligência em relação à situação de violência contra mulheres trans ao redor do mundo. Fica evidente o viés pelo qual tem operado, que não deixa dúvidas sobre a exclusão do reconhecimento das identidades trans em contraposição ao que a própria ONU tem orientado em suas agências, como UNFPA ou ONU Mulheres.

Segundo matéria de Jamil Chade⁷⁶, publicada em outubro de 2023, a Relatora Especial Reem Alsalem foi convidada a fazer uma missão ao Brasil devido a “suas ideais sobre gênero e sexo acolhidas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro”. Na matéria, o jornalista afirma que “a Relatora havia solicitado uma visita ao Brasil ainda no governo de Jair Bolsonaro e a agenda havia sido acordada com a pasta da então ministra e hoje senadora Damares Alves. Naquele momento, porém, a equipe da Relatora passava por uma mudança, o que obrigou a especialista a pedir um adiamento da missão.” E aponta que “nos bastidores, porém, houve um entendimento no governo Lula de que certas visões da Relatora não condizem com a compreensão de direitos humanos por parte das autoridades. Ela, na ONU, também vive um questionamento.” No entanto, a visita foi adiada e, logo em seguida, a Relatora deu entrevista exclusiva ao portal de ultradireita “Gazeta do Povo”⁷⁷, como tem feito ao redor do mundo com portais ligados à extrema direita.

Embora a Relatora já estivesse em pleno exercício do seu mandato desde 2021, ainda não havíamos observado nenhuma posição abertamente transexcludente ou antitrans. E isso só vai ficar explícito quando, entre outras recomendações que faz, em sua carta sobre a lei de

75 As perspectivas mencionadas estão presentes em várias publicações, sites e blogs transfóbicos, com por exemplo, na obra *Gender Hurts*, de Sheila Jeffreys, uma referência nesse campo, e nas declarações públicas da escritora J.K. Rowling, que apoia financeiramente diversas organizações que excluem ou se opõem a pessoas trans. Para saber mais acesse: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qvMKX837sK6RSrdPp4b4zbd/>

76 <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/10/04/governo-adia-visita-de-relatora-da-onu-sobre-mulher-acertada-por-bolsonaro.htm>

77 <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/luciano-trigo/a-violencia-contra-mulheres-continua-em-um-nivel-epidemico/>

identidade da Escócia⁷⁸, Alsalem sugere ainda que “a autoidentificação para uma nova identidade social de gênero requer salvaguardas, pois a maioria dos agressores sexuais são homens”⁷⁹ – o que não guarda qualquer relação com a identidade trans, exceto para quem trata mulheres trans como se homens fossem (sic). O documento também pode ser interpretado no sentido de que a definição de “mulheres em risco de violência masculina” deveria excluir a violência enfrentada por mulheres trans⁸⁰, posição que é sempre reiterada pelos feminismos essencialistas, além de reivindicar a validação dos direitos das mulheres “baseados no sexo”.

A Relatora também tem se oposto à revisão dos protocolos de saúde trans propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que visam ampliar o acesso a serviços respeitosos e de qualidade. Além disso, sua resistência aos cuidados em saúde para crianças trans perpetua a desinformação e se alinha a narrativas perigosas frequentemente associadas à extrema direita, inclusive por mencionar cirurgias ou hormonização, procedimentos que não são realizados em crianças, mas que compõem o roteiro de *fake news* da cartilha antitrans. Esse tipo de discurso não apenas compromete o direito à saúde, mas também alimenta um ambiente hostil para as pessoas trans que já enfrentam discriminação em vários níveis.

Além disso, como consta no Relatório “FRONTEIRAS BORRADAS: Movimentos feministas e de mulheres, e a política antigênero no Brasil”⁸¹, “em fevereiro de 2023, a Relatora deu uma entrevista ao jornal conservador espanhol *El Mundo*, ocasião em que criticou a lei espanhola de identidade de gênero, bem como atacou serviços de atenção à saúde de crianças e adolescentes trans. Alsalem qualificou a identidade de gênero na infância como uma ‘patologia’, afirmando que ‘é muito perigoso que as crianças possam transformar seus corpos sem nenhuma restrição’ e que ‘o direito à não discriminação de toda identidade de gênero não significa que não devam existir salvaguardas e critérios objetivos para outorgar ou denegar essa solicitação’. Dois meses mais tarde, em suas redes sociais, Reem alegou ‘ser solidária com as mulheres e meninas lésbicas de todo o mundo – que trabalham incansavelmente por uma vida livre de violência; uma vida onde possam desfrutar de espaços sociais de sexo único...’, proposição que incentiva e endossa a exclusão de mulheres trans de espaços para mulheres cis”.

Destaca-se que o repertório usado por Alsalem segue integralmente a cartilha já conhecida por quem estuda tanto a extrema direita e o fundamentalismo religioso, quanto a sua confluência com agentes antitrans, e é baseada em convicções ideologicamente orientadas, tendenciosas e metodicamente equivocadas. E aqui cabe reforçar que nenhum movimento trans defende o acesso a cirurgias ou modificações corporais para crianças como se pode atestar na Nota Técnica⁸² publicada pela ANTRA sobre o assunto.

78 <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gld=27681>

79 No texto ela afirma: [...] “Está baseada nas evidências empíricas que demonstram que a maioria dos agressores sexuais são homens, e que agressores sexuais reincidentes tentarão de todas as formas obter acesso àquelas pessoas de quem desejam abusar. Uma forma pela qual podem fazer isso é abusar do processo de acesso a espaços de mesmo sexo ou assumir papéis que são normalmente reservados para mulheres por razões de proteção.”

80 Em todo documento fica pressuposto que “mulheres vítimas de violência” seriam unicamente mulheres cis, aliás o documento sequer fala em mulheres cis, simplesmente mulheres “com base do sexo”, o que deixa essa pressuposição ainda mais forte.

81 Pesquisa sobre a atuação do campo feminista essencialista e antitrans, em vias de ser publicada ainda no primeiro trimestre de 2025.

82 <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/06/26/nota-tecnica-assinada-por-medicos-desmente-teorias-anticientificas-e-transfobicas-sobre-criancas-trans>

Essa é mais uma das tantas mentiras que têm sido replicadas nas redes antitrans para que, através do pânico e manipulação de narrativas fraudulentas, possam criar um ambiente em que negar cuidados para crianças trans seja visto como aceitável, mesmo que isso viole tratados sobre proteção e a garantia do acesso à saúde para esses jovens. No Brasil, pelo menos desde 2013 mais abertamente, essas *fake news* vêm sendo defendidas por conservadores e grupos fundamentalistas religiosos por ocasião da Lei de Identidade de Gênero João Nery. Explodiu em jornais, mídias e canais contrários aos direitos LGBTQIA+ diversas fakenews que sugeriam que a lei supostamente teria *um plano para transformar crianças em trans através de cirurgias, doutrinação ideológica e do espantinho da ideologia de gênero* (sic), mostrando que o assunto não é recente, embora tenha havido a mesma mobilização conservadora contra o programa de saúde trans do governo federal, PAEsPopTrans⁸³, quando grupos bolsonaristas, conservadores e feministas transfóbicas inundaram a rede social com *fakenews*⁸⁴ sobre cirurgias em crianças.

Esta calúnia é oriunda de uma deturpação do PL 5002/2013, de autoria do deputado, que garante o direito ao reconhecimento da identidade de gênero de um indivíduo. Garantir direitos não só aos transexuais adultos, mas também às crianças e adolescentes transexuais, se faz necessário porque a transexualidade se manifesta muito cedo na vida de uma pessoa e o trabalho do deputado em defesa de crianças e adolescentes teve também a preocupação com este grupo que a sociedade faz de conta que não existe. O projeto também busca proteger estas crianças que, em muitos casos, são agredidas, espancadas e até assassinadas por não se enquadrarem nos modelos impostos pela sociedade. NEM TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO TRANSEXUAIS, MAS EXISTEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANSEXUAIS, e elas também precisam de nossa proteção⁸⁵.

Essa visão adotada pela Relatora, além de negacionista e retrógrada, não apenas ignora o conjunto de robustas evidências científicas que demonstram os benefícios da transição para a saúde mental de pessoas trans, mas também se alinha a uma narrativa que promove a desinformação e o medo. Tais declarações não são meramente infelizes; são instrumentos de exclusão que têm o potencial de deslegitimar as experiências e os direitos de uma população já vulnerável, contribuindo para o acirramento de processos de isolamento social e marginalização, e forte potencial de gerar um ambiente social ainda mais hostil que acarreta o adoecimento mental de pessoas trans.

E isso se soma à posição tanto sobre a lei da Escócia quanto sobre a lei espanhola, entre outras que versam sobre o tema, no sentido de se opor à autodeterminação da identidade de gênero e à não discriminação, direitos já consagrados em diversos países, jurisprudências e avanços sobre direitos trans ao redor do mundo, incluindo na própria ONU e em outros mecanismos internacionais. Além disso, ela também já sugeriu em entrevista que "a autoidentificação de gênero seria um instrumento de violência contra mulheres e meninas" (sic). Mas, foi ao longo de

83 Para saber mais sobre o programa clique aqui <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/ministerio-da-saude-apresenta-o-programa-de-atencao-a-saude-da-populacao-trans> e aqui https://www.instagram.com/p/DDpNFnFuiGc/?img_index=1

84 <https://marcozero.org/extrema-direita-usa-fake-news-para-atacar-novo-programa-de-saude-para-populacao-trans/>

85 <https://www.facebook.com/jean.wylls/posts/falaram-por-a-%25C3%25AD-que-o-jean-antes-de-completar-a-frase-que-tal-falamos-sobre-verd/928562807191727>

2023, que ficou cada vez mais nítido que seu mandato é sustentado por correntes feministas transexcludentes e antitrans, sendo disso exemplo sua participação no Festival FiLia⁸⁶, que aconteceu em Glasgow, quando recebeu elogios públicos da escritora JK Rowling. E também se evidenciou o apoio que recebe de atores e organizações ultraconservadoras. O apoio explícito de organizações de extrema direita, como a *Alliance Defending Freedom*⁸⁷, levanta preocupações sobre a capacidade de Alsalem de agir de forma imparcial e justa em um mandato que deveria ser um bastião de proteção para todos os grupos marginalizados.

E isso tem se dado em relação às suas posições consideradas problemáticas e que entram em conflito com a posição de outras relatorias, como da relatoria especial LGBTQIA+, e o Informe da Relatora Especial sobre direitos culturais, Alexandra Xanthaki, que fala abertamente sobre direito de pessoas trans participarem de esportes⁸⁸, e que têm abordagens pautadas na promoção e garantia dos direitos humanos sem qualquer forma de discriminação, exatamente por prever os princípios da ONU. Por outro lado, na questão do esporte, Reem em seu relatório⁸⁹ recorre a narrativas usualmente disseminadas pelo senso comum e alinhadas ao lobby antitrans no esporte.

No relatório apresentado sobre esportes, Reem reafirma sua postura antitrans ao defender abertamente a exclusão de mulheres trans de competições femininas, com o argumento de que elas possuem vantagens fisiológicas inerentes. Ao se referir a essas atletas como "homens", Reem demonstra sua abjeção e transfobia, desconsiderando o impacto dessas exclusões na inclusão e bem-estar de mulheres trans nos esportes.

Durante a Assembleia Geral da ONU⁹⁰, ela apresentou seu relatório sobre esporte, e, durante sua fala, afirmou sem qualquer base fática que haveria a "*intrusão de pessoas do sexo masculino em esportes femininos*" ao se referir a mulheres trans. E um dos pontos que chama atenção no relatório é a defesa e sugestão de que sejam adotados testes de gênero/sexo – que foram abolidos nos anos 90 pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) – para comprovar a "mulheridade" das atletas. Em várias ocasiões, a autora sequer reconhece mulheres trans como mulheres e frequentemente se refere a elas como homens (sic) evidenciando a escolha do uso das palavras que revela muito além do que uma suposta divergência teórica.

Além disso, o relatório tenta atribuir a atletas trans questões como "*insegurança, falta de privacidade e justiça*" em detrimento de atletas cis. O documento argumenta ainda que "*atletas*

86 FiLia é uma instituição abertamente antitrans, que se organiza sob a perspectiva "*crítica de gênero*", que apoia os "*direitos baseados no sexo*" e se opõe ao que eles chamam de "*ideologia de gênero*". Ela fez lobby contra o reconhecimento de gênero de pessoas trans e considera a autoidentificação de gênero uma ameaça aos "*direitos das mulheres*". Os críticos a descrevem como antitransgênero e transfóbica. <https://en.wikipedia.org/wiki/FiLia>

87 Alliance Defending Freedom (ADF) é um grupo americano de defesa jurídica cristão conservador que trabalha para expandir as liberdades e práticas religiosas cristãs em escolas públicas e no governo, proibir o aborto e se opor aos direitos LGBTQ.

88 <https://www.ohchr.org/es/documents/thematic-reports/a79299-report-special-rapporteur-field-cultural-rights-alexandra>

89 <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a79325-report-special-rapporteur-violence-against-women-and-girls-its>

90 Assembleia Geral da ONU. <https://webtv.un.org/en/asset/k1p/k1ppzqny9w>

masculinos" – ao se referir a mulheres trans – teriam vantagens fisiológicas inerentes sobre atletas femininas (mulheres cis), como maior força e níveis elevados de testosterona, mesmo que essas atletas trans passem por supressão hormonal. Novamente recorrendo a espantalhos e falácias manipuladas por grupos antitrans.

Outro ponto levantado no relatório é a afirmação de que a inclusão de mulheres trans em competições femininas poderia levar à autoexclusão de algumas atletas cis, seja por medo de lesões físicas ou por crenças religiosas que proíbem a participação em espaços de sexo misto, o que mais uma vez reforça a forma como que ela própria enxerga e percebe mulheres trans – como homens. A Relatora apoia a ideia de manter categorias de “sexo” separadas por critérios biológicos nos esportes, argumentando que isso não exclui pessoas trans, mas garante uma competição justa e segura (sic).

Outra faceta preocupante do mandato de Alsalem é sua abordagem em relação ao trabalho sexual. No relatório publicado sobre o tema⁹¹, ela defende abertamente a criminalização da prostituição e evita utilizar o termo “trabalho sexual”, preferindo adotar uma perspectiva que associa a prática exclusivamente à exploração e à violência. Embora aparentemente sua intenção seja combater abusos, o documento apresenta diversos problemas éticos que comprometem uma análise eficaz. Entre os principais pontos críticos está a exclusão das vozes e experiências das próprias trabalhadoras sexuais. Além disso, a abordagem reforça estigmas históricos que marginalizam ainda mais essas profissionais, muitas vezes ignorando contextos socioeconômicos e culturais que levam à escolha ou necessidade de exercer o trabalho sexual.

Outro aspecto problemático é a desconsideração de modelos baseados em direitos humanos, como os que promovem a descriminalização e garantem acesso a serviços de saúde, proteção social e direitos trabalhistas. Esses modelos, adotados com sucesso em algumas regiões, demonstram que a inclusão das trabalhadoras sexuais no processo de formulação de políticas é essencial para reduzir a violência e a exploração, especialmente quando em sua maioria são mulheres, cis e trans. O que no caso de mulheres trans se agrava ante a falta de oportunidade e o fato de que o trabalho sexual ainda é exercido pela maioria dessa população. E, ao optar por uma narrativa que criminaliza, o relatório não apenas perpetua uma visão limitada e punitivista, mas também ignora dados e evidências que apontam para a eficácia de abordagens que colocam os direitos e a dignidade das pessoas no centro das soluções.

Essa perspectiva, além de insuficiente, representa um retrocesso no debate global sobre o tema, uma vez que políticas punitivistas tendem a aumentar a vulnerabilidade das trabalhadoras sexuais, expondo-as a mais riscos e diminuindo sua capacidade de acessar redes de apoio e justiça. Essa posição se alinha com feministas transfóbicas conservadoras que, ao ignorarem as vozes das profissionais do sexo, perpetuam um ciclo de marginalização e vulnerabilidade, especialmente para pessoas trans que frequentemente dependem do trabalho sexual como fonte de sustento. O trabalho sexual não deve ser visto como um sistema de violência; é essencial reconhecer a autonomia e as escolhas das pessoas envolvidas. Ignorar isso é não apenas estar desinformado, mas trair os princípios de empoderamento e autonomia que deveriam ser defendidos por quem ocupa um cargo de liderança.

⁹¹ <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5648-prostitution-and-violence-against-women-and-girls-report>

Em meio à onda de suicídios de pessoas LGBTQIA+ que passaram por tentativas de mudar sua sexualidade e gênero no Brasil, como foi o caso da lésbica cisgênera Karol Eller⁹² de 26 anos, e a Travesti Letícia Maryon⁹³ de 22 anos, a Relatora Especial sobre violência contra a mulher da ONU, Reem Alsalem, expressou em entrevista ao Telegraph⁹⁴ sua oposição à proibição da “terapia de conversão”, que na prática visa promover reorientação sexual ou de gênero, chamados de “cura gay/trans”. Ela não apenas defende essas práticas⁹⁵, como critica os proponentes da proibição, sugerindo que suas ações poderiam criminalizar conselhos sobre questões de gênero e sexualidade. Enquanto outros especialistas, como Victor Madrigal-Borloz (ex-especialista LGBTQIA da ONU), apontam que as “terapias de conversão” visam forçar conformidades prejudiciais, Alsalem parece minimizar o dano causado por essas práticas. Essa postura ignora os perigos dessas práticas nocivas, que visam deslegitimar as identidades trans e podem causar danos irreparáveis à saúde mental e ao bem-estar de indivíduos vulneráveis.

As coisas ficaram tão absurdas e violentas que o Conselho Nacional pelos Direitos LGBTQIA+ emitiu nota pública⁹⁶, criticando as posições de Alsalem e manifestando sua preocupação com as posições da Relatora da ONU para Violência Contra Mulheres e Meninas. O documento aponta que suas posturas se alinham com agendas da extrema direita, promovendo transfobia e desinformação. A nota destaca que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) assegura a igualdade e dignidade para todas as pessoas, e isso deve incluir o direito à autodeterminação de gênero. Apesar disso, a Relatora tem adotado visões que ignoram avanços internacionais no reconhecimento de direitos trans e que contribuem para a perpetuação de estigmas e violências.

O texto critica a ausência de posicionamentos explícitos da Relatora contra a transfobia, além de condenar declarações que reforçam a segregação baseada no “sexo” e a desinformação sobre temas como “cirurgias para crianças trans”. Essas atitudes, segundo o CNLGBTQIA+, perpetuam mitos e dificultam o combate à discriminação, afetando especialmente mulheres trans, travestis, jovens e crianças trans. E enfatiza a importância de uma abordagem baseada em direitos humanos, que respeite a diversidade de gênero e promova a dignidade e a inclusão das pessoas trans.

O CNLGBTQIA+ recomenda ao Estado Brasileiro e a representações diplomáticas que atuem para conter os efeitos negativos das ações da Relatora, reforçando compromissos internacionais contra a transfobia e em defesa da igualdade. E reitera que agendas que fomentam divisões entre mulheres cis e trans são prejudiciais e não condizem com os princípios fundamentais de direitos humanos. A nota conclama a ONU e seus representantes a promoverem políticas inclusivas e respeitadas, comprometidas com a proteção da vida e da dignidade das pessoas trans.

92 <https://agenciabrasil.etc.com.br/justica/noticia/2023-10/deputados-pedem-apuracao-da-morte-de-karol-eller-e-da-cura-gay>

93 <https://revistaforum.com.br/lgbt/2024/10/1/travesti-de-22-anos-tira-propria-vida-apos-destransio-conduzida-por-pastor-que-prega-cura-gay-166574.html>

94 <https://www.telegraph.co.uk/politics/2024/09/22/conversion-therapy-ban-trans-could-backfire/>

95 <https://catarinatas.info/colunas/relatora-da-onu-defende-praticas-de-reorientacao-sexual-e-de-genero/>

96 <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/33535>

Vale destacar que a base de apoiadoras do mandato no Brasil é majoritariamente composta por perfis e grupos antitrans e transexcludentes, além de pessoas ligadas à luta pela revogação de lei de alienação parental (LAP), que tem sido instrumentalizada para a disseminação da transfobia em outros campos, e que agrega perfis de maternidade transfóbica, feministas antitrans e transexcludentes, e grupos antitrans ligados ao bolsonarismo, como evidenciado neste dossiê e que demonstra como funciona a articulação e confluência desses agentes.

As posições de Alsalem na defesa dos direitos das mulheres frequentemente se limita a um olhar heteronormativo, conservador e cissexista ao se basear na noção restrita de “sexo biológico”, o que contradiz os avanços dos direitos humanos que reconhecem e atuam sob a perspectiva de gênero. Essa insistência em classificar os direitos com base no “sexo” e tratar mulheres trans como homens, não apenas exclui intencionalmente mulheres trans e travestis das proteções que deveriam ser garantidas, mas também reflete uma compreensão limitada e ultrapassada da equidade de gênero. É alarmante que alguém em uma posição de autoridade e influência como a de Alsalem escolha ignorar as complexidades das identidades de gênero e as necessidades que surgem delas.

Diante de uma trajetória marcada por posições antitrans, como demonstrado brevemente neste texto, consideramos que a ONU deve revisar o mandato de Alsalem para assegurar que ele esteja em conformidade com os princípios de direitos humanos, especialmente no que diz respeito à inclusão de pessoas trans. Organizações de direitos humanos e a sociedade civil devem continuar a denunciar os discursos de ódio e promover ações que defendam os direitos das pessoas trans, incluindo a participação efetiva dessa população.

É urgente ampliar, implementar e proteger políticas públicas que garantam a autodeterminação de gênero, respeitando as identidades trans. Promover diálogos com grupos marginalizados, como profissionais do sexo e a população trans, é crucial para a formulação de políticas que atendam suas necessidades e respeitem seus direitos. O perigo de discursos transexcludentes não deve ser subestimado, pois eles enfraquecem o progresso social e ameaçam os direitos conquistados pelas comunidades LGBTQIA+.

O “legado” de Reem Alsalem à frente de um mandato tão importante para a luta feminista e das mulheres deve ser reavaliado antes que mais danos sejam causados a uma população já vulnerável. A resposta a esses discursos deve ser firme e baseada em princípios de igualdade e inclusão.

I.2 INTENSIFICAM-SE AS TENTATIVAS DE DESCRÉDITO AO TRABALHO DE PESQUISA DA ANTRA

Em 2024, enquanto esta pesquisa alcança maior alcance no seu papel de denúncias, observamos uma intensificação de ataques contra a produção intelectual da ANTRA e as violências direcionadas a ativistas trans associadas a ela, que decorrem de uma política intencional da agenda antigênero frente ao papel de liderança e destaque que a instituição exerce. Tais ataques visam minar a confiança nos dados e no trabalho da ANTRA, atuando para tentar fragilizar a visibilidade e a luta por direitos da comunidade trans no Brasil. É importante destacar que atacar a ANTRA é, na verdade, um ataque a toda a comunidade trans.

Desde o início desta pesquisa, distintos agentes têm investido contra o trabalho da sociedade civil na produção de dados sobre violência contra a comunidade LGBTQIA+. Em geral, são grupos ou perfis sem compromisso com a cidadania da população trans, sejam ligados à extrema direita ou à ideologias antitrans, e que promovem ataques coordenados através de campanhas difamatórias para desacreditar a produção intelectual dos movimentos sociais e que valoriza apenas a produção acadêmica tradicional em detrimento da produção de conhecimento realizada por entidades trans.

Essa dinâmica não se iniciou no governo Bolsonaro, embora tenha ganhado força nesse período. Vimos também emergir grupos antitrans e outros agentes do campo essencialista de gênero, que, junto à extrema direita, propuseram mais de 300 projetos de lei antitrans em 2023. Muitos desses projetos resultaram em legislações, atualmente em vigor, que negam direitos à comunidade trans, e ao menos 77 deles restringem a liberdade de pessoas trans. Inclusive foi a ANTRA que enviou ofício⁹⁷ à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) informando do avanço da institucionalização da transfobia no país e pedindo providências sobre o que está ocorrendo.

Esse cenário é agravado pela inércia e pelos retrocessos observados no governo Lula, como mencionado anteriormente, bem como no campo progressista e nos movimentos de esquerda, que têm falhado em responder de forma eficaz ao assédio judicial, legislativo e à própria urgência de proteger e garantir a cidadania das pessoas trans. Essa postura de omissão tem aberto espaço para a consolidação e ascensão de ideologias que promovem a exclusão e a negação de direitos dessa população. E aqui cabe reafirmar que esta não é uma luta apenas em defesa das pessoas trans, mas contra a atuação violenta da extrema direita que tem utilizado a transfobia como uma de suas principais plataformas políticas ao redor do mundo.

Nesse sentido, os dados produzidos pela ANTRA têm sido essenciais para compreender a realidade vivida pela comunidade trans. Isso é especialmente relevante frente à ausência de pesquisas amplas e dados robustos dos órgãos governamentais e do próprio IBGE, que não apenas não tem produzido dados como tem agido contrariamente às tentativas de diálogo e inclusão de informações de forma eficaz. O órgão inclusive interpôs recursos contra as ações

⁹⁷ <https://www.instagram.com/antra.oficial/p/DBeMDcGufD1/>

judiciais que têm sido mobilizadas no sentido de assegurar que ele reconheça a importância de a comunidade trans ser representada em suas pesquisas. Fica claro o descompromisso e por consequência a ausência de informações, teorias ou práticas vindas do IBGE em relação à comunidade trans, o que deixa nítido o porquê de o órgão, neste momento, não ter qualquer acúmulo sobre essas experiências.

E nos faz levantar questões ético-políticas no sentido de que, neste momento, não se pode depositar toda a nossa esperança e confiança em dados ou instituições que mantêm resistência⁹⁸ e nunca produziram nada sobre nossa comunidade. Aliás, a única pesquisa sobre pessoas LGBTQIA+ divulgada pelo órgão escolheu deliberadamente não incluir pessoas trans⁹⁹, deixando nítido o viés por trás da omissão frente às necessidades de dados sobre a comunidade trans e travesti. E é nesse contexto que lançar mão do IBGE, IPEA ou mesmo a academia como ferramenta para tentar silenciar a produção epistêmica dos movimentos sociais, como se os dados produzidos por agentes populares não tivessem materialidade ou validade, nada mais é do que uma medida desesperada de quem deseja fazer o jogo perigoso e negacionista do opressor.

Afinal, que teriam IBGE e IPEA a dizer sobre a expectativa de vida de pessoas trans ou sobre qualquer dado quando esses mesmos órgãos não os produzem? A resposta é simples: nada. Exatamente porque entidades que não contribuem com ações concretas ou produção de conhecimento relevante para enfrentar desafios da comunidade trans não possuem compromisso ou base para emitir posições sobre aquilo que não produz. Essa ausência de compromisso revela, muitas vezes, aspectos estruturais da transfobia institucional que precisam ser enfrentados e superados no momento em que a luta pela produção de dados governamentais e inclusão de informações sobre pessoas LGBTQIA+ é histórica no país, e mesmo assim permanece sem respostas.

Nesse contexto, os dados produzidos pela ANTRA, seja sobre as violências e os assassinatos contra pessoas trans e travestis, e outras pesquisas que vem sendo desenvolvidas pela instituição, além de passarem a ter maior valor agregado, encontram crescente respaldo em diversas outras fontes confiáveis. Na pesquisa “Violência contra a População Trans e Travesti em Minas Gerais”¹⁰⁰, produzida pelo Núcleo de direitos humanos e cidadania LGBTQIA+ da UFMG (NUH/UFMG), ficou evidente a confluência entre os dados publicados pela ANTRA e o núcleo. Demonstrando a robustez deste trabalho e do quanto ele está mostrando a mesma realidade encontrada por outras fontes que tem bases de dados distintas.

O Atlas da Violência 2024 e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 citam os dados da ANTRA como referência, corroborando as informações apresentadas no Dossiê ANTRA 2024. O relatório do Observatório da Violência, publicado em maio de 2024, reforça ainda mais essa tendência. A convergência de múltiplas fontes de pesquisas independentes, incluindo

98 <https://www.votelgbt.org/destaques/ibge-olha-para-gente>

99 A publicação da pesquisa se deu após diversas investidas para que dados sobre pessoas LGBTQIA+. E pessoas trans não foram consideradas na mesma. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>

100 <https://www.nuhufmg.com.br/ebook-2024/>

estudos acadêmicos e governamentais, atesta a acurácia e a relevância dos dados produzidos pela ANTRA, consolidando-a cada vez mais como referência na temática.

Inclusive temos nos deparado com alegações mal intencionadas e caluniosas sobre a ANTRA produzir, defender ou sustentar dados falsos. E além de não demonstrarem qualquer evidência sobre o que alegam, não demonstram nenhuma fonte confiável ou verificável que leva a crer na existência de um cenário diferente do que outras fontes têm demonstrado. Além disso, esses ataques têm como objetivo manchar a imagem da instituição, visto que acusações levianas não dialogam com os compromissos da ANTRA e a seriedade do trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos. Por outro lado, defender a produção de dados da ANTRA é, portanto, defender uma representação fiel e detalhada dos desafios vividos pela comunidade trans. Esses dados revelam realidades muitas vezes invisibilizadas e ignoradas e levantam questões urgentes que necessitam de atenção e ação.

Assim como ocorria nos casos de feminicídio contra mulheres cisgêneras, a ausência de informações governamentais (ou oficiais como geralmente são chamadas) sobre esses assassinatos é um dos maiores obstáculos para a elaboração de relatórios e pesquisas. As estatísticas fornecidas pela polícia e pelo sistema judicial, quando existem, geralmente não trazem dados específicos sobre o “sexo” ou raça e etnia das vítimas, não respeitam a identidade de gênero ou o nome social, dificultando a separação dos casos de mortes de mulheres trans no conjunto geral de homicídios em cada região, além da ausência de marcadores que reforcem uma qualificadora de feminicídio. Destacamos que antes da lei do feminicídio no país, esses dados eram levantados por ONGs e institutos de pesquisa. E que assim como ocorre com os assassinatos trans, nem todos os países tem essas informações, o que reforça muito mais as similaridades que as diferenças entre os assassinatos de mulheres cis e trans.

Ademais, em muitos países, ainda não há sistemas judiciais que possibilitem monitorar quantos processos relacionados a crimes contra mulheres, cis ou trans, chegam a julgamento e quais são seus desfechos. Para preencher essas lacunas informativas, a maioria dos estudos tem utilizado a imprensa escrita como fonte principal para obter dados mais detalhados que ultrapassem as poucas estatísticas oficiais. Esses levantamentos buscam, especialmente, informações que contextualizam as mortes, como o tipo de relação entre a vítima e o agressor, os possíveis motivos que levaram aos crimes e as circunstâncias em que ocorreram. Assim, qualquer tentativa de afirmar que as pesquisas sobre assassinatos trans seriam forjadas partem da mesma ideia que nega que o Brasil seria o quinto país com maior número de feminicídios, por exemplo.

Quem molda a realidade são os fatos, não os dados. E nesse sentido, os fenômenos objetos deste estudo, e que evidenciamos anualmente, continuam acontecendo em todas as esferas sociais e estão facilmente verificáveis, mesmo para quem não convive com pessoas trans, mas que, por exemplo, utiliza redes sociais, que têm sido os principais disseminadores de violências e violações de direitos humanos contra a comunidade trans.

Discordar de uma pesquisa realizada anualmente por pessoas trans, já consolidada por sua qualidade, metodologias empregadas e pela capacidade de aperfeiçoamento a cada edição, além de apresentar dados extremamente relevantes, é comum e esperado. No entanto,

essa divergência não deve ser confundida com tentativas de distorcer a realidade, negar ou desvalorizar o que vem sendo produzido. Isso poderia resultar em injustiças, na defesa e perpetuação de transepistemicídios (BENEVIDES e LEE, 2019)¹⁰¹, ou ainda em ações que prejudiquem a reputação da mais relevante e atuante instituição trans do país.

Qualquer questionamento é bem-vindo, desde que possa contribuir para o aprimoramento deste trabalho e de todos que decorrem do que temos produzido, nunca para tentar afirmar tratar-se de uma realidade fantasiosa ou forjada. É fundamental que essa discussão se baseie em argumentos sólidos e bem embasados, contribuindo para a promoção dos direitos trans, e não para retroceder ou fragilizá-los, especialmente quando esses ataques não apresentam qualquer antítese válida ao que está sendo apresentado. Afinal de contas, nessa disputa imaterial da produção político-ideológica de grupos antitrans, o que também está em risco é a própria luta trans como um todo e não apenas o trabalho da ANTRA.

Embora seja válido questionar as metodologias utilizadas (que são várias), e a interpretação de qualquer conjunto de dados para potencializar a produção de conhecimento e a própria ciência, é crucial reconhecer a credibilidade e o rigor com que a ANTRA coleta e analisa suas informações. Questionar nosso trabalho não pode ser visto como sinônimo de aceitar imputações caluniosas advindas de ímpetos negacionistas ou de opiniões de grupos antagonistas que pretendem apenas promover pseudo-polêmicas, com o objetivo de alcançar suposto reconhecimento público em cima do descrédito de nossa produção.

A nossa abordagem é rigorosamente fundamentada em metodologias científicas robustas e na coleta de informações abrangentes e verificáveis, que tem corroborado todas as pesquisas e dados que vêm sendo publicados, assegurando que cada dado produzido seja um reflexo fiel das experiências e desafios enfrentados por pessoas trans no Brasil. A fim de dirimir dúvidas e afirmar a qualidade do nosso trabalho, e em consonância com o que vem sendo insistentemente descrito em nossos dossiês anuais, realizamos revisões periódicas e implementamos diversas metodologias, técnicas de coleta e análise dos dados, além de contar com a revisão de pares e pesquisadores de várias áreas das ciências sociais, políticas, geográficas, entre outras.

Os dados da ANTRA são frequentemente utilizados por jornalistas, pesquisadores, especialistas, universidades e setores governamentais nacionais e internacionais, sendo reconhecidos em mais de 20 países na América Latina, Estados Unidos e Europa. Esse amplo reconhecimento indica que os dados refletem de forma válida e confiável a realidade das pessoas trans. Sem esses dados, não haveria referências capazes de apontar caminhos para enfrentar os desafios enfrentados e as conquistas que têm sido alcançadas pela comunidade trans. Por outro lado, a violência segue visível independente do que conseguimos iluminar a partir desta pesquisa.

Os ataques orquestrados financiados pela extrema direita, que utiliza corpos de mulheres cisgêneras para alcançar os objetivos patriarcais antigênero, e as tentativas de desacreditar os dados produzidos pela ANTRA, bem como questionar a legitimidade da organização, tem partido

101 BENEVIDES, Bruna G.; LEE, Débora. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018. ISSN 21772886. <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12858>

prioritariamente de grupos antitrans. Esses ataques evidenciam a tática de *litigância predatória antitrans* no sentido de atuar para enfraquecer nossa capacidade de mobilização e representação na esfera pública, sobretudo quando não apresentam qualquer evidência contundente, apenas narrativas frágeis, negacionistas e ideologicamente orientadas. Tais narrativas estão ligadas a interesses dos mesmos grupos que insistentemente atuam para atacar a democracia, o governo e o Supremo Tribunal Federal (STF), assim como votam e apresentam projetos contra os direitos das mulheres e a justiça reprodutiva, defendem uma agenda fiscal e econômica antipovo/ antitrabalhador e estão aliadas ao neoliberalismo pró-Israel, pró-milícia, pró-armamentista e outros ideais autoritários.

Além de outros agentes já evidenciados nesta pesquisa que compõem o ecossistema antigênero, incluindo-se aqueles perfis autointitulados "feministas radicais", "anti-woke", "anti-queer", "anti-indentitarismo" ou "críticos de gênero", que atuam para enquadrar os direitos das mulheres como estando em oposição às pessoas transgêneras, temos percebido o *rebranding* de alguns perfis LGBTQIA+ e de pessoas trans, que passaram a se posicionar contra o trabalho ANTRA. Suas iniciativas obtusas expõem motivações profundamente centradas na busca por relevância individual e interesses pessoais. Essas figuras, marcadas pela dificuldade de romper com concepções limitadas às experiências individuais, têm optado por alianças estratégicas com partidos de extrema direita. Essa postura que revela não apenas uma lamentável ausência de compromisso com a coletividade, mas também uma evidente inaptidão para articular contribuições significativas e construtivas para a luta trans.

Em uma busca desenfreada por protagonismo, esses agentes traidores do movimento trans recorrem a ataques infundados e à disseminação de desinformação, distanciando-se dos princípios éticos e políticos indispensáveis ao ativismo. Ao fazê-lo, reforçam discursos transfóbicos e comprometem os esforços dedicados à construção de um futuro vivível para a comunidade trans, expondo, assim, sua própria ineficácia e desconexão com os valores fundamentais da luta coletiva e fortalecendo as bases de opressão, enquanto negociam uma *pseudo-relevância* como meros símbolos descartáveis, caricaturais e desprovidos de substância.

Frente aos constantes ataques e tentativas de desacreditar a ANTRA, é essencial reafirmar nosso compromisso com a proteção dos direitos trans e a produção de informações qualificadas que denunciem o estado de omissão e a necessidade de ações urgentes para frear os impactos da transfobia. A importância da defesa da produção de dados e da ANTRA, assim como de suas afiliadas e ativistas se faz urgente, pois elas acabam ficando em risco aumentado para ataques dentro e fora do ambiente virtual, o que pode limitar suas atuações enquanto defensoras de direitos humanos.

Nesse contexto, a atuação da ANTRA permanecerá sólida e resoluta em seu papel de liderança, dedicando-se a pautar suas atividades na produção rigorosa de conhecimento, com um compromisso inabalável com a justiça e a igualdade. Nosso trabalho envolve não apenas a coleta de dados, mas também a análise crítica e a disseminação estratégica dessas informações, visando informar políticas públicas, influenciar decisões governamentais e sensibilizar a sociedade sobre a urgência das questões enfrentadas pela comunidade trans.

Dessa forma, divulgamos nota pública mais detalhadas sobre o tema¹⁰², e afirmamos seguir comprometidas com a defesa, produção, aprimoramento e a divulgação de informações que promovam os direitos trans, destacando a necessidade de ações urgentes e concretas para combater a transfobia. A ANTRA reafirma seu compromisso com a transparência e a integridade em todas as suas pesquisas e publicações, trabalhando incansavelmente para garantir que a voz da comunidade trans seja ouvida e respeitada em todas as esferas da sociedade.

102 <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/03/nota-producao-de-dados-antra-2024-1.pdf>

2. A PESQUISA¹⁰³

O país está preso no cativeiro da necro-trans-política.

Os crimes que ganham as páginas dos periódicos são “eleitos” num conjunto de eventos que ocorrem no dia a dia das cidades e, dependendo do tamanho da cidade ou das pessoas envolvidas, um crime poderá ter maior ou menor destaque. Ademais, o relato de crimes pela imprensa depende muito da política editorial e mercadológica de cada periódico. Assim, embora essa fonte seja relativamente mais acessível para os pesquisadores, a imprensa tem que ser utilizada com cautela, e seus dados analisados com muito critério, evitando-se as generalizações.

Realizada desde 2017 pela ANTRA, esta pesquisa jamais seria uma escolha. Publicar esse dossiê anualmente é se deparar com uma das faces mais violentas da transfobia. E ao contrário do que se pensa, não existe qualquer conforto ou prazer em trabalhar com assassinatos de pessoas trans e informações tão desanimadoras. No entanto, existe uma urgência de que essa discussão seja levantada e visibilizada. Especialmente, para que os diversos genocídios da população trans não se confundam com outros tipos de mortes ou assassinatos. Apenas as pessoas trans têm sido alvo de uma violência específica, que tem sido direcionada por campanhas de ódio às suas identidades de gênero, as quais têm sido o principal fator de risco para os assassinatos (inclusive sociais). Isso é particularmente relevante quando se consideram aquelas pessoas que têm expressão de gênero não normativa em relação a sua imagem e estética, como veremos a seguir, quando analisarmos os *elementos comuns nos assassinatos* e os ataques às mulheres cis não normativas lidas como se fossem pessoas trans.

Não é uma tarefa simples realizar este trabalho a cada ano e tentar trazer elementos novos ou primar pelo seu contínuo aprimoramento, seja pelos altos investimentos pessoais, seja pela falta de apoio, ou até mesmo pelos desafios encontrados em seu desenvolvimento, que serão listados quando falarmos de sua metodologia em detalhes. Fato é que desejamos que um dia não precisemos mais fazer esse trabalho hercúleo, que o Estado reconheça a existência dessas violências assumindo o compromisso de gerar dados governamentais em todas as esferas, construir políticas de prevenção, identificação de suspeitos, enfrentamento e responsabilização, além de ações de memória e de reparação para as famílias das vítimas. Isso deve ser feito não apenas de modo reativo, por ter que lidar com a violência explícita e os requintes de crueldade constantes nas matérias dos jornais ou nos alertas dos mecanismos de busca que são recebidos diariamente, mas também pelo impacto que esses acontecimentos causam à vida de todas as pessoas que trabalham na pesquisa.

103 Consolidada ao longo dos últimos anos, em 2025, a metodologia desta pesquisa se manteve a mesma utilizada na edição anterior. O texto segue integralmente o que havia sido publicado na edição anterior.

Obviamente seria muito mais fácil e seguro escrever sobre conquistas, ganhos e a possibilidade da existência de uma realidade diferente. Viver e ser trans em uma sociedade como a que estamos inseridas (como analisado no capítulo anterior) nos permite dizer que o enfrentamento da violência é –ou pelo menos deveria ser – a pauta mais urgente da comunidade trans e, transversalmente à busca por direitos, é a que mais afasta pessoas trans e travestis do acesso à cidadania. E enquanto não houver esforços direcionados por parte do Estado, as violências seguirão presentes no dia a dia de todas as pessoas trans, de todas as classes sociais, raças e etnias, faixas etárias, gêneros e outras formas de ser e existir, resguardando-se as devidas proporções em que determinados elementos colocarão alguns corpos em maior ou menor risco que outros.

Qualquer pessoa que conheça minimamente a realidade da população trans consegue, sem muito esforço ou necessidade de qualificação técnica, reconhecer que os dados aqui apresentados dialogam de forma direta com a realidade de vivências em que estão inseridas travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias que expressam e vivem aberta e publicamente sua insubordinação à cisgeneridade. E mesmo se essa pesquisa não fosse realizada, não mudaria a situação dessas pessoas ou apagaria a transfobia, as expulsões do banheiro ou de casa, os desrespeitos ao nome social, os xingamentos, o assédio, a negação da identidade de gênero e os assassinatos, sejam eles sociais ou de fato.

Negacionistas que são, alguns grupos e pessoas financiadas pela extrema direita – a mesma que defendeu o uso de cloroquina – e também *CISativistas*¹⁰⁴, autodeclaradas feministas radicais ou não, têm tentado insistentemente deslegitimar a produção de dados feita pelos movimentos sociais, não apenas os que são publicados pela ANTRA. E, com isso, tais atores pretendem invalidar essa produção de forma irresponsável e arbitrária. Temos visto muitas pessoas serem cooptadas por esse tipo de armadilha no “campo progressista”.

E, para que não restem dúvidas, insta frisar que esta pesquisa conta com: i) uso de metodologia consolidada nacional e internacionalmente, inclusive academicamente; ii) conselho de ética; iii) validação por pares; iv) grupos de pesquisa acadêmica que atuam conosco; v) reconhecimento público da legitimidade de nossa produção; vi) aderência material na realidade apresentada; vii) dados coletados a partir de fontes públicas e/ou complementares; viii) instituições sociais e de classe que reconhecem o impacto dessa produção; ix) pesquisas realizadas a partir dos dados apresentados; x) critérios rígidos e revisões periódicas; xi) base legal e de pesquisa que referencia este trabalho; xii) instituição com notória atuação em defesa dos direitos trans e conduta ilibada; e xiii) anos de experiência de campo.

Esses parâmetros, por certo, não são usados como escudo para afirmar que não erramos. Pelo contrário, eles reforçam a necessidade de estarmos cada vez mais atentas àquilo que temos entregue em termos de resultado a cada ano, além de ajudarem a identificar e reconhecer erros e aprender com eles. E tem sido a capacidade de reconhecer possíveis erros e equívocos,

104 Temo utilizado para se referir as pessoas cisgêneras que atuam na defesa exclusiva dos direitos a partir do cissexismo e da cisgeneridade, e atuam contra os direitos e à existência de pessoas trans. <https://blogueirasfeministas.com/2015/06/30/a-construcao-da-identidade-de-genero-e-da-orientacao-sexual/> e <https://medium.com/@leonardodesousa/como-o-cisativismo-e-o-ativismo-ggg-promovem-invisibiliza%C3%A7%C3%A3o-de-siglas-lgbts-9a10f0e8c9dc>

ouvir críticas, corrigir e/ou modificar estratégias o que nos faz perseguir, nos últimos sete anos, a produção de informações cada vez mais qualificadas. Críticas são bem-vindas, todavia com o negacionismo não há diálogo.

Entendemos que a produção de dados envolve tentativas, erros, acertos, revisões periódicas, atualizações de padrões e de metodologias. Também inclui aprimoramento técnico do trabalho desenvolvido. E isso não significa apoiar pseudociência ou criar dados falsos, mas reposicionar conhecimentos subordinados, geralmente desqualificados e rotulados como "proselitistas" e "não neutros", sobretudo quando se trata de saberes produzidos fora da academia. Para Foucault, uma bobagem, já que todo saber é político¹⁰⁵. E esse era um Foucault comprometido com saberes que não deveriam abrir mão disso por um status científico que implicaria sua domesticação.

Isso posto, é crucial fazermos os seguintes questionamentos: quando pessoas afirmam falar em nome da ciência, qual é o propósito por trás disso? Qual é a origem delas? Quais são os interesses que estão em jogo? O que elas pretendem? A quais instituições estão vinculadas? Suas declarações são genuinamente desinteressadas ou fazem parte da disputa ideológica em andamento?

E as respostas a esses simples questionamentos irão contribuir para que seja elaborada uma posição crítica em relação a quem encampa esse tipo de campanha difamatória, que desconsidera todas as contribuições que movimentos sociais e populares têm trazido na defesa dos direitos humanos com a produção de dados. Estes têm que inclusive sido usados para fazer contraste àqueles levantados pelo Estado, que em muitas situações podem não representar a realidade de quem vive no cotidiano da realidade que se pretende visibilizar. Consideramos não ser suficiente que alguém legisle em causa própria, declarando-se neutro, técnico ou defensor da boa ciência, para que aceitemos suas afirmações.

2.1 OBJETIVOS

Os dados e as informações apresentadas nesta pesquisa, além de denunciarem a violência, explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios e da violência contra pessoas trans. Traça-se um perfil sobre quem são essas pessoas que estão sendo assassinadas a partir dos marcadores de idade, classe e contexto social, raça e gênero, além de outros fatores que colocam essa população como o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil.

Um dos principais objetivos desta pesquisa é o levantamento de informações sobre os assassinatos e as violências contra pessoas trans brasileiras, para confrontar a omissão do Estado frente à necessidade do tipo de informação, para que sejam pensadas políticas públicas e traçadas

105 Microfísica do poder, pág 28; tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

estratégias de enfrentamento e erradicação da transfobia. Considerando que essas informações (sobre assassinatos) são inexistentes e os dados que existem seguem limitados aos atendimentos de saúde no caso do SINAN, ou de dados constantes nos relatórios do Disque 100. Outrossim, permanece latente o objetivo contido em nosso dossiê, na edição de 2020, conforme segue:

O objetivo do presente dossiê é garantir que as Gisbertas, Dandaras e tantas outras possam ter o direito à vida assegurado e que o país deixe de ser o que mais assassina pessoas trans do mundo. Para tal, lutamos para que as informações que vêm sendo construídas sejam atualizadas e utilizadas para pensarmos em formas de erradicar a transfobia, a travestifobia, o transfeminicídio e outras violências diretas e indiretas contra a população trans não apenas no Brasil, mas possam, com as janelas que se abrem a partir das trocas de informações, alcançar uma oposição eficaz em todo o ciclo da violência transfóbica, que é estrutural e estruturante de nossa sociedade (Dossiê ANTRA – 2020).

Além disso, o presente documento se consolida como uma ferramenta importante ao traçar as análises dos casos de forma direta e objetiva, a fim de contribuir para o processo de reconhecimento público da situação de violência e das violações de direitos humanos contra pessoas trans no país. Espera-se também proporcionar a possibilidade de novas pesquisas a partir do que for levantado por este dossiê, além de buscar respostas institucionais sobre ações que devem ser tomadas; efetivação de denúncias junto aos órgãos de controle do Estado; formalização do envio de informações qualificadas para Cortes e Tribunais Internacionais; fóruns de discussões e conferências dos mais diversos campos, com ênfase em uma segurança pública que pense o racismo transfóbico na formação de seus agentes. Em suma, é necessário que o Estado e os governos deixem de ser as principais instituições com grande parcela de responsabilidade sobre a atual situação das pessoas trans no país.

As respostas à situação geral em que se encontram as pessoas trans ainda são ausentes ou insatisfatórias por parte da Administração Pública, dos estados e do Governo Federal. Assim como a própria sociedade tem se furtado de promover um debate honesto e que garanta a defesa da vida e dos direitos das pessoas trans.

Os Estados têm a obrigação de atuar com a devida diligência para prevenir, investigar, punir e reparar a privação de vida e outros atos de violência. Os mecanismos das Nações Unidas exortaram os Estados a cumprir esta obrigação, adotando medidas legislativas e outras para proibir, investigar e processar todos os atos de violência e incitação à violência motivados por preconceito e dirigidos contra LGBT e Intersexo, bem como para fornecer reparação às vítimas e proteção contra represálias. Esses mecanismos instaram as autoridades dos Estados a condenar publicamente esses atos e a registrar estatísticas sobre esses crimes e os resultados das investigações, processos judiciais e medidas de reparação. [...] Os Estados também têm a obrigação de abordar a discriminação contra crianças e jovens que se identificam ou são percebidos como LGBT ou pessoas Intersexo. Esses atos incluem assédio, intimidação em escolas, falta de acesso a informações e serviços de saúde e tratamento médico coercitivo¹⁰⁶

106 Informe de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. Disponível em:

Embora pessoas trans também possam ser vítimas de homofobia, lesbofobia e/ou bifobia, é a transfobia que tem sido a maior responsável pela violência e violações de direitos humanos que pessoas trans têm sofrido. Isso ocorre, em larga medida, pela forma como o cissexismo é colocado como ponto central, atuando através da transfobia para negar a existência, a humanidade e, portanto, qualquer possibilidade de acesso a cidadania e direito para travestis, transexuais e demais pessoas trans.

É necessária, urgentemente, a mobilização de toda a sociedade para que a criminalização seja colocada em prática, para que o reconhecimento da identidade de gênero como agravante e qualificador dessas violências passe a constar na forma com que os casos são registrados, investigados e analisados, e que eles sejam reconhecidos como feminicídios, violência de gênero e/ou doméstica de acordo com cada caso. O enfrentamento eficaz da transfobia deve considerar que a violência contra corpos trans e travestis traz diversos elementos que nos revelam um cenário em que crimes são cometidos motivadas pelo ódio transfóbico considerado na escolha da vítima pelos suspeitos, tendo em vista, por um lado, a identidade de gênero e a expressão não normativa dessas pessoas, e, por outro lado, os requintes de crueldade, a forma e a intensidade com que esses crimes se dão.

2.2 O USO DE DADOS DA IMPRENSA EM PESQUISAS NÃO SÃO UMA NOVIDADE

Antes de entrar efetivamente na metodologia desta pesquisa, faremos um breve resgate da produção de dados e informações sobre violências e assassinatos contra travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias no Brasil, a fim de reconhecer o trabalho daquelas pessoas que contribuíram nessa caminhada.

O estreitamento dos laços entre pesquisa e os jornais, a imprensa, e as redes sociais mais recentemente têm, cada vez mais, sido usadas por quem faz pesquisas, seja por pessoas ligadas ao estudo do campo político, seja de outras vertentes da análise historiográfica, entre outros ramos da ciência.

Qualquer pesquisador que tome um jornal como fonte de sua pesquisa (obviamente levando em consideração seu objeto de estudo) deve, acreditamos firmemente, definir em que tipo e dimensão ele se encaixa e/ou será tratado. Pesquisadores que utilizam a imprensa como fonte não devem perder de vista que ela nunca deve ser tomada com efeito de verdade absoluta, mas sim como representação de grupos sociais e da realidade que os cercam, e tem sido utilizada como dados importantes para qualificar informações valiosas sobre o objeto que se pretende analisar.

A escolha da mídia/imprensa como fonte de pesquisa no Brasil não é recente e muito menos uma novidade, tampouco ela é usada exclusivamente para mapear assassinatos de pessoas LGBTQIA+. Afirmar isso seria um ato completamente equivocados em relação a toda produção acadêmica que utiliza o mesmo tipo de fonte advinda de jornais e mídias digitais. Diversos outros grupos e Organizações Não Governamentais (ONGs) utilizam essa mesma metodologia, assim como defensores de direitos humanos, historiadores e pesquisadores em geral, sobretudo quando as informações são escassas ou ausentes no campo governamental.

Além disso, cabe lembrar que, em se tratando da produção de dados sobre a comunidade LGBTQIA+ em um contexto de completa ausência de informações governamentais ao redor do mundo, foi o Grupo Gay da Bahia (GGB) que iniciou no Brasil o monitoramento e sistematização de mortes de pessoas LGBTQIA+. Para isso, utilizou-se de casos publicados por jornais/imprensa em 1982¹⁰⁷, e somente anos depois passou a incluir informações postadas na internet, seja em grupos específicos e/ou nas redes sociais.

Em 2009, a nível internacional, a ONG *Transgender Europe* (TGEU)¹⁰⁸, por meio do projeto *Trans Murder Monitoring* (TMM)¹⁰⁹, foi pioneira em realizar o levantamento de informações com recorte específico de pessoas trans e gênero-diversas. No Brasil, o Grupo TransRevolução¹¹⁰, do Rio de Janeiro, foi o primeiro coletivo trans brasileiro a realizar a coleta de dados sobre o assassinato de travestis e transexuais em 2011. Em 2016, inicia o monitoramento da Rede de pessoas trans e, em 2017, a ANTRA passou a fazer esse tipo de levantamento. No ano de 2018 foi lançado o primeiro Dossiê do Lesbocídio¹¹¹, com dados específicos sobre mulheres lésbicas e bissexuais. E no mesmo ano, na cidade de Lima, no Peru, foi fundado o Observatório de Violência contra Pessoas Trans e Gênero Não Binário da América Latina e Caribe - Observatório LAC¹¹², composto inicialmente por Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba e Uruguai, que passou a monitorar dados sobre violências e assassinatos contra pessoas trans na América Latina e Caribe, do qual a ANTRA é uma das instituições fundadoras.

107 https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_Gay_da_Bahia

108 Anualmente a ONG TGEU tem sido responsável por lançar o ranking de países que tem levantamento de dados sobre o assassinato de pessoas trans. <https://tgeu.org/>

109 O projeto *Trans Murder Monitoring* (TMM) começou em Abril de 2009 como uma cooperação entre a *Transgender Europe* (TGEU) e a revista acadêmica online *Liminalis – A Journal for Sex/Gender Emancipation and Resistance*. Com o envolvimento da equipe editorial da *Liminalis*, o TMM tornou-se um projeto piloto do projeto de pesquisa “Transrespeito versus Transfobia Mundial” da *Transgender Europe* em setembro de 2009. <https://transrespect.org/en/research/tmm/>

110 <https://mundot-girl.blogspot.com/2014/01/conheca-o-grupo-transrevolucao.html?m=1>

111 <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/dossie-sobre-lesbocidio-no-brasil-2014-2017-peres-milena-cristina-carneiro-et-al/>

112 Observatório LAC. <https://www.facebook.com/observatoriolac/posts/pfbid022JdhM2JLnqYawnjTkf9Nn3dfc8sg-JSQVeXHhPmuwSTKEzNKKa3zobUdtY7FH99Qzl>

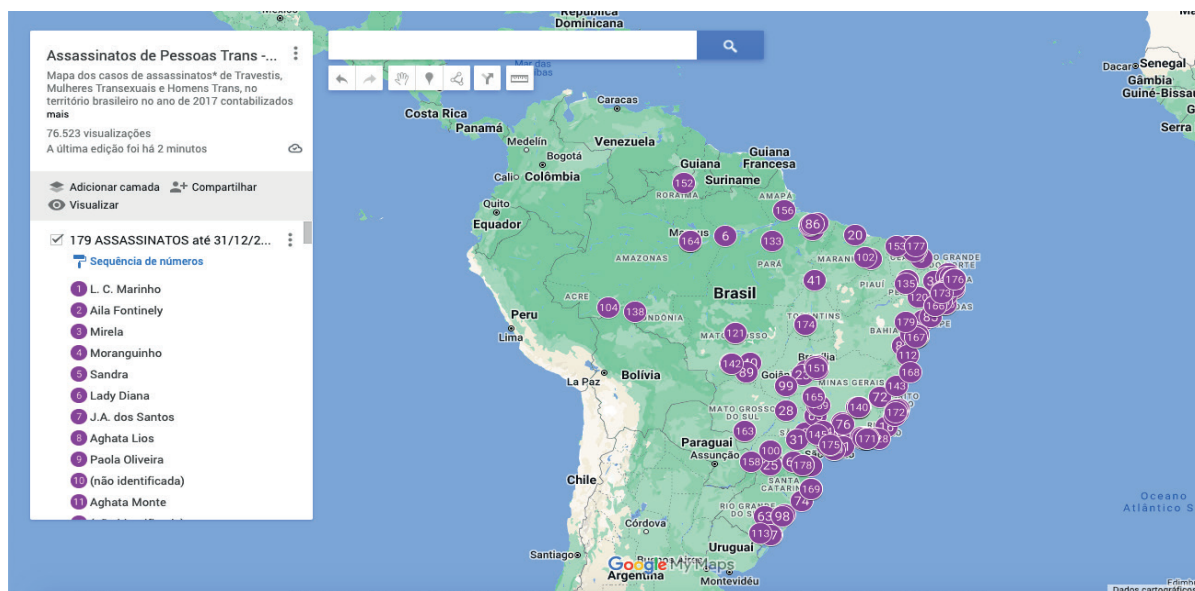
Imagem: Observatório LAC



(Reprodução Facebook/Observatório LAC)

Destacamos que uma das principais inovações apresentadas pela ANTRA, já na sua primeira edição do Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras, foi o uso pioneiro da cartografia digital com a implementação do "Mapa dos assassinatos". Uma metodologia pioneira aplicada pela ANTRA, que passou a construir um mapa interativo no Google Maps contendo informações e a marcação da geolocalização¹¹³, sobre cada caso que compõe a base desta pesquisa, a fim de monitorar e visualizar os dados cartográficos dos assassinatos de pessoas trans com mais eficiência, e que posteriormente passou a ser adotada por outras pesquisas similares.

Imagem: Mapa da cartografia digital desenvolvido pela ANTRA



(Mapa dos Assassinatos Trans/ANTRA 2017)

113 A geolocalização refere-se à capacidade de determinar a localização física de um objeto ou pessoa na Terra usando coordenadas geográficas, como latitude e longitude. E, neste caso, utilizamos a marcação a partir do local onde ocorreu o assassinato para marcar um ponto no mapa.

E há ainda as informações produzidas por observatórios regionais/estaduais que atuam localmente e têm contribuído com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela ANTRA no sentido de que seja construída uma base de dados compartilhada, como o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão e o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, dentre outros.

Considerando que, embora possam ser usadas metodologias semelhantes pelas instituições citadas nesta breve contextualização – o uso de dados publicados em jornais e mídias, assim como na internet e em redes sociais –, é importante destacar que tanto o alcance quanto as bases de dados usadas não são as mesmas, portanto não se pode buscar resultados iguais, ou tratar como contraditórios por partirem de olhares distintos. Não acreditamos na existência de dados mais ou menos importantes, ou em dado “melhor”. Existem dados – e há um trabalho árduo sendo realizado – que não devem ser antagonizados sob o risco de fragilizar os objetivos que todos partilham: a erradicação das violências e o enfrentamento efetivo dos assassinatos sistemáticos de travestis e demais pessoas trans.

2.3 METODOLOGIA

Anualmente são feitas revisões dos resultados e da metodologia aplicada a cada edição, no sentido de qualificar cada vez mais a produção desses dados e que tem sido o principal diferencial da pesquisa realizada pela ANTRA, com apoio de parceiros. Essas revisões podem incluir a necessidade de ser feita uma análise aprofundada desde a pesquisa e o levantamento das fontes, assim como na forma de realizar as análises dos elementos que constituem um dado com qualificadores suficientes, para que seja considerado dentro dos parâmetros que constituem o recorte de assassinatos, homicídios e mortes contra pessoas trans.

Por exemplo, o uso da estatística descritiva neste dossiê nos ajuda a descrever os dados extraídos das fontes de informações, além de envolver a coleta, organização, resumo e apresentação de dados. Embora não nos limitemos a ela, a estatística descritiva é uma forma de analisar e descrever características importantes de conjuntos de dados, fornecendo uma visão geral dos padrões e tendências neles presentes. Ademais, os principais objetivos da estatística descritiva são: i) resumir os dados quantitativos; ii) descrever suas características de forma concisa e informativa; e iii) representar graficamente os dados para facilitar a sua compreensão e interpretação (Agresti; Finlay, 2012)¹¹⁴.

Nesse sentido, após revisão e testes, o presente monitoramento passa a sistematizar as informações de forma quantitativa e também qualitativa, visto que não existem dados demográficos a respeito da população trans¹¹⁵ brasileira. Isso impossibilita um cruzamento entre

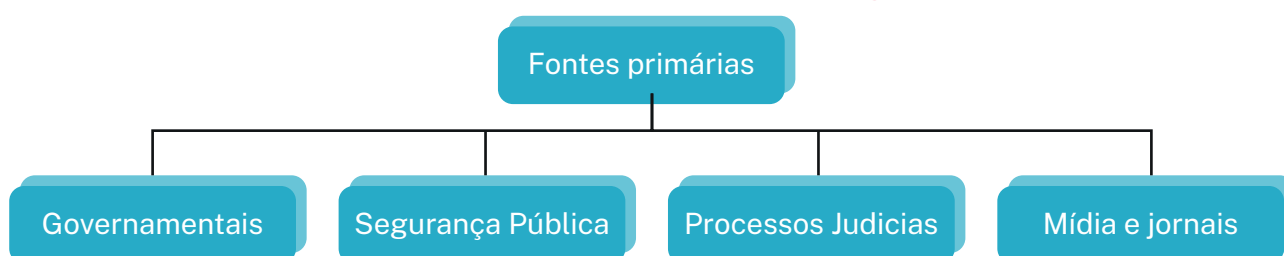
114 Agresti e Finlay (2012). Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5996665/mod_resource/content/0/Agresti%20e%20Finlay%20%282012%29%20M%C3%A9todos%20Estat%C3%ADsticos%20para%20as%20Ci%C3%Aancias%20Sociais_Cap7.pdf

115 Pessoas trans é a forma ampliada que será usada ao longo deste texto para falar sobre o coletivo das identidades trans que serão mencionadas no decorrer do mesmo e se refere a Travestis, Mulheres transexuais, Homens trans, pessoas Transmasculinas e Não Binárias.

a intenção de levantarmos a proporção da população trans *versus* o número de assassinatos com o intuito de traçar a proporção de casos/habitantes, o que se torna um grande desafio. Após a coleta dos dados, a pesquisa de informações é dividida em dois tipos de fontes principais, sendo ela as A) fontes primárias e B) secundárias (ou complementares) que serão melhor explicadas a seguir.

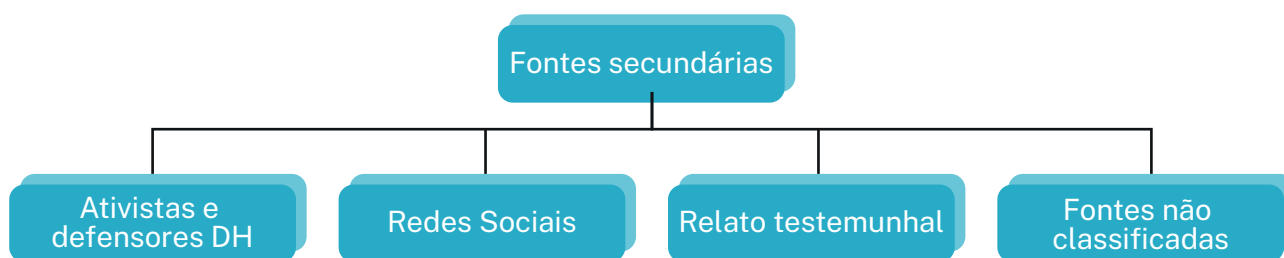
São consideradas como fontes primárias (A) aquelas cujos dados são obtidos a partir de informações: 1) governamentais (Disque 100, SINAN, etc.); 2) órgãos de segurança pública; 3) processos judiciais/órgãos da justiça¹¹⁶; e 4) casos publicados em diversos veículos jornalísticos e mídias, hegemônicas, alternativas ou locais, que devido à ausência ou dificuldade de acesso ou subnotificação por parte do Estado, acabam se tornando as principais fontes desta pesquisa.

Figura: Fontes primárias de informações



E há as fontes secundárias (B), que são dados complementares e trazem informações nos casos em que nenhuma mídia/imprensa cobre ou publica o assassinato, e nos são trazidas por diversos meios: 1) ativistas e representantes de instituições de direitos humanos, que chegam pelos mais variados meios e canais de comunicação (e-mail, Instagram, Facebook, WhatsApp, etc.), muitas das quais compõem a rede de instituições afiliadas da ANTRA e outras ONGs e instituições parceiras; 2) publicações nas redes sociais como Instagram, X/Twitter, Facebook e outras; 3) envio de informações via *relato testemunhal*¹¹⁷; e 4) outras fontes não classificadas.

Figura: Fontes secundárias de informações



116 Alguns inquéritos estão digitalizados e as informações são altamente difíceis de acessar ou são ausentes, e um número considerável ainda existe exclusivamente de modo físico. O processo de arquivamento digital ainda é demasiadamente embrionário e precário na estrutura da administração pública.

117 A **prova testemunhal** é obtida por meio da inquirição de testemunhas a respeito de fatos relevantes que, no caso desta pesquisa, incluem as informações trazidas por ativistas e/ou instituições de direitos humanos. De uma forma geral, o depoimento da testemunha é sobre aquilo que presenciou, podendo, também, narrar fato que ouviu, mas não presenciou. E trata-se de instrumento importantíssimo, que foi regulado pelo novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) em seus artigos 442 a 463.

A) Busca por informações em mecanismos de pesquisa na internet

A fim de viabilizar este trabalho e tornar a busca por notícias com os objetos dessa pesquisa mais dinamizada, incluímos diversos alertas nos principais mecanismos de busca para que, de forma automatizada, as palavras-chave previamente informadas sejam capazes de direcionar os casos de assassinatos e violência contra pessoas trans. Casos envolvendo palavras como “travesti” e “transexual”, ou ainda “mulher trans”, têm mais retornos em buscas e a partir dos alertas de notícias que trazem esses marcadores.

Quadro: Parâmetros de alertas em mecanismos de busca por assassinatos

FONTES	TIPO
Travestis	Travesti + assassinada
	Travesti + assassinado
	Travestis + assassinada
	Travestis + assassinado
	Travesti + morta
	Travesti + morto
	Travestis + Morto
	Travestis + morta
	Homossexual + morto
	Homossexual + assassinado
Mulher trans ou transexual	Mulher Trans + assassinada
	Mulher Trans + morta
	Mulher Transexual + assassinada
	Mulher Transexual + morta
	Transexual + assassinada
	Transexual + assassinado
	Transexual + morta
	Transexual + morto
Homem Trans e pessoas transmasculinas	Homem Trans + assassinado
	Homem Trans + morto
	Homem Transexual + Assassinato
	Homem Transexual + morto
	Transexual + assassinada
	Transexual + assassinado
	Homossexual + morta
	Homossexual + assassinada
	Lésbica + assassinada
	Mulher + assassinada
	Lésbica + morta
	Mulher + morta

(continua)

(continuação)

FONTES	TIPO
Pessoas não binárias	Não Binário + morto
	Não Binário + morta
	Não Binária + morto/a
	Não Binário + assassinado
	Não Binário + assassinada
	Homossexual + morto
	Homossexual + morta
	Homossexual + assassinado
	Homossexual + assassinada
	Lésbica + assassinada
	Mulher + assassinada
	Lésbica + morta
	Mulher + morta

Homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias ainda enfrentam grande invisibilização ou ausência de informações públicas sobre assassinatos nos veículos de mídia e a maioria dos casos que temos contabilizados vem de fontes complementares. Essas fontes complementares são também as principais fontes de informações sobre casos de desaparecimento, suicídios, violações de direitos humanos e outros tipos de violência. Isso não quer dizer que esses casos não existam, mas nos ajuda a perceber que, ao longo dos últimos seis anos, a violência mortal-intencional é muito mais direcionada às pessoas *transfemininas*¹¹⁸, que são maioria, em torno de 95% de todos os registros. Tais dados corroboram informações publicadas pela Transgender Europe, que organiza o ranking global.

B) Não há um padrão de publicação das notícias

Infelizmente, os dados não seguem um padrão e há muitos casos em que não existe respeito à identidade de gênero ou mesmo ao nome social das vítimas, quando da veiculação dos casos na mídia. Isso faz aumentar ainda mais a dificuldade na busca desses dados, além de invisibilizar a motivação do caso e aumentar a subnotificação.

Qualquer pesquisa em um mecanismo de busca na internet, denuncia o quanto a violência direcionada a pessoas trans segue presente no cotidiano dessas pessoas. Assustadoramente, observamos que a cada ano vem se mantendo o mesmo cenário em que a maior parte das notícias com as palavras “travesti” ou “mulher trans”, na aba notícia dos principais mecanismos de busca, apresentam resultados de notícias relacionadas à violência e/ou violações de direitos humanos.

¹¹⁸ Termo utilizado para referenciar as pessoas trans que foram designadas homens ao nascer (sic), mas que reivindicam e constroem uma forma própria de se constituir no espaço público, demonstrando sua indignação com o gênero atribuído e alterando sua expressão de gênero a fim de marcar sua identidade feminina, muitas vezes expressa em seu próprio corpo. Exemplos: Travestis, mulheres trans, Muxes, Hijras etc.

Nas buscas e análises dos dados a partir de alertas, nos deparamos com toda e qualquer matéria contendo essas palavras, e, em alguns casos, uma não está relacionada à outra. O que é um trabalho extremamente difícil, visto que a identidade da vítima fica sob a responsabilidade de quem escreveu a matéria, muitas vezes a partir de informações preliminares da própria polícia – sem formação adequada sobre diversidade de gênero ou cuidado com a memória das vítimas.

E são as pessoas que atuam como investigadores-pesquisadores¹¹⁹ para a elaboração do presente dossiê que assumem o papel de ter que “atribuir uma identidade presumida” sobre aquela pessoa, lançando mão de um processo semelhante à heteroidentificação para fins da presente pesquisa. Isso inclui busca de perfis em redes sociais, outros links de notícias e em alguns casos a busca de contato com alguém do convívio e familiares das pessoas, na tentativa de minimizar o risco de que seja atribuída uma identidade que não condiz com a sua realidade quando ainda estava em vida.

Um exemplo da importância de pessoas qualificadas para essa função é o caso da policial militar Juliane Duarte, negra, lésbica e periférica. Ela tinha 27 anos quando foi encontrada morta em 2018 no Bairro Campo Grande, na Zona Sul de São Paulo¹²⁰. E algumas publicações afirmavam se tratar de um “homem trans”¹²¹. Porém, após buscas nas redes sociais e contatos com pessoas próximas, ficou nítido para esta pesquisa que se tratava de uma mulher lésbica cisgênera, que não expressava uma feminilidade hegemônica, corroborado pelo depoimento de uma amiga de Juliane à Ponte Jornalismo¹²², que afirma que ela “nunca fez questão de ser ‘ele’, era ‘ela’. A Ju era lésbica, não queria ser tratada como homem, apesar de vestir roupas mais masculinas”.

Assim, foram definidos os parâmetros para classificar as casos, de acordo com as informações constantes nas matérias/imprensa ou redes sociais. São eles:

119 Investigadores-pesquisadores são as pessoas que ao longo do ano recebem, analisam, classificam, sistematizam e qualificam as fontes de informações que serão validadas e utilizadas como base de dados desta pesquisa.

120 <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/06/policia-encontra-corpo-de-pm-desaparecida-em-sp.ghtml>

121 1) <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/pm-trans-que-foi-assassinada-passou-os-ultimos-dias-cuidando-da-mae-com-cancer/> 2) <https://revistaladoa.com.br/2018/08/noticias/policial-militar-desaparecida-e-encontrada-morta-em-sao-paulo/> 3) <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/2018/08/a-morte-da-pm-e-proibicao-de-uma-peca.html> 4) <https://sul21.com.br/colonassamir-oliveira/2018/08/dudu-dos-santos-o-policial-trans-assassinado-e-a-hipocrisia-dos-abutres/>

122 <https://ponte.org/alegria-contagante-era-marca-da-pm-juliane-sequestrada-e-encontrada-morta/>

Quadro: Parâmetros para classificação do dado

PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
Data da publicação	Data em que foi feita a publicação na imprensa ou rede social.
Data do ocorrido	Dia em que o fato aconteceu.
Período do ocorrido	Se ocorrido em período diurno (matutino ou vespertino) ou noturno.
Classificação da morte	Análise do tipo de morte, classificando de assassinato, suicídio e outras mortes não classificáveis ou suspeitas.
Nome	Verificação do uso do nome da vítima, considerando o uso do nome social e/ou se houve a veiculação do nome de registro anterior da vítima.
Idade	Idade da vítima, podendo ser exata ou estimada, a depender de como foi veiculada na matéria/post.
Identidade de gênero	Identifica a identidade de gênero por segmento: travesti, mulher trans/transsexual, homens trans, pessoa transmasculina, ou não binária, e se a identidade de gênero foi respeitada pela fonte.
Raça/Etnia	Marcador de raça e etnia, de acordo com o estabelecido pelo IBGE, sendo Negros (pretos e pardos), Brancos, Amarelos e Indígenas.
Tipo do assassinato	Neste campo considera-se o meio pelo qual a morte ocorreu.
Ferramenta empregada	Verifica-se o tipo de ferramenta empregada para causar a morte.
Local do ocorrido	Tenta identificar o tipo de local onde ocorreu o fato, como rua ou avenida, casa da vítima, hotel/motel, bar ou boate, estabelecimento comercial, unidade de saúde, entre outros.
Tipo de espaço	Se ocorrido em espaço público ou privado.
Cidade	Município onde ocorreu o fato.
Estado	Unidade da Federação do ocorrido.
Região	Se ocorrido na região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul ou Sudeste.
Identidade do Suspeito	Identificação se o suspeito é homem, mulher ou outra, seja cis ou trans.
Relação do suspeito com a vítima	Verifica se havia algum tipo de relação com o suspeito.
Situação do caso	Traz informações se o caso está sendo investigado, se o(s) suspeito(s) foi/foram identificado(s), se houve prisão e se o caso foi solucionado.
Informações adicionais	Este campo traz informações que ajudam a complementar o perfil da vítima como a situação social, de moradia, se era defensora de direitos humanos ou profissional do sexo, se era uma pessoa com deficiência, e qualquer outro tipo de dado que complemente o perfil da vítima.
Tipo da fonte	Qual tipo de fonte foi considerado, se primária ou secundária e suas subcategorias.

De posse dessas informações, são realizadas diversas análises complementares e o cruzamento de dados até que a fonte seja elegível para a base de dados. Poderão ser inseridas informações adicionais que porventura venham a agregar à pesquisa e que, em muitos casos, possam complementar as informações a partir do olhar de investigadores-pesquisadores. Após a sistematização dessas informações, é construído o **perfil da vítima**, que ajuda na análise dos casos e poderá ser melhor verificado a seguir, em um capítulo específico.

Todas as análises passam por revisões individualmente e uma busca complementar sobre a atualização dos casos, com a finalidade de buscarmos informações sobre o estado da responsabilização e/ou prisão dos suspeitos, se a vítima foi identificada (quando a informação

não consta na fonte inicial), situação de óbitos posteriores a desaparecimentos e às tentativas de assassinatos etc.

Durante todas as etapas desta pesquisa, que ocorre entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, são feitas revisões, discussões e reuniões com parceiros, ativistas e instituições de vários campos de atuação, tendo sido realizadas formações, fóruns e oficinas intersetoriais com a finalidade de qualificar e aperfeiçoar este trabalho, conferir-lhe legitimidade, e validação entre pares.

As informações aqui apresentadas são resultados das análises a partir dos dados encontrados durante nossas investigações e não representa a totalidade de casos de assassinatos, violência e/ou violações de direitos humanos contra pessoas trans e não binárias no Brasil, mas são apenas uma parte desse problema social. Elas são constituídas como hipóteses que consideram o contexto geral, político, econômico, geográfico, social, nacional e internacional.

C) Principais desafios enfrentados para a realização da pesquisa

Destacamos que, embora os dados produzidos pelos Dossiês da ANTRA sejam amplamente utilizados nacional e internacionalmente por diversas pessoas, ONGs, figuras políticas, influencers, pelo setor privado e no campo político, por instituições de ensino, órgãos do estado e agências internacionais, não dispomos de nenhum financiamento específico para a realização deste levantamento. Isso significa que não contamos com recursos (financeiros ou materiais) destinados a este fim, o que precariza o trabalho realizado por nós, principalmente quando há a necessidade de uma busca ativa de forma local nos estados e municípios, em todo o Brasil, seja em juizados, delegacias, hospitais, Instituto médico legal (IML), contato com familiares etc., a fim de realizar um cruzamento de dados mais efetivo. Isso acaba por limitar nosso acesso às informações, que, muitas vezes, são negadas, sigilosas ou inexistentes na esfera governamental.

A seguir, listamos os principais elementos que se colocam como desafios na produção desta pesquisa:

1. Falta de apoio financeiro e/ou investimentos para a realização da pesquisa, incluindo a formação de uma equipe qualificada para a coleta e tratamento dos dados;
2. Falta de equipamentos específicos para a realização da pesquisa como Notebooks, tablets, celulares, drivers, etc. Isso acaba comprometendo o uso de computadores e celulares pessoais, que têm sua capacidade reduzida para dar conta da grande quantidade de informações sobre violência, e que possuem pouco espaço para o próprio arquivo da base de dados desta pesquisa;
3. Ausência de dados governamentais e dificuldade de acesso a informações das secretarias de segurança e/ou de órgãos de justiça através da Lei de Acesso à Informação (LAI) e as burocracias que inviabilizam esse processo;

4. Dificuldade de concorrer em editais, visto que a temática da violência transfóbica muitas vezes é negligenciada e enfrenta tentativas de apagamento;
5. A busca ativa das notícias, apesar do uso de tecnologias, como os alertas em mecanismos de buscas, ainda é feita em grande parte de forma manual e requer monitoramento constante na rede social e outros meios de publicações de notícias, ocupando muito tempo no ambiente virtual e gerando agravos na saúde mental e física de investigadores, pesquisadores, coordenadores e demais pessoas que constroem esta pesquisa;
6. Falta de apoio psicológico para investigadores, pesquisadores, coordenadores e demais pessoas que constroem esta pesquisa, que têm contato direto com essas informações e lidam com dados de violência explícita diariamente e relatam sentimentos recorrentes de angústia, insônia, estresse, ansiedade, dificuldade de relacionamentos em ambientes sociais públicos, irritabilidade, sensação de perseguição e medo constante de ser vítima de violência;
7. Dificuldade de incluir e/ou manter pessoas, principalmente trans e travestis, vinculadas a esse tipo de trabalho voluntário, seja devido ao tema, seja, sobretudo, pelas formas explícitas de violência, exposição a notícias que mostram corpos dilacerados e informações constantes de várias formas de violações de direitos humanos e violências a que estarão submetidas;
8. Transfobia estrutural e institucional que muitas vezes invisibiliza e desqualifica esta pesquisa, ignorando se tratar da principal fonte de dados sobre violência transfóbica – especialmente em relação aos homicídios de pessoas trans;
9. Ataques à ANTRA e a intensa disseminação de ideais negacionistas em relação às informações que retratam fielmente o cotidiano de pessoas trans e a veiculação de *fake news* em torno dos dados produzidos ou em relação ao rigor técnico aplicado durante a busca, sistematização, análises, revisão e demais procedimentos adotados nesta pesquisa; e
10. Dificuldade de verificação aprofundada das informações e dados vindos de fontes complementares pela limitação das informações fornecidas.

PARTE II _ ASSASSINATOS. MORTES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

“As pessoas transgêneras compõem a minoria mais estigmatizada da sociedade brasileira e a mais constante vítima da violência”.
(Luiz Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Especial 845.779)

3. ASSASSINATOS EM 2024

Em 2024, foram assassinadas 122 pessoas trans e travestis. No comparativo entre os anos de 2023 e 2024, foi percebida uma queda de 16% no número de assassinatos contra pessoas trans, de 145 em 2023 para 122 em 2024. Em um universo de mais de 1350 notificações ao longo do ano, haviam sido catalogados pelo menos 137 casos de pessoas trans assassinadas. E, após verificação aprofundada, foram descartadas 15 mortes que não se enquadraram dentro dos parâmetros estabelecidos para esta pesquisa, que considera apenas Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs). **Assim, serão consideradas, para fins deste dossiê, 122 mortes por assassinatos¹²³, uma queda de cerca de 16% em relação ao ano anterior. Desses, 5 foram cometidas contra pessoas trans defensoras de direitos humanos, uma delas suplente de vereadora e outra que já havia se candidatado a cargo político.**

Além disso, 117 assassinatos foram contra travestis e mulheres trans/transexuais e 5 contra homens trans e pessoas transmasculinas, que serão mais bem detalhados no capítulo cinco, que traz informações sobre o perfil das vítimas. Dentre as fontes que constituem esta pesquisa, não foram identificadas informações sobre o assassinato de pessoas publicamente reconhecidas ou identificadas como sendo não binárias.

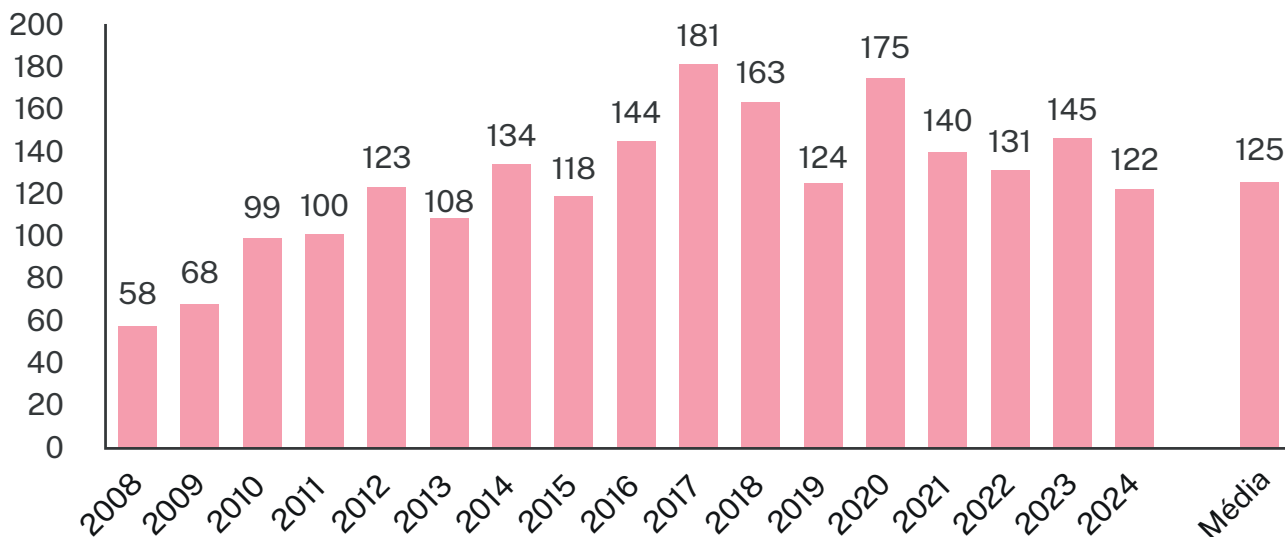
Ao observar o primeiro ano em que a ONG Transgender Europe passou a organizar o ranking global¹²⁴ em 2008, haviam sido reportados 58 assassinatos. O ano de 2024 revelou

¹²³ Destacamos que dos 122 casos considerados nesta pesquisa, nove foram categorizados como “morte suspeita”, por não ter sido possível identificar o tipo de assassinato. Além disso, cinco casos foram considerados “mortes presumidas”, por se tratarem de casos de desaparecimento superiores a seis meses e que ainda não foram solucionados. Todas as vítimas eram travestis/mulheres trans, e é importante considerar sua identidade de gênero como tendo sido determinante para o perigo de morte que enfrentam, assim como para todas as outras mortes na mesma situação.

¹²⁴ O ranking considera apenas países que fazem esse tipo de levantamento, destacando que os dados são produzidos por instituições da sociedade civil.

um **aumento de 110%** em relação a 2008, o ano que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 122 em 2024. De lá para cá, a cada ano, os números se mantêm acima quando observamos o dado inicial de análise.

Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2008 e 2024¹²⁵ - TGEU



Ao observarmos o ano de 2024, com 122 casos encontrados, esta foi a primeira vez que o número de casos ficou abaixo da média de assassinatos considerados nos dados da série histórica, embora com um número ainda bem aproximado. A média dos anos considerados nesta pesquisa (2008 a 2024) foi de 125 assassinatos/ano.

O problema da subnotificação é evidente. Quando uma notícia chega aos jornais, seria natural imaginar que esses casos estariam registrados nos órgãos responsáveis, como delegacias, Institutos Médicos Legais (IML) ou secretarias de segurança pública. Mas a realidade mostra o oposto. Dados sobre essas violências simplesmente não aparecem ou são inconsistentes, como já apontou o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que critica a ausência de informações sobre pessoas LGBTQIA+ e as grandes discrepâncias entre os números oficiais e o que vemos nos noticiários. Embora esse cenário venha melhorando nos últimos anos, não há dados desagregados sobre o assassinato de pessoas trans.

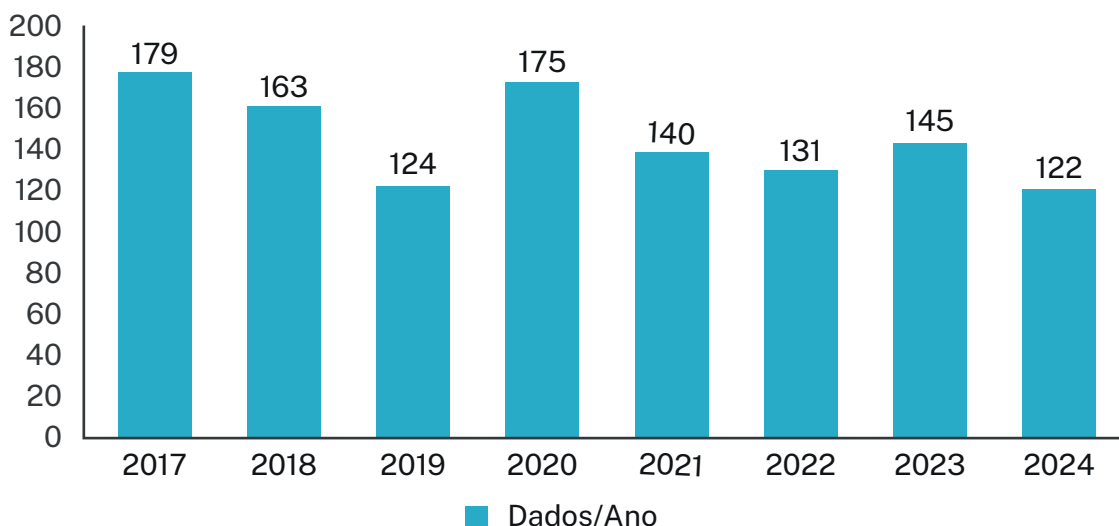
Quando o Estado ignora a transfobia e as violências que têm a identidade de gênero como alvo, a mensagem que passa é dolorosa: vidas trans não importam, como evidenciado no início deste dossiê. E isso pesa, especialmente para jovens trans, que já enfrentam tantas barreiras. Essa falta de reconhecimento não só aprofunda a exclusão, mas também alimenta uma violência simbólica e real que deixa marcas profundas em quem só quer existir em paz.

Em relação aos dados absolutos dos últimos 8 anos, produzidos desde 2017, período em que a ANTRA passa a fazer essa pesquisa, conseguimos mapear um total de 1179 (um mil cento e setenta e nove) assassinatos de pessoas trans, travestis, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias brasileiras. Foram 122 assassinatos em 2024, 145 assassinatos em 2023 e 131

¹²⁵ Dados entre 2008 e 2016 foram publicados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica). **Isso representa uma média de 147 assassinatos por ano e 12 casos por mês.**

Gráfico: Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2017 e 2024 - ANTRA



Houve ainda, dentre tantos outros, dois casos que chamaram atenção sobre a forma como a transfobia opera em nossa sociedade, expondo pessoas cis ao mesmo tipo de ódio direcionado contra a população trans. O primeiro deles foi contra um homem cis¹²⁶, assassinado ao defender um casal que havia sido vítima de ódio, e o outro foi um homicídio tentado (tentativa de homicídio), contra uma cabeleireira mulher cis¹²⁷. O suspeito confesso afirmou que cometeu o crime por acreditar que ela seria trans.

3.1 EVOLUÇÃO DOS CASOS MÊS A MÊS

O ano de 2024 teve uma média de 10 assassinatos por mês, com queda de 2 casos/mês em relação a 2023. Foram 69 assassinatos no primeiro semestre e 53 no segundo.

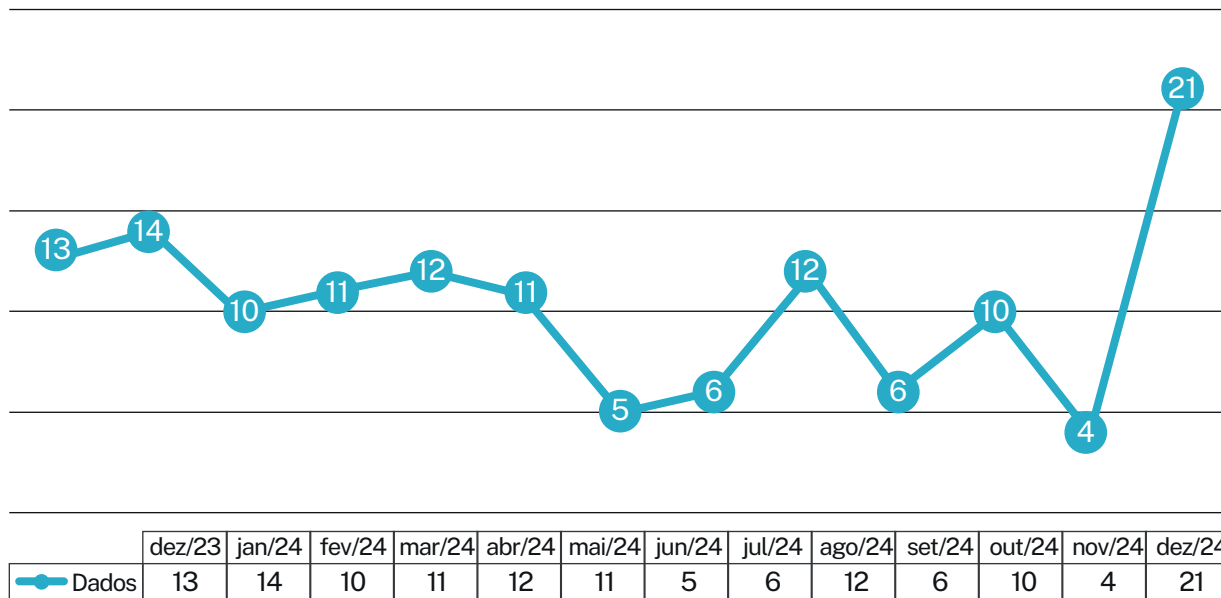
A análise detalhada dos dados mês a mês revelou o seguinte panorama: em janeiro, foram registrados 14 casos; fevereiro e março apresentaram 10 e 11 casos respectivamente; abril contabilizou 12; maio, 11; e junho, 5. No segundo semestre, julho registrou 6 casos; agosto, 12; setembro, 6; outubro, 10; novembro, 4; e dezembro alcançou o maior número, com 21 assassinatos – chamando atenção pela quantidade de casos em relação aos demais meses. Os meses de janeiro, abril, maio, julho, agosto e dezembro superaram a média anual de assassinatos, destacando-se como períodos de maior incidência de mortes violentas.

126 <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/06/18/coletivo-lgbt-lamenta-morte-de-homem-assassinado-em-onibus-de-curitiba-por-defender-casal-de-ataque-homofobico-heroi.ghtml>

127 Mulher cis de 41 anos foi atacada com golpes de facão. O suspeito afirmou que cometeu o crime por ter raiva de travestis e ter confundido a vítima. <https://www.facebook.com/reel/797295555884946>

Para facilitar a melhor visualização da curva dos casos no ano, trouxemos os dados do mês de dezembro do ano anterior (2023), em relação ao qual dezembro de 2024 apresentou aumento de 61,5%, saindo de 13 casos em 2023 para 21 em 2024.

Gráfico: Assassinatos em 2024 – Mês a Mês



3.2 ASSASSINATOS POR ESTADO

Em 2024, São Paulo liderou o número de assassinatos de pessoas trans no Brasil, com 16 casos registrados. Minas Gerais ocupou a 2ª posição, com 12 ocorrências, seguido pelo Ceará, que contabilizou 11 casos. O Rio de Janeiro ficou na 4ª posição, com 10 assassinatos. Bahia, Mato Grosso e Pernambuco registraram 8 casos cada, enquanto Alagoas apresentou 6 ocorrências. Maranhão, Pará e Paraíba contabilizaram 5 assassinatos cada, seguidos por Piauí e Rio Grande do Sul, com 4 casos cada. Espírito Santo e Santa Catarina tiveram 3 assassinatos cada, enquanto Goiás, Rondônia e Sergipe registraram 2 casos cada. Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Paraná registraram 1 assassinato cada. Houve ainda um assassinato no exterior.

Nos estados do Acre, Rio Grande do Norte e Roraima não foram encontrados registros de assassinatos em 2024. Além disso, foi identificado 1 caso cuja localização não pôde ser determinada. **Chama atenção que pelo menos 68% (83 casos) aconteceram fora das capitais dos estados, em cidades do interior.** A seguir, a tabela atualizada com o ranking dos estados atualizado.

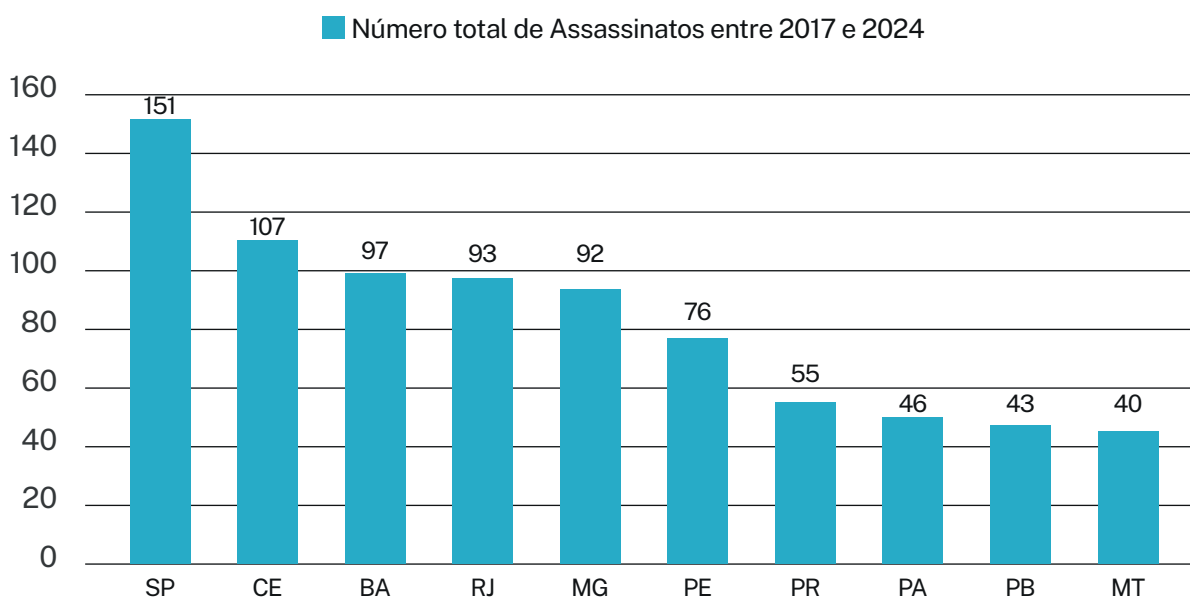
Tabela: Ranking por estado

Ranking	Estado	2024	Estado	2023	Estado	2022	Estado	2021	Estado	2020	Estado	2019	Estado	2018	Estado	2017
1º	SP	16	SP	19	PE	13	SP	25	SP	29	SP	21	RJ	16	MG	20
2º	MG	12	RJ	16	SP	11	BA	13	CE	22	CE	11	BA	15	BA	17
3º	CE	11	CE	12	CE	11	RJ	12	BA	19	BA	8	SP	14	CE	16
4º	RJ	10	PR	12	MG	9	CE	11	MG	17	PE	8	CE	13	SP	16
5º	BA	8	MG	11	RJ	8	PE	11	RJ	10	RJ	7	PA	10	RJ	14
6º	MT	8	BA	10	AM	8	MG	9	AL	8	PR	7	MG	9	PE	13
7º	PE	8	PE	9	BA	7	GO	7	PE	7	RS	7	MT	8	PB	10
8º	AL	6	AM	7	PR	6	PR	7	RN	7	GO	6	PR	8	PR	9
9º	MA	5	PB	7	PA	6	PA	6	PB	5	AM	5	RS	8	AL	7
10º	PA	5	AL	5	ES	6	AM	4	PR	5	MA	5	PE	7	ES	7
11º	PB	5	MS	5	GO	5	MA	4	RS	5	MG	5	AM	6	PA	7
12º	PI	4	ES	4	MT	5	RS	4	GO	4	MT	5	ES	6	MT	6
13º	RS	4	PA	4	MS	5	ES	3	MT	4	PB	5	GO	6	AM	5
14º	ES	3	GO	3	SE	5	MS	3	PA	4	ES	4	RN	6	GO	5
15º	SC	3	MA	4	AL	4	MT	3	SC	4	PA	4	PB	5	RO	5
16º	GO	2	RS	3	PB	4	AL	2	AM	3	RN	4	SE	5	SC	5
17º	RO	2	PI	2	MA	4	AP	2	ES	3	AL	2	SC	4	TO	3
18º	SE	2	RO	2	RN	3	DF	2	MA	3	RO	2	AL	3	DF	2
19º	AP	1	AP	1	RS	2	PB	2	RO	3	TO	2	MA	3	MA	2
20º	AM	1	DF	1	SC	2	PI	2	DF	2	MS	1	DF	2	MS	2
21º	DF	1	MT	1	DF	2	SC	2	MS	2	PI	1	MS	2	SE	2
22º	MS	1	RN	1	RO	1	AC	1	PI	2	RR	1	PI	2	AC	1
23º	PR	1	AC	0	PI	1	RN	1	SE	2	SE	1	RO	1	AP	1
24º	TO	1	RR	0	RR	1	RO	1	AC	1	AC	0	RR	1	PI	1
25º	AC	0	SC	0	AC	0	SE	1	RR	1	AP	0	TO	1	RN	1
26º	RN	0	SE	0	TO	0	RR	0	TO	1	SC	0	AC	0	RR	1
27º	RR	0	TO	0	AP	0	TO	0	AP	0	DF	0	AP	0	RS	1

A) OS DEZ ESTADOS QUE MAIS ASSASSINARAM PESSOAS TRANS ENTRE 2017 E 2024

No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo ocupa a 1ª posição com 151 casos registrados. O Ceará aparece em 2º lugar, com 107 assassinatos, seguido pela Bahia, que ocupa a 3ª posição com 97 casos. O Rio de Janeiro está em 4º, com 93 ocorrências, enquanto Minas Gerais figura na 5ª posição, com 92 assassinatos. Pernambuco se manteve em 6º lugar, com 76 casos, seguido pelo Paraná, que ocupa a 7ª posição com 55 registros. O Pará aparece em 8º, com 46 assassinatos, enquanto a Paraíba está em 9º, com 43 casos. Mato Grosso fecha o top 10, com 40 ocorrências.

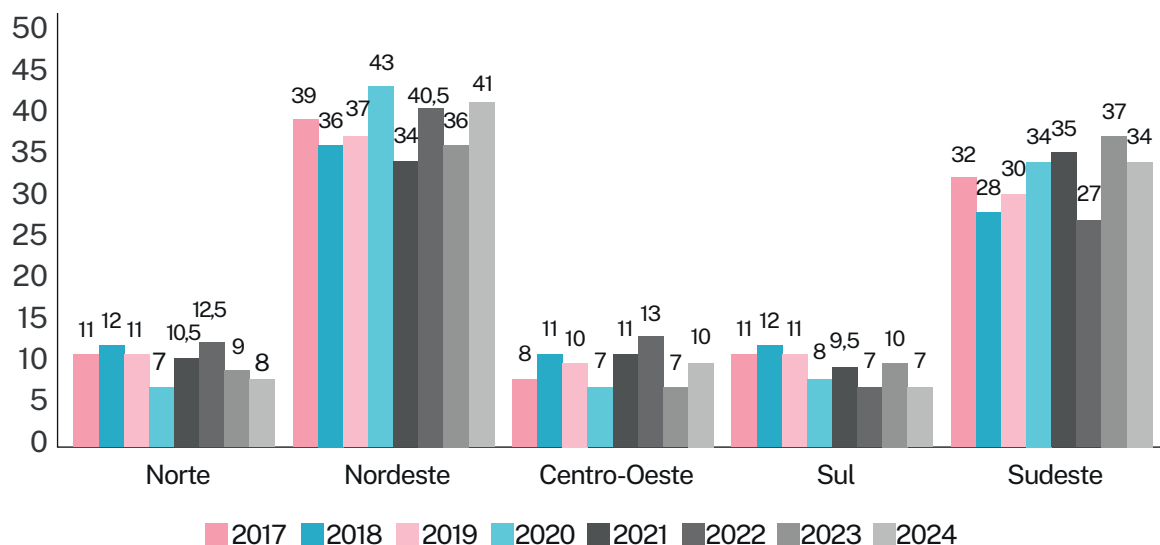
Tabela: Estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2024)



3.3. ASSASSINATOS POR REGIÃO

A maior concentração dos assassinatos foi observada na região nordeste, com 49 assassinatos (41%); em seguida, a região sudeste com 41 casos (34%) e o Centro-Oeste com 12 (10%) casos; o Norte, com 10 (8%) casos; e o Sul com 8 (7%) assassinatos.

Gráfico: Assassinatos por região em porcentagem (%)



3.4 PERFIL DAS VÍTIMAS

*O assassinato começa na intenção.
(Jacques Derrida)¹²⁸*

O perfil das vítimas é constituído a partir dos elementos listados na metodologia, incluindo os marcadores mais presentes nas matérias consideradas nesta pesquisa, e que têm sido identificadas como fatores de risco, e responsáveis pelo processo de precarização e vulnerabilização das pessoas trans. São eles: A) Idade; B) Classe e contexto social; C) Raça; D) Gênero e; E) Elementos comuns, que serão melhor apresentados a seguir.

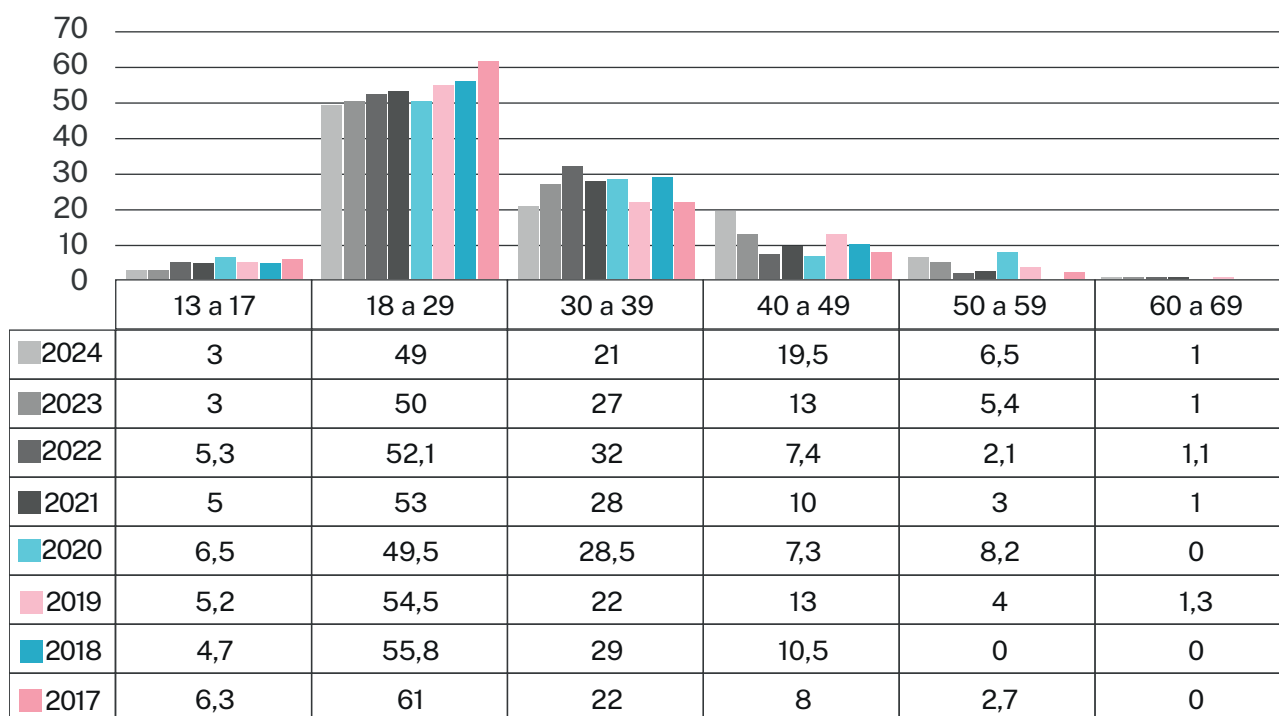
A) IDADE

A idade continua sendo um dos mais assustadores marcadores quando observamos as informações contidas nos dados de assassinatos. Jovens trans entre 15 e 29 anos têm sido os alvos mais recorrentes das dinâmicas de violências, que alcançam esses corpos trans jovens com muito mais frequência. A repetição desses dados ao longo dos anos aponta para a normalização da violência contra pessoas trans, especialmente as mais jovens.

¹²⁸ Derrida explorou como as intenções por trás das ações podem revelar estruturas de poder e exclusão, influenciando as dinâmicas sociais e políticas. A frase sugere uma conexão entre intenção e violência, provocando uma reflexão sobre os impulsos que levam a atos de violência e suas raízes mais profundas na sociedade e na cultura.

Os dados em que foi possível identificar a idade das vítimas referentes ao ano de 2024¹²⁹ mostram que 2 (3%) eram menores de 18 anos, e tinham 15 e 17 anos; **38 vítimas (49%) tinham entre 18 e 29 anos; 16 vítimas (21%) tinham entre 30 e 39 anos;** 15 vítimas (19,5%) tinham entre 40 e 49 anos; 5 vítimas (6,5%) tinham entre 50 e 59 anos; e 1 vítima (1%), mais de 60 anos. O somatório total de todos os casos nas quatro faixas acima de 30 anos é inferior ao total de casos nas duas faixas de idades mais baixas. As chances de uma pessoa trans jovem de até 29 anos ser assassinada, em média, chega a ser 5 vezes maior do que em outras faixas etárias.

Gráfico: Perfil das vítimas por idade (%)

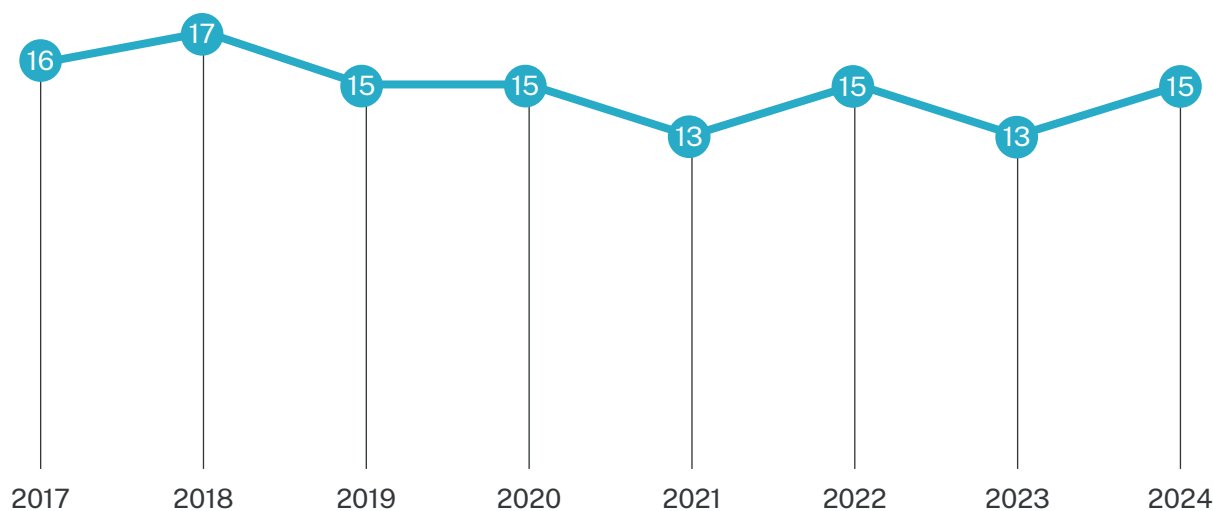


Menores de 18 anos

Os dados de assassinatos de pessoas trans menores de 18 anos ao longo dos últimos anos revelam uma tendência alarmante que merece atenção crítica. Em 2017, a vítima mais jovem tinha 16 anos, subindo para 17 em 2018. No entanto, a idade mínima caiu para 15 em 2019 e se manteve a mesma em 2020. Em 2021, houve uma queda ainda mais significativa para 13 anos, expondo a extrema vulnerabilidade de crianças e adolescentes trans frente à violência letal. A vítima mais jovem tinha 15 anos em 2022, e o dado de 13 anos retornou em 2023, evidenciando que a violência contra jovens trans permanece sistemática, além de profundamente presente e ganhando espaço. Em 2024, a idade mínima voltou a 15 anos, mas isso não deve ser interpretado como uma melhora no cenário, uma vez que a média de idade das vítimas menores de 18 anos se mantém inaceitavelmente baixa, em 15 anos.

129 Dentre os 122 assassinatos, apenas 77 trouxeram informações sobre a idade das vítimas.

Gráfico: Idade das vítimas mais jovens entre 2017 e 2024



Casos de violência e violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes trans têm se intensificado, seja no ambiente virtual (como o espaço de maior difusão de ataques e notícias falsas), seja nos espaços sociais, sendo o acesso à retificação registral, à saúde e à permanência na escola os principais campos de batalha para essas pessoas e seus familiares. Ao passo em que parece haver uma prioridade por grupos antitrans em investir em políticas e no lobby que pretende impedir suas existências, ou que possam existir plenamente, gozando de liberdade e segurança, a agenda anticrianças trans passou a promover uma perseguição ainda mais feroz contra suas existências e a de seus familiares.

E o impacto disso tem sido pessoas trans jovens que têm menos esperança sobre o futuro¹³⁰, saem menos de casa por medo de serem agredidas¹³¹, têm medo de acessar serviços de saúde¹³², acessam menos os espaços públicos. Além disso, a exclusão é reforçada em escolas e universidades, no mercado de trabalho e até em espaços públicos, onde pessoas trans são humilhadas, expulsas de banheiros e enfrentam ataques constantes, sendo empurradas para a prostituição, o adoecimento e a morte.

Se a intenção desses grupos é forçar a cisgenderidade compulsoriamente, na prática o que está se promovendo é um verdadeiro *infanticídio transfóbico ou transinfanticídio*, que inclui a promoção de práticas de tortura a essas pessoas como nos casos de terapias de conversão ou de reorientação sexual e de gênero; ataques aos serviços de saúde especializados; projetos de lei que pretendem negar o acesso aos cuidados em saúde; publicação de pesquisas negacionistas ou falsas; impulsionamento de posts anticrianças trans e a manipulação de dados. Tudo isso tem impactos devastadores em suas autoestimas, em sua saúde mental como um todo, tendo como último estágio o suicídio, ou o assassinato como uma das principais consequências das políticas antitrans.

130 <https://revistahibrida.com.br/mundo/jovens-trans-estao-menos-otimistas-sobre-o-futuro/>

131 <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/01/28/pesquisa-mostra-que-pessoas-trans-saem-menos-de-casa-por-medo-de-serem-agredidas.ghtml>

132 <https://www.youtube.com/watch?v=5UV5LsSOM60>

A agência Diadorim analisou anúncios que foram ao ar entre 11 de junho de 2023 e 10 de junho de 2024¹³³. A busca foi realizada diretamente a partir do termo “crianças trans”. No total, foram contabilizados pelo menos 178 posts sobre o tema, sendo 124 feitos por políticos – incluindo senadores, deputados, vereadores e pré-candidatos a vereador nas eleições de 2024. Esse é um campo que necessita atenção, pesquisas e ações rápidas a fim de que seja assegurada a proteção dessas infâncias e de seus futuros.

Destacamos a preocupante ausência de estimativas concretas para a implementação de políticas públicas voltadas à proteção e à garantia dos direitos de pessoas menores de 18 anos que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento. Essas violações, muitas vezes originadas no ambiente familiar cooptado pelas narrativas antigênero, também encontram resistência em órgãos de proteção à infância, frequentemente influenciados por ideologias religiosas de cunho salvacionista. Tal influência fomenta não apenas o racismo religioso e de gênero contra pessoas trans, mas também a perseguição a pais que optam por acolher e apoiar seus filhos.

A análise de Judith Butler¹³⁴ oferece uma chave interpretativa relevante ao abordar a perpetuação do “fantasma da destruição”, termo que ela utiliza para enquadrar a perspectiva antigênero e antitrans. Segundo Butler, *“à medida que o pânico aumenta, o Estado recebe carta branca para negar a existência daquelas pessoas que, através da lógica desse fantasma, passam a ser percebidas como uma ameaça à nação”*. Esse discurso não apenas legitima violências institucionais, mas também aprofunda a exclusão social, revelando a necessidade urgente de ações que desfaçam tais narrativas discriminatórias.

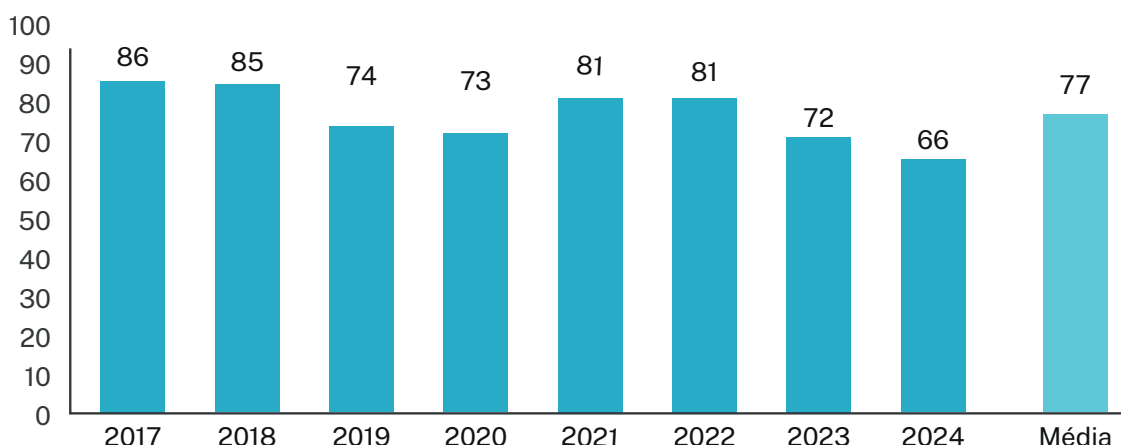
Média de idade anual versus Estimativa de vida

Em 2017, 86% das vítimas tinham entre 16 e 35 anos. Já em 2018, tivemos 85% entre 17 e 35 anos; em 2019 foram 74% das vítimas entre 15 e 35 anos; 2020 teve 73% dos casos entre 15 e 35 anos; 2021, 81% entre 13 e 35 anos. Já em 2022, tivemos 81% das vítimas entre 15 e 35 anos; em 2023, vítimas entre 13 e 35 anos somaram 72% do total. Já em 2024, 66% das pessoas trans assassinadas tinham menos de 35 anos.

133 <https://adiadorim.org/noticias/2024/08/politicos-pagaram-mais-de-cem-anuncios-contra-criancas-trans-em-um-ano/>

134 <https://outraspalavras.net/feminismos/judith-butler-quem-tem-medo-do-genero/#:~:text=O%20fantasma%20do%20g%C3%AAnero%20como,%C3%A9tica%20de%20que%20necessitamos%20agora.>

Gráfico: Vítimas até 35 anos (%)



Esses dados revelam que, como nos anos anteriores, a maioria das vítimas trans de assassinatos no Brasil tinha idade inferior à já reduzida estimativa de expectativa de vida média da população trans, que é de 35 anos. A média de idade das vítimas, registrada em 32 anos em 2024, reflete o cenário enfrentado por essa população, sendo um dado pontual que varia anualmente, mas que evidencia de forma consistente a vulnerabilidade da juventude trans.

Esses números abordam aspectos distintos e complementares. Por um lado, a análise da baixa expectativa de vida da população trans não pode ser confundida com uma sentença de morte, e destaca a necessidade de pautar políticas públicas que assegurem o direito à vida, promovam acesso à saúde e influenciem positivamente os indicadores de longevidade. Por outro lado, a média de idade anual das vítimas de assassinatos reflete um retrato específico do cenário de violência em determinado ano, podendo variar conforme o contexto, servindo como um indicador para refletir sobre a vulnerabilidade da juventude trans, frequentemente a mais impactada pela violência letal.

Um exemplo de como o contexto impacta a expectativa de vida das pessoas: “A expectativa de vida na capital paulista depende do endereço residencial. No distrito de Anhanguera, por exemplo, a idade média de morte é 58 anos, ou seja, 24 anos a menos do que no Alto de Pinheiros, que apresenta a média de 82 anos.” É o que revela o Mapa da Desigualdade de São Paulo 2024¹³⁵, publicado pela Rede Nossa São Paulo.

Ao todo, o estudo sintetiza conclusões elaboradas a partir de 10 indicadores dos 96 distritos do município, que evidenciam a desigualdade na cidade de São Paulo. São eles: saúde, habitação, trabalho e renda, mobilidade, direitos humanos, cultura, esportes, infraestrutura digital, segurança pública e meio ambiente. Os dados que servem de referência são de bases oficiais do poder público. A coordenadora lembra que as discrepâncias não são exclusividade de São Paulo, já que o Brasil é o 14º país mais desigual do mundo, com enorme concentração de renda na mão de poucas figuras. E no caso das pessoas trans, não é difícil identificar que esses mesmos marcadores, somados ao que vem sendo apresentado em pesquisas como a que realizamos todos os anos, têm nos dado elementos suficientes para sustentar e defender o dado sobre a baixa expectativa de vida média da população trans.

¹³⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/sp-pessoas-da-periferia-vivem-24-anos-menos-que-as-de-bairros-nobres>

Portanto, quando discutimos a estimativa de uma baixa expectativa de vida, a questão central que emerge é a garantia do direito à vida da população trans e travesti. Será que esse direito está sendo efetivamente assegurado? Essa reflexão nos convoca a questionar as estruturas que perpetuam a exclusão e a violência, reforçando a necessidade de ações concretas para transformar a realidade dessas pessoas.

B) CLASSE E CONTEXTO SOCIAL

A desigualdade é uma máquina de produzir violências.

Sem apresentar qualquer alteração neste cenário, verificamos que o perfil socioeconômico das vítimas permanece o mesmo, tendo como alvo pessoas empobrecidas, em contexto de alta vulnerabilidade social, **que utilizam o trabalho sexual¹³⁶ como fonte primária ou secundária de renda. Somado a outros marcados, esse cenário tem evidenciado que as vulnerabilidades sociais são fatores de risco, tornando profissionais do sexo mais expostas à violência direta ante os processos de marginalização que se impõem a essas profissionais.**

Considerando o cenário já analisado no início desta pesquisa, é crucial destacar que os indicadores de melhoria nos índices de empregabilidade, renda e economia no país não têm alcançado a população trans. Isso ocorre devido à transfobia estrutural, institucional e social, que tem se intensificado em um contexto marcado pela ausência de políticas públicas efetivas e pelos retrocessos que comprometem significativamente os direitos e a cidadania dessa população.

Além disso, a falta de acesso a trabalho, renda, moradia, educação, saúde e segurança cria um cenário de extrema violência para as pessoas trans. Essas condições perpetuam um ciclo de exclusão social que não apenas limita suas oportunidades de desenvolvimento, mas também agrava sua vulnerabilidade a situações de exploração, precariedade e violência letal.

Essa realidade de exclusão é evidenciada por números que traduzem a precariedade enfrentada pela população trans no Brasil. Um estudo divulgado em maio de 2024 destaca que apenas **0,38% dos postos de trabalho formais no país são ocupados por pessoas trans¹³⁷**, refletindo um cenário de marginalização quase absoluta dessa população no mercado formal de trabalho. Esse dado não é apenas uma estatística fria; ele escancara a falta de oportunidades e o impacto direto da transfobia estrutural, que impede que pessoas trans acessem posições no mercado formal, mesmo em setores que demandam maior diversidade na força de trabalho.

136 Profissionais do Sexo: título concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego pela Portaria MTE n. 397, de 9 de outubro de 2002. CBO - (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO) N° 5198 - 05.

137 <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/noticia/2024/05/15/estudo-revela-que-038percent-dos-postos-de-trabalho-no-pais-sao-ocupados-por-pessoas-trans.ghtml>

Entre as barreiras que dificultam a empregabilidade de pessoas trans, destaca-se o preconceito presente em processos seletivos, que frequentemente desconsideram as qualificações e competências dessas pessoas, priorizando discriminações baseadas em estigmas e preconceitos de gênero. Essa exclusão, no entanto, começa muito antes da busca por emprego, sendo agravada pela negação de acesso à educação de qualidade, um dos principais fatores que influenciam a empregabilidade.

Além disso, o estudo revelou que grande parte da população trans que consegue inserção no mercado formal ocupa cargos de baixa remuneração ou posições que não correspondem às suas qualificações. Isso resulta em uma realidade de subemprego e desigualdade salarial, reforçando a precarização de suas condições de vida. O mercado de trabalho, ao marginalizar e subutilizar o potencial dessa comunidade, perpetua um ciclo de exclusão que impede a ascensão social e econômica.

A falta de empregabilidade formal também empurra muitas pessoas trans para alternativas de sobrevivência em trabalhos informais ou precários, aumentando sua exposição a riscos, exploração e violência. Sem uma renda estável, o acesso a direitos fundamentais como moradia, saúde e segurança torna-se ainda mais restrito, aprofundando o ciclo de exclusão social e a vulnerabilidade dessa população.

Esse contexto exige a formulação e implementação de políticas públicas específicas que promovam a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho. Programas de qualificação profissional, incentivos fiscais para empresas que contratam pessoas trans, campanhas educativas para reduzir o preconceito e mecanismos de fiscalização contra a discriminação em processos seletivos são algumas das ações que podem transformar essa realidade.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Infojobs¹³⁸, 87% da população LGBTQIA+ identifica preconceitos velados como obstáculos ao crescimento profissional, enquanto 93% acreditam que políticas inclusivas são essenciais para mudar esse cenário. A pesquisa também mostra que, embora 61% dos participantes nunca tenham sido questionados sobre seu gênero ou sexualidade durante processos seletivos, mais da metade (55%) já considerou esconder esses aspectos para aumentar suas chances de emprego. Além disso, 56% afirmam ter perdido oportunidades de trabalho devido à sua identidade LGBTQIAP+, embora 67% dos entrevistados declarem não ter sofrido preconceito durante os processos seletivos.

A transfobia estrutural não apenas impede a inclusão plena dessa população nos avanços econômicos e sociais, mas também reforça barreiras institucionais que inviabilizam o acesso a direitos fundamentais. Sem ações concretas para enfrentar essas desigualdades, as melhorias nos índices econômicos nacionais continuarão a ser insuficientes e excludentes, aprofundando as disparidades vivenciadas pela comunidade trans. É imprescindível que políticas públicas específicas e inclusivas sejam implementadas para reverter esse cenário e assegurar a dignidade e a cidadania plena dessa população.

138 <https://ojornalextra.com.br/noticias/brasil/2024/06/105361-pesquisa-53-dos-profissionais-lgbtqiap-ja-enfrentaram-discriminacao>

C) RAÇA E ETNIA

*Qual corpo jovem que está sendo assassinado? Qual o corpo pobre que tomba?
Qual a travesti morre na esquina? Essas reflexões precisam ser cruzadas
com ênfase na história travesti do país, que é marcada pela raça.*

O racismo e a transfobia são os dois principais fatores que evidenciam o cenário de assassinatos e violências contra a comunidade trans. Fato que se reflete inclusive nas matérias que utilizamos como base de dados: mais de 90% das fontes não informam a raça ou etnia da vítimas. Dentre os casos analisados em nossa pesquisa, nos quais foi possível identificar a identidade racial da vítima, este foi feito por um processo de heteroidentificação *post mortem* através das fotos das vítimas nas publicações ou em buscas pela internet após a morte, para fins desta pesquisa¹³⁹.

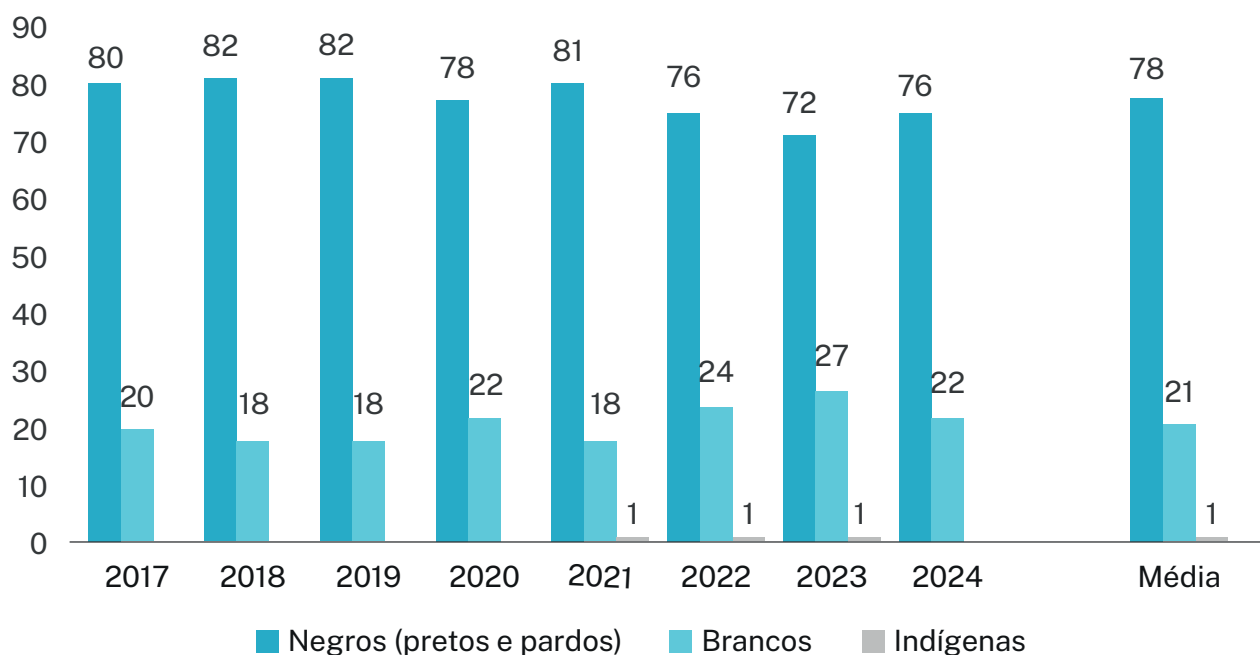
Em 2024, dentre os 86 casos em que foi possível determinar a raça/cor das vítimas, observou-se que pelo menos 67 casos, 78% das vítimas, eram pessoas trans negras (pretas e pardas de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), explicitando-se ainda mais os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans.

Dados desagregados demonstram que, similar ao que acontece com a população negra cisgênera, a maioria das vítimas são pessoas trans negras de pele clara (ou pardas, de acordo com o IBGE) com 45 casos; pessoas trans pretas com 22 assassinatos; e brancas somam 19 dos casos, cenário que vem se repetindo anualmente desde o início desta pesquisa. Embora reconheçamos que a questão racial aconteça de diversas formas e contextos em cada região/estado, assim como precisamos aprofundar uma discussão sobre colorismo e racismo estrutural, não resta dúvidas de que é a população trans negra a que vem sendo o alvo preferencial do racismo transfóbico.

Analisando os índices de assassinatos entre 2017 e 2024, **a média de pessoas trans negras assassinadas permaneceu em 78%**, enquanto para pessoas brancas esse índice se manteve em 21%. Em 2024, não foram encontrados casos de assassinatos contra pessoas trans indígenas ou amarelas.

139 Embora nos ajude com os dados, nos preocupa a designação *post mortem* devido à sua forma imprecisa. Sobretudo, porque dentre as fontes de dados há uma completa escassez de informações sobre a raça das vítimas, ficando essa informação muitas vezes ausente.

Gráfico: Perfil das vítimas por raça e etnia entre 2017 e 2024 (%)



D) GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO

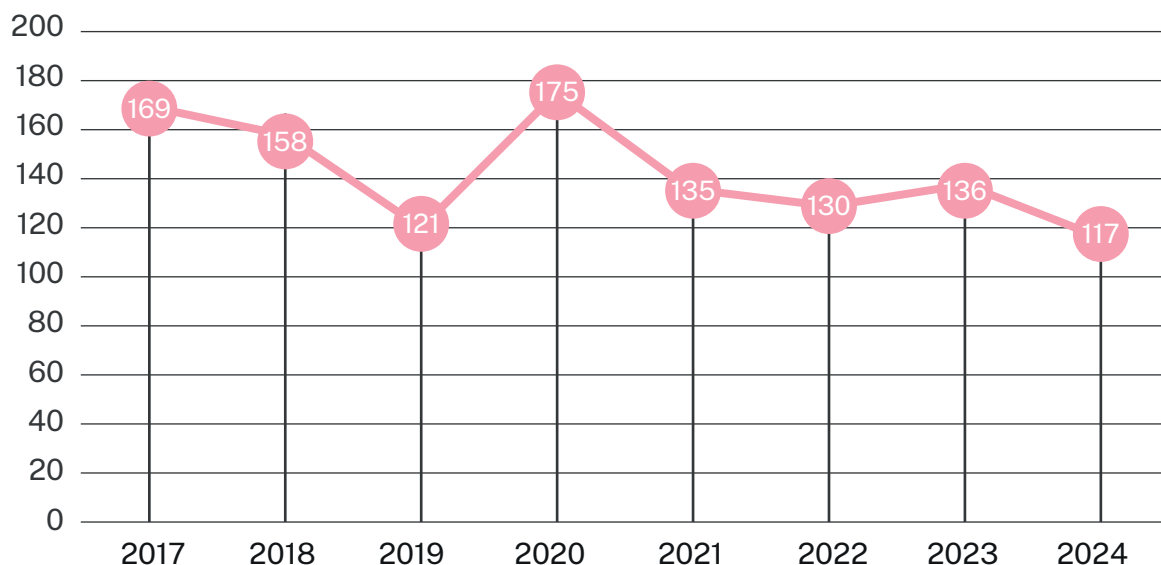
O feminicídio, de mulheres cis e trans, é a manifestação mais extrema da violência contra as mulheres.

Observando o contexto de (anti)gênero, o Brasil segue como o país do transfeminicídio¹⁴⁰. **Travestis e mulheres trans representam 97% dos casos, com 1.141 assassinatos**, nos últimos oito anos contabilizados nesta pesquisa. Esse dado corrobora o ranking global publicado pela TGEU, mostrando que o mesmo cenário se repete ao redor do mundo.

Em 2024, das 122 vítimas de assassinatos localizadas e consideradas nesta pesquisa, 117 eram travestis/mulheres trans, **explicitando que a violência de gênero, a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas**. O número de vítimas do gênero feminino em 2017 foi de 169 assassinatos de travestis e mulheres trans; 158 casos em 2018; 121 assassinatos em 2019; 175 casos em 2020; 2021 teve 135 assassinatos; em 2022 foram 130; e 2023 teve 136 casos.

140 <https://caterinas.info/colunas/brasil-segue-endo-o-pais-do-transfeminicidio/>

Gráfico: Assassinatos Travestis e mulheres trans (2017-2024)



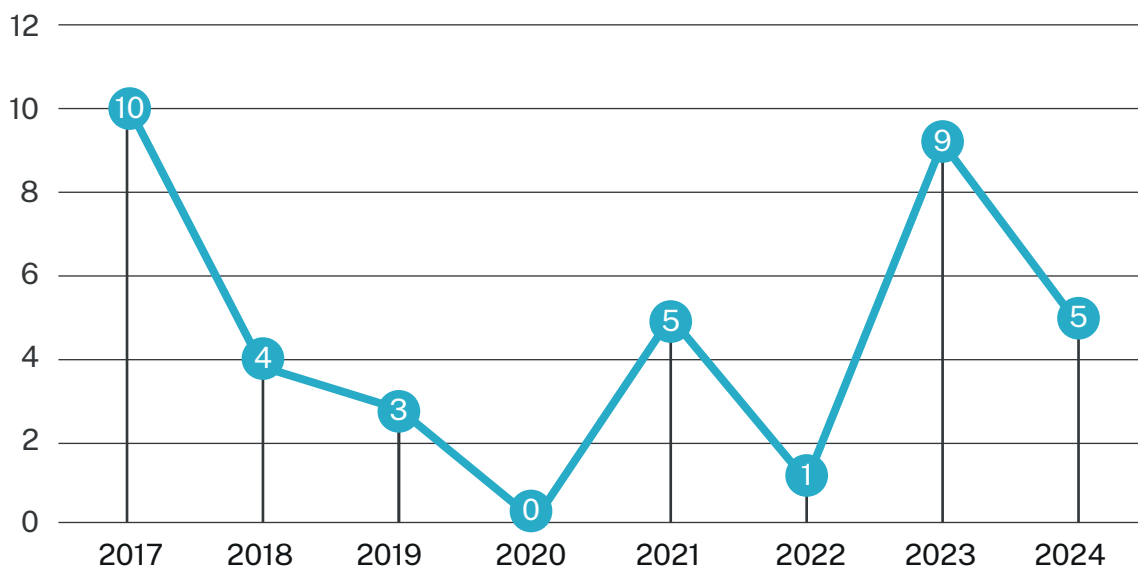
As descrições sobre o *modus operandi* de como ocorrem os feminicídios sugerem um cenário de horror muito similar ao que tem sido evidenciado nas pesquisas sobre assassinatos trans: os corpos são encontrados em valas e terrenos baldios com marcas de violência sexual e tortura. Algumas vítimas têm as mãos amarradas, e são visíveis sinais de estrangulamento. O ódio à condição feminina das vítimas travestis e mulheres trans as tem colocado como alvo preferencial para esses assassinatos. Alguns corpos são esquartejados e há alta recorrência de golpes em genitais, seios e cabeça/face, elementos típicos de crimes de ódio motivados pelo gênero das vítimas. Além dessas mortes, há inúmeros casos de desaparecimentos, sobre os quais também paira a certeza de que ocorrem homicídios.

Homens Trans e pessoas Não Binárias

No ano de 2024, 5 homens trans e pessoas transmasculinas foram assassinadas. **Entre os anos de 2017 e 2024, foi identificado um total de 37 casos de assassinatos de homens trans e pessoas transmasculinas mapeados pela ANTRA**, que representam 3% da amostra total para esse período. A partir desses dados, podemos concluir que, em 2024, uma pessoa transfeminina (travesti ou mulher trans) tem até 30 vezes mais chances de ser assassinada, sobretudo no espaço público que uma pessoa transmasculina ou não binária, o que deixa claro, portanto, que a sua identidade de gênero e os estigmas em torno das **travestilidades representam fatores de alto risco**.

A partir desse cenário, enquanto vemos a maior incidência de casos de assassinato contra travestis e mulheres trans nos últimos sete anos, observamos abaixo a proporção de assassinatos de homens trans e pessoas transmasculinas no mesmo período.

Gráfico: Assassinatos Homens trans/Pessoas Transmasculinas (2017-2024)



Ao examinar a identidade de gênero das pessoas trans que foram vítimas de homicídio nos últimos anos, observamos uma notável escassez de dados sobre assassinatos de pessoas não binárias. Até o momento, apenas um caso foi identificado, registrado em 2017, no qual a identidade não binária foi explicitamente mencionada na fonte de informação. Esse caso é marcado sobretudo pela extrema brutalidade e violência que ocorreu durante o processo. Em 2024, completamos sete anos desde a perda de Matheusa Passareli.¹⁴¹

141 Matheusa Passareli. Disponível em: <https://ponte.org/matheusa-passareli-e-revolucao-e-amor-diz-amiga-de-estudante-executada-no-rio/>

4. ELEMENTOS COMUNS

Entre os elementos mais comuns nos casos levantados por esta pesquisa, permanecem exatamente o mesmo perfil das vítimas, que se entrecruzam e são:

- O Brasil é o país do Transfeminicídio, com mais 96% dos casos contra identidades transfemininas;
- Travestis e mulheres trans são o alvo preferencial de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs);
- A maior parte das vítimas tinha entre 13 e 29 anos, e as chances de uma pessoa trans jovem nessa faixa ser assassinada, em média, chega a 5 vezes mais do que em outras faixas etárias;
- 66% das vítimas tinham menos de 35 anos de idade, com média de 32 anos;
- A maioria é negra, empobrecida, e reivindica ou expressa publicamente o gênero feminino;
- Homens trans e pessoas transmasculinas são minoria em crimes de assassinatos/homicídio violentos;
- Travestis e mulheres trans têm até 30 vezes mais chances de serem assassinadas que homens trans, pessoas transmasculinas e pessoas não binárias;
- Entre as vítimas, a prostituição é a fonte de renda mais frequente;
- Imagem, Estética e aparências não normativas são fatores de alto risco para o assassinato e violências;
- Uma pessoa trans que não fez modificações corporais e não expressa sua inconformidade de gênero explicitamente não confronta a sociedade cis-centrada, e não estará exposta às mesmas violências que as demais;
- Os crimes ocorrem majoritariamente em locais públicos, principalmente, em via pública, em ruas desertas e à noite;
- Os casos acontecem em sua maioria com uso excessivo de violência e requintes de crueldade;
- Houve uma alta prevalência de repetições de golpes ou tiros em todos os casos;
- Embora tenham sido encontrados casos onde a vítima mantinha relações afetivas ou sexuais, a maior parte dos suspeitos, em geral, não costuma ter relação direta, social ou afetiva com a vítima;
- As práticas policiais e judiciais ainda se caracterizam pela falta de rigor na investigação, identificação e prisão dos suspeitos;
- É constante a ausência, precariedade e a fragilidade dos dados, muitas vezes intencionalmente, usados para ocultar ou manipular a ideia de uma diminuição dos casos em determinada região;

- A importância e a gravidade desses crimes tendem a ser minimizados e justificados pela identidade de gênero, atribuindo-lhes responsabilidade por suas próprias mortes;
- Há uma forte tendência em culpabilizar as vítimas pelo ocorrido, como ocorre em casos de feminicídio, estupros e violência doméstica;
- Há casos de dados sendo registrados “*morte suspeita*”, o que prejudica a identificação das motivações, meios e contexto dos crimes, e a implementação de um inquérito adequado para buscar as verdadeiras causas da morte, destacando, em particular, a falta de inquérito sobre as ações e envolvimento de forças policiais;
- Muitos casos de homicídio tentado (tentativas de assassinato) são registrados como “lesão corporal”, minimizando a violência e ignorando a própria classificação da tentativa de assassinato;
- Não há respeito à identidade de gênero das vítimas transfemininas que se encontravam em vulnerabilidade na condução dos casos, e elas são registradas como indivíduos do “sexo masculino”, o que aumenta a subnotificação e dificulta a identificação dos casos para fins de pesquisa;
- Os casos criminais são afetados pelos estigmas e preconceitos negativos que pesam sobre as travestis e as mulheres trans;
- O cenário de políticas institucionais antitrans favorece o assassinato e a impunidade;
- Agentes e perfis CISativistas passam a ter mais protagonismo em ataques e ações antitrans nas redes sociais;
- A associação de grupos fundamentalistas religiosos e de gênero incentiva o ódio por meio de narrativas que impõem medo e estigma sobre pessoas trans;
- O descrédito de suas vozes coloca pessoas trans em posições desfavoráveis como testemunhas e vítimas e, por sua vez, promove seus agressores;
- É comum a palavra dos assassinos ser utilizada para obstruir ou enfraquecer o indiciamento ou julgamento por se apresentarem como “senhores de bem”;
- Travestis e mulheres trans são frequentemente recebidas muito mais como suspeitas do que como queixosas ou testemunhas. Isso as desencoraja de recorrer à Justiça ou às forças policiais, particularmente, no caso de pessoas envolvidas em prostituição. Nos casos em que os autores fazem parte da força policial, isso também coloca em risco a vida daqueles que tentam solucionar o crime¹⁴²;
- A impunidade favorece o assassinato.

142 Ver em: <https://caterinas.info/a-resistencia-trans-no-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais/>

5. IDENTIDADE DE GÊNERO DAS VÍTIMAS NA MÍDIA

A mídia, principalmente jornais e plataformas online, foi a principal fonte de dados para esta pesquisa, representando 89% do total de fontes. Essa dependência revela a importância da cobertura jornalística para a investigação, mas também aponta para suas limitações. A dependência da mídia como fonte primária levanta preocupações quanto à possibilidade de viés na cobertura, subnotificação de casos e limitações na profundidade da investigação, especialmente em relação a grupos marginalizados ou temas complexos.

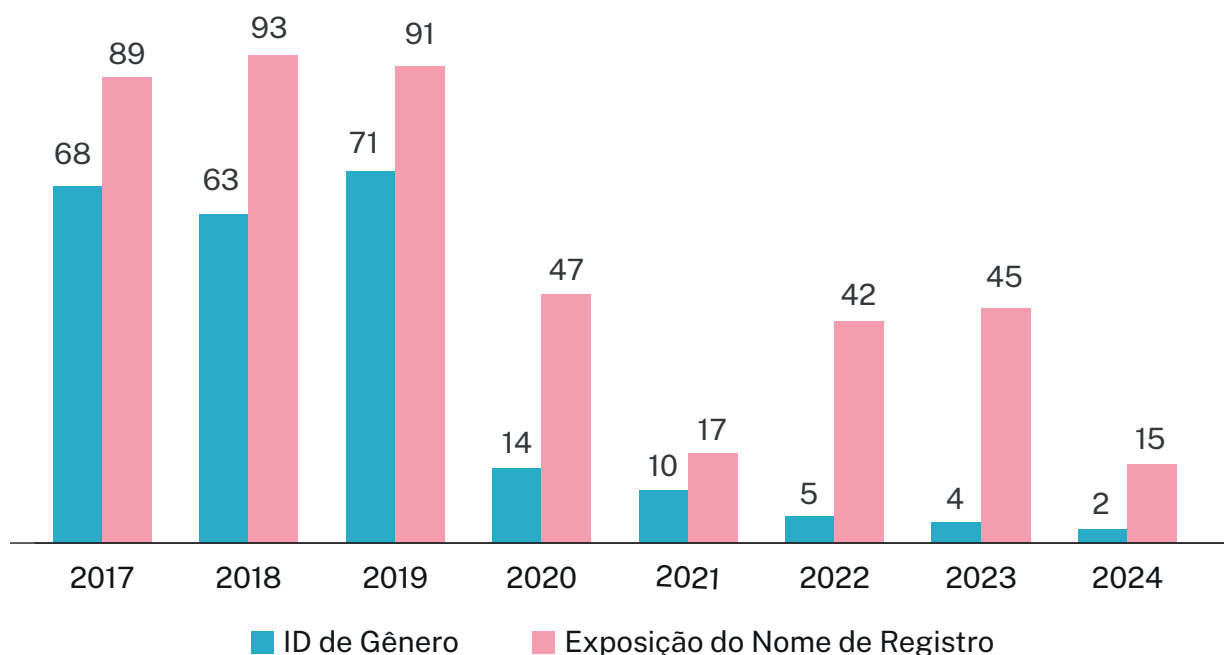
Apesar da predominância da mídia, em geral de portais diversos, 11% dos dados foram obtidos por meio de fontes complementares, como relatos testemunhais e informações de grupos específicos (de ativistas que enviam informações), ou foram enviados diretamente pelas nossas redes. Essas fontes complementares são cruciais para complementar a narrativa da mídia, revelando as omissões e visibilizando casos que poderiam passar despercebidos, oferecendo uma perspectiva mais abrangente do problema.

A mídia desempenha um papel fundamental na investigação, mas não deve ser a única fonte de dados. A combinação de informações provenientes da mídia com dados de fontes complementares permite uma análise mais completa e precisa, contribuindo para uma compreensão mais profunda do fenômeno em estudo.

Este estudo anual indica um progresso gradual na cobertura jornalística de casos de violência contra pessoas trans. Embora ainda existam desafios, percebemos uma redução no número de situações em que a identidade de gênero das vítimas não é respeitada. Essa evolução positiva pode ser atribuída à crescente conscientização sobre a importância de utilizar o nome social e o gênero correto ao reportar esses crimes. Em 2024, encontramos 6 casos em que a vítima foi tratada por um gênero diferente daquele que ela vivia e expressava publicamente (*Misgendering*¹⁴³). Além disso, 22 fontes não trouxeram qualquer informação sobre a identificação das vítimas, e 15 apresentaram o nome de registro.

¹⁴³ *Misgendering* é uma forma de desrespeito à identidade de gênero de uma pessoa trans, caracterizada pela prática de se referir a uma pessoa trans pelo gênero que lhe foi atribuído ao nascer, desconsiderando sua identidade de gênero – **intencionalmente ou não**. É o ato de usar o nome, pronomes ou tratamentos que não correspondem à forma como a pessoa se identifica.

Gráfico: Respeito à identidade de gênero e exposição do nome de registro (%)



No caso das pessoas trans, a representação midiática ainda tem sido, historicamente, marcada pela estigmatização e estereotipação, e centrada majoritariamente na violência que enfrentam, contribuindo para a criação de um imaginário social que as associa a negatividade, perigo e até mesmo criminalidade. Em muitos casos, mesmo havendo respeito à identidade das vítimas, fica nítido que havia a intenção de utilizar narrativas no sentido de tentar imprimir alguma justificativa aos assassinatos e a suas circunstâncias, de forma tendenciosa e ideologicamente orientada.

Essa representação distorcida e violenta tem consequências sérias para a vida das pessoas trans. A associação constante a crimes contribui para o aumento da transfobia e da discriminação, expondo essas pessoas a um risco maior de violência física e psicológica. Além disso, a falta de representações positivas e humanizadas dificulta a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Para mudar esse cenário, é fundamental que a mídia adote uma abordagem mais responsável e ética na cobertura de temas relacionados à identidade de gênero. É preciso que os profissionais de comunicação sejam sensibilizados para a importância de utilizar uma linguagem adequada e respeitosa, evitando estereótipos e reforçando a dignidade das pessoas trans. A inclusão de pessoas trans na produção de conteúdo jornalístico também é fundamental para garantir uma representação mais autêntica e diversa.

Além disso, é importante que a sociedade como um todo se engaje na luta contra a transfobia e na promoção da diversidade de gênero. A educação, as políticas públicas e as ações de conscientização são ferramentas poderosas para combater o preconceito e construir um mundo mais justo e igualitário para todas as pessoas. Ao promover uma representação mais positiva e humana das pessoas trans na mídia, podemos contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com as diferenças.

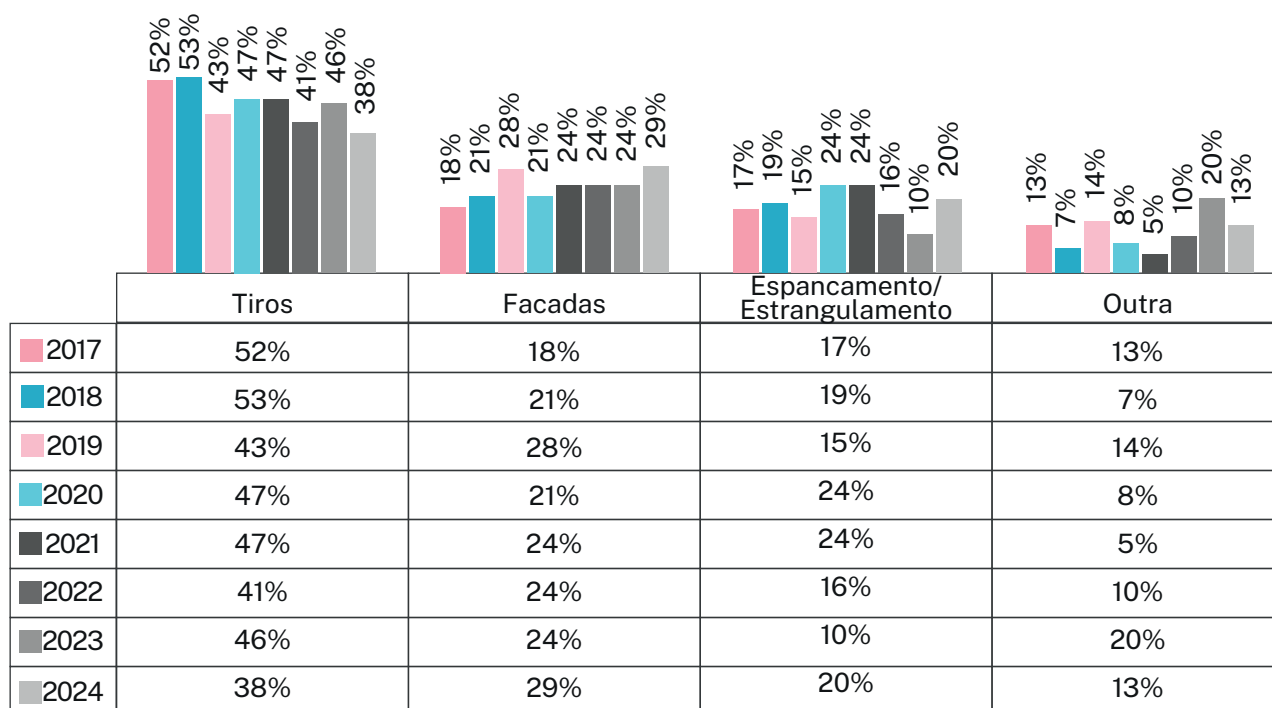
6. TIPOS DE ASSASSINATOS

O capítulo a seguir explorará o contexto em que os crimes foram perpetrados, analisando as ferramentas, técnicas e locais utilizados. Essa análise contextualizada é fundamental para compreender as motivações dos criminosos, as vulnerabilidades exploradas e as características específicas de cada crime.

6.1 FERRAMENTAS EMPREGADAS E MÉTODOS UTILIZADOS

Dentre os assassinatos notificados em 2024, em 17 notícias (15%) não houve informações sobre o tipo de ferramenta/meio utilizado para cometer o assassinato. Dos 104 casos restantes, 40 (38%) foram cometidos por armas de fogo; 30 (29%) por arma branca; 21 (20%) por espancamento, pauladas, apedrejamento, asfixia e/ou estrangulamento; e 14 (13%) por outros meios, como atropelamentos intencionais, decapitação, desmembramento, carbonização, degolamento e carbonização do corpo.

Gráfico: Ferramentas empregadas e métodos utilizados(%)



Todos os casos em que foi possível identificar, como meio de cometimento do crime, golpes ou tiros, estes apresentaram repetição e número elevado de perfurações. **Houve, ainda, 32 casos de execução por arma de fogo, com número elevado de tiros ou disparos à queima roupa.** No contexto do crime de assassinato, a configuração de uma execução refere-se à forma como o homicídio é perpetrado. Elementos como a escolha consciente dos meios utilizados, a forma da execução do crime e a busca por assegurar a impunidade ou vantagem são considerados na análise. Além disso, a incidência do elemento temporal, ou seja, a prática do crime imediatamente após uma provocação injusta ou o fator surpresa, podem ser relevantes na caracterização de uma execução no crime de assassinato. A maneira específica como o homicídio é cometido, visando a consumação do ato, a ocultação de provas ou a obtenção de benefícios, são fatores determinantes na identificação de uma execução nesse contexto.

A partir das análises dos casos, em 2024, em pelo menos 89% dos casos os assassinatos demonstraram requintes de crueldade, como o uso excessivo de violência, múltiplos golpes, degolamento, esquarteramento, e a associação com mais de um método e outras formas brutais de violência, como arrastar o corpo pela rua e desferir golpes em regiões como cabeça, seios e genitais. Isso denota um elemento facilmente identificado em feminicídios e outros crimes de ódio, e denuncia a transfobia presente nesse tipo de crime.

Principais Índícios de Crueldade e Intenção:

- **Multiplidade de Ferimentos:** O uso de diversas ferramentas ou a aplicação de múltiplos golpes em uma mesma vítima indicam uma intenção de causar o maior sofrimento possível, além de aumentar a probabilidade de morte.
- **Incapacidade de Defesa:** Situações em que a vítima se encontra em desvantagem física ou emocional, incapaz de se defender, demonstram um desequilíbrio de poder e uma clara intenção de causar danos.
- **Força Excessiva:** A aplicação de força desproporcional à situação, como golpes com extrema violência ou o uso de armas brancas, revela um desejo de causar sofrimento e morte de forma rápida e eficaz.
- **Atos de Crueldade:** A presença de atos de crueldade, como tortura, mutilação ou desfiguração, indica um nível de violência extrema e um prazer perverso em causar sofrimento.
- **Alvos Específicos:** A escolha de vítimas com características específicas, como pessoas LGBTQIA+, pode indicar a presença de motivações homofóbicas ou transfóbicas, além de outros tipos de preconceito.
- **Múltiplos Agressores:** A participação de múltiplos agressores em um mesmo crime demonstra uma maior organização e planejamento, além de aumentar o poder de intimidação e a sensação de impunidade.

Observamos ainda que, em 11 casos, houve a associação com outros métodos cruzados durante o homicídio, como tiros, facadas, espancamento, pauladas, tortura etc. Houve ainda 5 casos de estupros seguidos de assassinato. No quadro abaixo podem ser observados os meios e tipos de métodos empregados nos assassinatos em 2024.

Quadro: Principais meios e tipos de métodos utilizados nos assassinatos em 2024

Tipo de Ferramentas/Métodos	
Amarrada + decapitada	Empurrada do carro
Arma branca + Facadas + Objetos contundentes	Espancamento + asfixia
Arma de fogo	Espancamento + estrangulamento
Asfixiamento (mata-leão) + golpes com pedra	Espancamento por pauladas + pedradas
Asfixiamento + espancamento + braço quebrado	Espancamentos
Asfixiamento + Estrangulamento	Estupro
Atropelamento	Estupro + amarrada + golpes na cabeça
Carbonizada	Facadas + desmembramento
Decapitada	Facadas + estrangulamento
Desaparecimento + morte	Morte presumida (desaparecimento)
Desmembramento	Pauladas
Desmembramento + 122 facadas	Pedradas

Apesar de existirem poucos dados sobre a identidade dos suspeitos, identificamos apenas 23 (19%) notícias entre as 122 fontes, nas quais os suspeitos foram reconhecidos, sendo que, em 16 dessas notícias, foi informado que os suspeitos foram identificados e/ou detidos. Entre os casos identificados, 13 suspeitos eram homens cis e tinham algum vínculo afetivo com a vítima, como namorado, ex-namorado ou marido, o que facilita a sua identificação e prisão. Outros 11 casos ocorreram em contextos de programas sexuais contratados pelos suspeitos. Chamou atenção da equipe de investigação a recorrência de casos onde menores de idade estiveram envolvidos como agentes ativos dos assassinatos.

6.2 CRIMES DE ÓDIO CONTRA O GÊNERO E A IDENTIDADE DE GÊNERO DAS PESSOAS TRANS

A recente divulgação na mudança das diretrizes da Meta¹⁴⁴ em relação às pessoas LGBTQIA+ chamou atenção e acendeu um alerta para algo que já vinha sendo denunciado pela comunidade trans: as plataformas sociais, além de serem um local altamente violento e tóxico, com alto potencial de levar pessoas a serem vítimas de violências reais ou ao suicídio, nunca atuaram efetivamente para a proteção desses grupos e violam as normas vigentes de proteção a grupos vulneráveis a nível nacional e internacional.

144 <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2025/01/09/meta-publica-em-portugues-as-regras-pa-ra-discurso-de-odio-que-permitem-associacao-entre-doenca-mental-e-orientacao-sexual.ghtml>

A transfobia diariamente movimentada as redes sociais. É tema frequente nas campanhas eleitorais nacionais e internacionais, em fóruns da ONU, debates partidários, em feiras literárias, em conversas de bar, no noticiário e nas escolas, atravessando tanto a esquerda quanto a direita. Faz-se presente também em espaços progressistas, no feminismo e em outros movimentos que lutam pelos direitos humanos. Para além das discussões, ela é socialmente aceita em diversos círculos sociais, de forma que é reproduzida e passada de geração em geração sem qualquer constrangimento.

A nova Diretriz da Comunidade da Meta afirma, com as seguintes palavras: “Nós permitimos alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, dado o discurso político e religioso sobre transgênero e homossexualidade e o uso comum não sério de palavras como ‘estranho’”. O anúncio de Zuckerberg é alarmante e aponta para um futuro marcado por uma enxurrada de fakenews e discursos de ódio, sustentados pelo frágil pretexto da “liberdade de expressão”. Ataques a minorias e à democracia passam a ser endossados pelas Big Techs sem qualquer constrangimento.

Tanto pessoas LGBTQIA+, especialmente pessoas trans e travestis, quanto mulheres no Brasil, enfrentam uma crescente violência política de gênero e raça, que se manifesta em ataques virtuais, campanhas de difamação, ameaças de morte e estupro, e exclusão de espaços de poder. E tem-se observado aumento em canais e perfis que divulgam abertamente ideias de transfobia e misoginia¹⁴⁵, como demonstrado em estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Essa inclinação de Zuckerberg em direção ao *trumpismo* reforça, no contexto brasileiro, a urgência de avançar na regulamentação das redes sociais, um processo já adotado em vários países ao redor do mundo.

A autorização concedida pela Meta para a disseminação de estereótipos que retratam a população trans de forma negativa e desrespeitosa, obstaculiza o processo de inclusão social e promove uma série de violações de direitos humanos dessa parcela da população, sobretudo o direito à autodeterminação de gênero, direito reconhecido legalmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 4275, em consonância com diversos tratados internacionais sobre o direito à autodeterminação de gênero, dos quais o país é signatário, e com o Decreto nº 8727/2016, que prevê o direito ao uso do nome social e à identidade de gênero.

Além disso, o professor Renan Quinalha nos alerta quanto ao retorno de discursos patologizantes. Ele escreve¹⁴⁶: *“Isso é grave, mas eu diria que isso é apenas uma das pontas do iceberg. Mais preocupante é o sinal verde dado a discursos de patologização das identidades LGBTI+. Durante muito tempo, fomos considerados não só pecadores pelas igrejas e criminosos pelos Estados, mas também doentes. O estigma que nos foi imposto pelo saber médico é dos mais profundos, porque sempre se beneficiou da legitimidade e do prestígio da ciência.*

145 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/12/13/estudo-identifica-crescimento-do-discurso-de-odio-contra-mulheres-na-internet.ghtml>

146 <https://www.instagram.com/p/DEpL-m2ubFH/?hl=pt>

Não por outra razão, uma de nossas batalhas mais antiga tem sido precisamente pela despatologização, ou seja, pra não haver essa associação das existências LGBTI+ a uma doença. Fomos internados compulsoriamente em hospitais psiquiátricos e manicômios judiciários, locais em que fomos submetidos a violências como choques elétricos, lobotomia, insulino terapia e convulsoterapia. Escreveram tratados com fotos e diagnóstico. Fizeram laudos e prescreveram diferentes tratamentos.

Graças a um abaixo assinado iniciado em 1981 no Brasil, nosso país despatologizou a homossexualidade em 1985. A Organização Mundial da Saúde o fez em 1990. As existências trans só em 2018 – e com ressalvas. Órgãos de classe profissional como os Conselhos Federais de Medicina e de Psicologia vedam essas práticas de terapias de “cura gay”.

Mas vejam como é recente essa conquista. Em outros cantos do mundo essas práticas são liberadas. Agora, as redes sociais vão deixar circular discursos de patologização novamente. Não vai ter moderação das plataformas, teremos de acionar o Judiciário pra remoção.

É muito grave. Porque o tempo da justiça é lento. Porque nos onera mais uma vez a nos defender sozinhos e por nossa conta dos ataques. O estrago já vai ter sido – e já está sendo – feito. Vão viralizar memes e falsas pesquisas que nos classificam como doentes. E muita gente vai acreditar. É assim que se constroem preconceito e discriminação. Não podemos permitir que as plataformas amplifiquem discursos de ódio (porque é disso que se trata) impunemente”.

A regulação das mídias sociais tem sido tema de debate constante entre os países integrantes da União Europeia, assim como nos Estados Unidos e, mais recentemente no contexto brasileiro, isso porque a atuação das chamadas Big Techs (Google, Amazon, Facebook/Meta, Apple e Twitter) têm sido omissas diante de discursos de ódio publicados nas redes sociais, desafiado as ordens normativas preexistentes, que são incapazes de lidar com as tensões advindas dos conteúdos postados no ambiente digital.

O ódio direcionado à comunidade trans e travesti especificamente nas redes sociais impacta diretamente na forma com que as pessoas reagem às pessoas trans e travestis fora do ambiente virtual. Identificamos uma cadeia de disseminação dessas narrativas, tornando seu impacto direto imensurável, visto que a violência simbólica é recebida de diversas formas por quem tem acesso a essas informações, podendo gerar reações que vão desde a indiferença até o ódio explícito.

Os principais meios de disseminação da transfobia virtual formam uma cadeia que se retroalimenta e alimenta outras células e grupos que transitam entre si em ações coordenadas. O fator de aumento é análogo ao alcance dessas narrativas, assim como, paralelamente, a dificuldade de identificação de seus autores ou responsáveis. Há ainda a suspeita de que haja grupos financiados por instituições religiosas, políticos, movimentos transexcludentes e antitrans, que têm se organizado em uma agenda contra a cidadania das pessoas trans.

É fato notório que as redes sociais nunca deram a devida atenção ou respostas à altura dos discursos violentos contra a população LGBTQIA+ e, vivendo no país que mais assassina pessoas trans do mundo, não podemos nos furtar desse debate.

Diante da omissão das próprias plataformas, em conter a veiculação de discursos, imagens e vídeos que estimulam a transfobia, é preciso que o governo adote providências emergenciais no sentido de mitigar o impacto da LGBTIfobia, ventilando não somente a mobilização do aparato do Poder Judiciário e policial, através do diálogo interinstitucional, mas também a própria suspensão da plataforma no Brasil.

Contudo, é necessária a regulação das plataformas digitais, aliada ao debate social que preconize a educação sobre o uso ético-político das mídias sociais, a disponibilização de canais de denúncia on-line, a criação de observatório nacional da violência contra a população LGBTQIA+, a capacitação e atuação do Ministério Público, assim como a adequação do atendimento e o respeito às pessoas transgêneras nas Delegacias de Polícia, incluindo as que atendem crimes cibernéticos, e Defensorias Públicas.

Precisamos urgentemente mobilizar esforços contra o discurso de ódio nas redes sociais, que tem sido um playground da transfobia, já que as plataformas pouco têm atuado para coibir ou identificar os responsáveis por esse cenário devastador a que temos assistido. É urgente que sejam construídos mecanismos de proteção e apoio às pessoas trans que sofrem ataques organizados por grupos de ódio, assim como mapear e identificar essas pessoas que são orgânicas na internet, com o intuito de perseguir e disseminar transfobia livremente nas redes sociais.

Entendemos ainda ser urgente a realização de campanhas governamentais em todos os meios e canais institucionais, para a conscientização e educação da população em geral sobre o uso adequado das mídias e para o enfrentamento da discriminação motivada pela orientação sexual e/ou pela identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+. Trata-se de ferramentas fundamentais para o combate à disseminação do discurso de ódio e de seus impactos.

Crimes de ódio com motivações LGBTIfóbicas estão enraizados no patriarcado e no machismo, e incluem a misoginia, o racismo, a lgbtifobia, o capacitismo, entre outros, nos quais o ódio cissexista impacta diretamente toda a comunidade trans e mais diretamente travestis e mulheres trans. Defendemos que elas devem ser integradas e protegidas por políticas destinadas a todas as mulheres, especialmente aquelas voltadas para vítimas de violência de gênero, sem hierarquia ou discriminação entre identidades cisgêneras e trans.

Existe uma lacuna na discussão a respeito dos crimes de ódio no país. E a crítica recai na falta de conscientização e compreensão abrangente desses crimes. É necessário discutir não apenas as manifestações explícitas, como o racismo e a lgbtifobia, mas também suas nuances, como o etnocentrismo, a xenofobia e a intolerância religiosa¹⁴⁷, assim como os impactos diretos da vida das pessoas fora do ambiente virtual. A compreensão precisa evoluir para incluir todas as formas de discriminação, visto que são interligadas e refletem a urgência de uma abordagem ampliada, que defina sobretudo os limites da liberdade de expressão e das manifestações de ódio nas redes sociais, sem se limitar a elas.

147 <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/entenda-o-que-sao-crimes-de-odio-e-como-denunciar-praticas-na-defensoria-publica/>

Além disso, ressaltamos a necessidade de enfrentar juridicamente o discurso de ódio no país. Os desafios jurídicos destacados durante debates recentes alertam para a importância de políticas eficazes e instrumentos legais para combater e punir os responsáveis por esses crimes¹⁴⁸.

A diferenciação dos crimes de ódio em relação aos crimes comuns reside na motivação, sendo perpetrados devido à intolerância do agente em relação à vítima, por ela pertencer a um grupo social considerado intolerável, sempre de um grupo hegemônico em relação a um grupo minorizado, nunca o contrário. Isso é evidente na transfobia, que engloba violências físicas, morais e discriminações contra travestis, mulheres transexuais e homens trans, assim como na homofobia e bifobia, que visam lésbicas, gays e bissexuais. Os crimes de ódio são ainda mais graves para a nossa população, visto que refletem uma intolerância fundamentada na identidade da vítima, tornando, por exemplo, um homicídio motivado por intolerância mais grave do que um resultado de circunstâncias momentâneas. Essa perspectiva tem sido destacada desde 2017 por esta pesquisa.

Os homicídios motivados pelo ódio se caracterizam prioritariamente pela repetição de métodos, intensidade e quantidade de golpes, envolvendo meios cruéis e a ausência de defesa da vítima. A escolha dos artefatos utilizados e o local do assassinato variam, sendo cometidos em espaços públicos, de difícil acesso ou locais privados, evidenciando diferenças nos métodos utilizados pelos agressores.

A publicação de estratégias e recomendações pelo Governo Federal para combater o discurso de ódio e extremismo reforça a necessidade de ações concretas e efetivas para enfrentar essa realidade alarmante¹⁴⁹. Portanto, a urgência na ampliação dessas discussões se justifica pela necessidade de conscientização, compreensão ampla e ações concretas para proteger os direitos humanos das pessoas trans e promover um ambiente livre de transfobia.

6.3 LOCAL DOS ASSASSINATOS

Em 2024, 23 fontes não informaram dados sobre o local onde os crimes ocorreram. Dentre os 99 dados que trouxeram informações sobre o local do ocorrido, foi constatado que, 67 (68%) dos assassinatos aconteceram em espaços públicos e 32 (32%) deles em locais privados. **A maior parte dos assassinatos ocorreu no período noturno.**

O espaço público continua sendo o mais perigoso e com o maior número de casos de assassinatos contra pessoas trans, principalmente em ruas e avenidas. Houve ainda diversos corpos que foram encontrados em terrenos baldios e obras abandonadas, dentro de rios e lagos, praças e na zona rural de cidades do interior. Já nos espaços privados, a residência da vítima aparece como o local onde mais houve casos, além de motéis, unidades prisionais, casa de acolhimento, e ainda residências de terceiros.

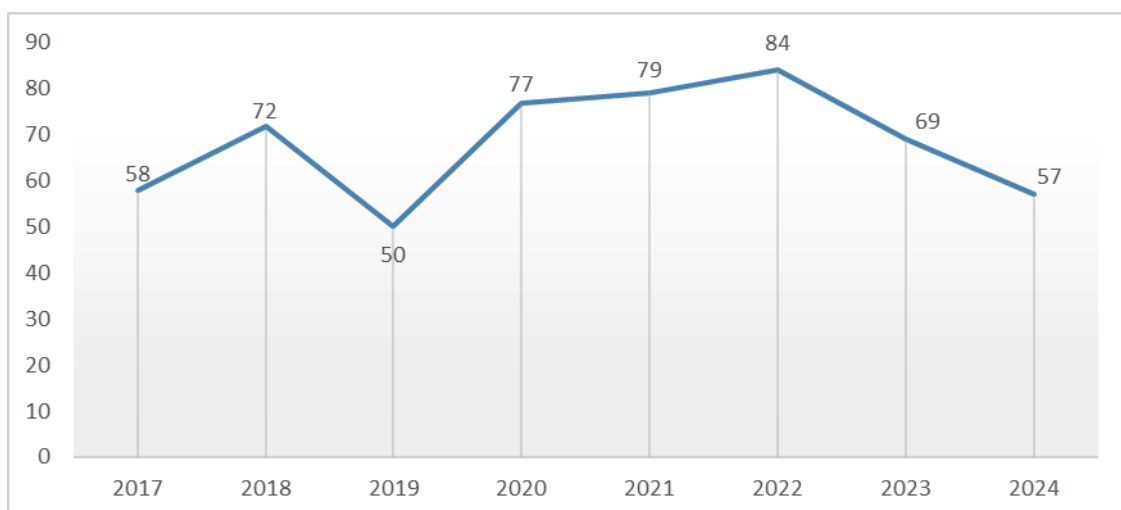
148 <https://direitoshumanos.dpu.def.br/debate-destaca-desafios-juridicos-para-o-combate-ao-discurso-de-odio/>

149 <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/governo-publica-estrategias-e-recomendacoes-para-o-combate-ao-discurso-de-odio-e-ao-extremismo>

7. HOMICÍDIO TENTADO (TENTATIVAS DE HOMICÍDIO)¹⁵⁰

Em 2024, foram registrados em nossas buscas pelo menos **57 homicídios tentados**, durante a realização desta pesquisa utilizando a mesma metodologia dos assassinatos, todos contra travestis e mulheres trans. No mesmo sentido, observamos que o perfil das vítimas, em sua grande maioria, não difere daquele que já foi identificado entre as vítimas de assassinatos – jovens trans e travestis negras, já que as tentativas de assassinatos são na verdade assassinatos não consumados ou situações em que as vítimas sobreviveram. Em 2023, tivemos 69 tentativas de assassinato; em 2022 foram 84 casos; em 2021 sobreviveram 79 vítimas; no ano de 2020 haviam sido 77 tentativas; 50 em 2019; 72 em 2018; e 58 em 2017.

Gráfico – Tentativas de Homicídio – 2024



Ao observar as nuances dos casos, não muito diferente dos anos anteriores, a forma explícita do desejo de matar aparece em elementos muito peculiares. São frequentes: a) Uso de mais de uma ferramenta durante ato (facadas, tiros, espancamento); b) Grande quantidade de golpes, tiros ou pancadas; c) A incapacidade de defesa da vítima; d) Uso da força extrema aplicada; e) Fato cometido por mais de um elemento; f) Sinais explícitos de crueldade e/ou tortura (a pessoa pode ter sido amarrada, atead a fogo, tido os cabelos raspados etc.); g) O local dos golpes no corpo (cabeça, seios e genitais); h) O fato de a expressão de gênero ser não normativa e; i) Identidade de gênero pública da vítima.

Esses componentes têm sido fatores determinantes para a escolha da vítima, a situação de violência a que foi submetida e que muitas vezes vai denunciar a existência de diversos desses

¹⁵⁰ Consideramos, para fins desta pesquisa, como tentativas de assassinato (homicídio tentado), os casos em que a vítima tenha sido submetida a situações de violência em que o assassinato não tenha sido consumado. As dinâmicas presentes nos casos de homicídios não consumados chamam atenção pela similaridade com os elementos contidos nos casos consumados.

elementos contidos simultaneamente no mesmo crime. Ao analisar os casos de violência, nota-se uma série de elementos que se repetem e que podem indicar um padrão mais profundo de crueldade e intencionalidade. A identificação desses padrões é fundamental para a compreensão da dinâmica da violência e para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de prevenção e combate. Ao analisar os detalhes de cada caso, é possível identificar os fatores de risco, os perfis dos agressores e das vítimas, e as motivações que levam à prática desses crimes.

Além das lesões físicas, evidentes e imediatas, os impactos psicológicos e emocionais são duradouros e complexos, afetando a saúde mental, as relações sociais e a qualidade de vida de forma significativa. A experiência de sobreviver a uma tentativa de homicídio é marcada por um processo de luto prolongado. A perda da sensação de segurança, a constante ameaça à vida e a necessidade de reconstruir a rotina diária são apenas alguns dos desafios enfrentados pelas vítimas. A literatura especializada aponta para a importância de oferecer apoio psicológico e emocional nesse contexto, incluindo a participação em grupos de apoio e o acompanhamento de profissionais da saúde mental.

A análise dos dados revela que travestis e mulheres trans, especialmente aquelas que atuam no trabalho do sexo, são as maiores vítimas de tentativas de homicídio. Essa interseccionalidade de marcadores sociais (gênero, sexualidade, trabalho) as torna alvos preferenciais da violência, evidenciando a necessidade de políticas públicas que combatam a discriminação e promovam a inclusão social.

As sequelas da violência não se restringem ao indivíduo, mas têm um impacto significativo na saúde pública. A alta prevalência de transtornos mentais, como ansiedade e depressão, entre as vítimas de violência, representa um grande desafio para os sistemas de saúde. Além disso, a violência perpetua ciclos de violência, afetando as próximas gerações e gerando um custo social elevado.

Para enfrentar essa problemática, é fundamental adotar uma abordagem multidisciplinar que envolva diferentes setores da sociedade. Algumas medidas podem contribuir para a prevenção da violência e o cuidado com as vítimas:

- **Promoção de políticas públicas:** É necessário implementar políticas públicas que combatam a discriminação, promovam a igualdade de gênero e garantam a segurança de todos os cidadãos.
- **Fortalecimento dos serviços de saúde:** É fundamental garantir o acesso a serviços de saúde mental de qualidade para as vítimas de violência.
- **Investigação e punição dos agressores:** A impunidade incentiva a violência. É preciso investir em investigações eficazes e garantir a punição dos agressores.
- **Educação para a paz:** A educação para a paz e a cidadania é fundamental para construir uma cultura de não violência.
- **Empoderamento das vítimas:** É preciso oferecer às vítimas os recursos necessários para que elas possam reconstruir suas vidas e superar os traumas.

As tentativas de homicídio são um problema complexo que exige uma resposta multifacetada. Ao compreender as causas e as consequências dessa violência, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para prevenir e combater esse crime, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

8. REFLEXÕES SOBRE MORTE AUTOPROVOCADA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A cada dia, a sociedade brasileira é confrontada com notícias sobre a violência contra pessoas trans. A violência contra pessoas trans é um grave problema de saúde pública que tem suas raízes na discriminação e no preconceito. A alta taxa de suicídio entre esse grupo é um reflexo da profunda desigualdade e exclusão social que enfrentam. A interseccionalidade de gênero, raça, classe e contexto social torna essas pessoas ainda mais vulneráveis, intensificando o sofrimento psicológico e aumentando o risco de serem suicidadas.

No livro "*O Suicídio*", Durkheim demonstrou que fatores sociais, como a falta de senso de pertencimento, o isolamento social, a fragmentação das sociedades, a desordem moral e dificuldades sociais e econômicas, impactavam significativamente as taxas de suicídio. Nesse trabalho, ele consolidou o conceito clássico de "fato social", caracterizado como um conjunto de práticas, condições e comportamentos coletivos que moldam as escolhas individuais.

A discriminação, o preconceito e a exclusão social, somados à violência física e psicológica, geram um profundo impacto na saúde mental dessa população, culminando em altas taxas de suicídio. A cisheteronormatividade e a heteronormatividade, que regem as relações sociais, impõem padrões de comportamento e identidade que muitas vezes são incompatíveis com a experiência das pessoas trans, intensificando o sofrimento e a exclusão. A análise dos dados sobre suicídio entre pessoas trans revela a urgência de políticas públicas que promovam a saúde integral e o bem-estar dessa população, combatendo a violência e a discriminação em todas as suas formas.

Por outro lado, pesquisas¹⁵¹ indicam que o acesso a cuidados em saúde transespecífica melhora significativamente a qualidade de vida das pessoas trans. Isso demonstra ainda que há uma redução clinicamente significativa na depressão, e uma redução nas ideações suicidas também ocorreram com a hormonização.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o cuidado de afirmação de gênero é uma combinação de intervenções sociais, comportamentais, médicas e psicológicas que ajudam a apoiar a identidade de gênero de um indivíduo ou o gênero ao qual ele se associa internamente.

Ser uma pessoa transgênera não é classificado como uma doença mental. A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a identidade trans do capítulo de transtornos mentais em sua Classificação Internacional de Doenças (CID-11), refletindo o entendimento de que a identidade transgênera, por si só, não é uma condição de saúde mental. No entanto, pessoas trans podem enfrentar desafios de saúde mental, como depressão ou ansiedade, geralmente associados ao

151 <https://www.advocate.com/health-care/gender-affirming-care-improves-wellbeing>

estigma social, discriminação e estresse relacionado à condição de minoria, e não ao fato de serem trans.

The Trevor Project publicou um estudo¹⁵², onde pela primeira vez ficou nítida uma ligação causal entre leis antitrans e o aumento das tentativas de suicídio entre jovens trans e não binários. Publicada na revista *Nature Human Behavior*, a pesquisa revelou que essas legislações, promulgadas em 19 estados dos EUA, entre 2018 e 2022, causaram um aumento de até 72% nas tentativas de suicídio entre esse grupo de jovens.

Essas leis, que incluem restrições ao cuidado de transição de gênero para menores e a proibição de atletas trans competirem em times que correspondem à sua identidade de gênero, tiveram consequências devastadoras para a saúde mental dos jovens trans e não binários. Segundo o estudo, essas legislações causaram diretamente um aumento significativo nas tentativas de suicídio entre jovens de 13 a 24 anos. O estudo fornece evidências indiscutíveis para apoiar o que já sabíamos: a recente onda de leis antitransgêneros nos EUA está literalmente colocando em risco a vida de jovens em todo o país.

Uma pesquisa publicada na revista *Neurology*¹⁵³, da Academia Americana de Neurologia, mostrou que pessoas que pertencem a minorias sexuais e de gênero apresentam uma chance 14% maior de desenvolver demência e um risco 27% mais alto de depressão na velhice em comparação a pessoas cisgêneras e heterossexuais. O estudo também identificou que mulheres trans têm uma probabilidade 68% maior de sofrer um acidente vascular cerebral, diferença que não foi observada em outros grupos LGBTQ+.

A partir deste ano, e enquanto for considerado relevante, o dossiê da ANTRA sobre violências e assassinatos deixará de incluir dados sobre suicídios de pessoas trans e informações sobre violações de direitos humanos. Essa decisão decorre, não por não serem importantes, mas do fato de que um dos objetivos principais da pesquisa foi alcançado: a sistematização de informações governamentais que subsidiam políticas públicas capazes de mensurar, ainda que parcialmente, a magnitude desses problemas.

Especificamente, os dados provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) — módulo Viva — apresentam informações mais qualificadas e abrangentes, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, em comparação aos números que vinham sendo levantados por esta pesquisa. O Sinan Viva demonstrou, por exemplo, um número significativo de casos de autoextermínio envolvendo pessoas trans, evidenciando que as estatísticas previamente apresentadas por esta pesquisa estavam muito aquém da realidade.

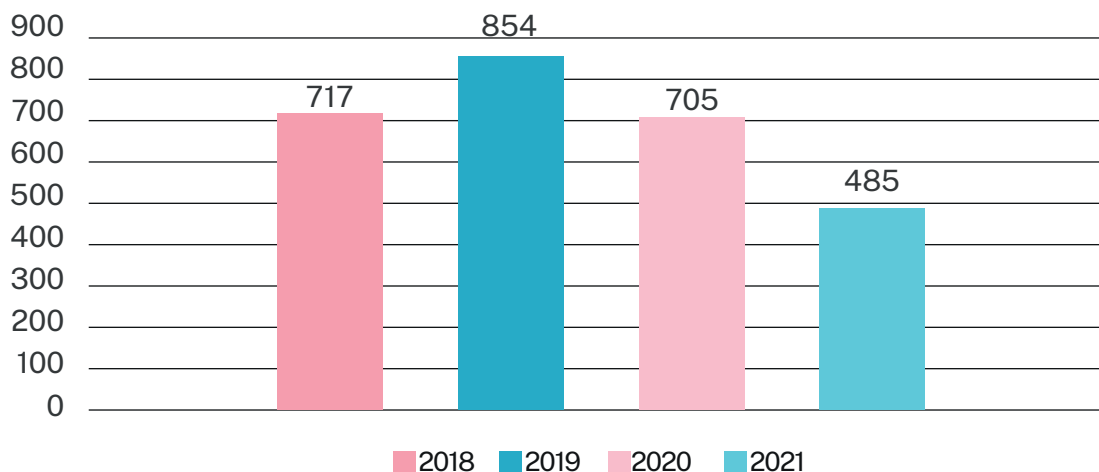
Os dados foram publicados pela revista *Gênero e Número*¹⁵⁴, e revelam que “crianças, adolescentes e jovens respondem por mais da metade dos 2.761 registros de lesões autoprovocadas entre mulheres trans e travestis no Brasil entre 2018 e 2021”.

152 <https://www.nature.com/articles/s41562-024-01979-5>

153 <https://www.neurology.org/doi/10.1212/WNL.000000000209863>

154 <https://www.generonumero.media/reportagens/autolesao-mulheres-trans-e-travestis/>

Gráfico: Dados de Violência autoprovocada



Fonte: SINAN/MS publicado pela Gênero e Número

A matéria revela ainda que a “faixa etária de 18 a 24 anos concentra um de cada três casos do tipo, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde. No caso de crianças, o campo de “identidade de gênero” só é preenchido a partir dos 10 anos de idade.

A identidade de gênero foi incluída na ficha de notificação individual em 2014, que é preenchida por profissionais do serviço de saúde. Quase uma década depois, as únicas opções para esse campo são: “travesti”, “mulher transexual”, “homem transexual”, “não se aplica” e “ignorado”. Pessoas não binárias também não são contempladas e não há categoria específica para a classificação de pessoas cisgênero, o que reforça a cisnormatividade como padrão.”

Esses dados também apontam para um problema no acompanhamento posterior ao atendimento de mulheres trans e travestis que chegam ao sistema de saúde após um episódio de autolesão. Apenas uma em cada quatro recebeu algum tipo de encaminhamento para a rede de assistência social, justiça ou outros serviços de saúde. Depois que as possíveis redes de apoio se esgotam, laços com familiares e amigos se cortam e instituições como escola e rede de saúde negligenciam a sua existência, as tentativas de suicídio emergem.

Esses dados precisam ser analisados a partir das discussões sobre a prevenção ao suicídio e a formulação de políticas de saúde mental sob uma perspectiva antimanicomial e não patologizantes. Não acreditamos em um tratamento ou cuidados em saúde mental sem o combate à fome, ao desemprego, à desigualdade social, à transfobia, ao machismo, à misoginia, ao racismo e a todas as formas de precarização da vida de cada pessoa. Diante disso, a inclusão desses números no dossiê torna-se redundante e menos eficaz, considerando que agora existem fontes governamentais e abrangentes para esse monitoramento.

O Estado brasileiro, ao promulgar políticas, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, reconhece a necessidade de ações afirmativas para promover a saúde e o bem-estar dessa população. No entanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios e a violência contra pessoas trans continua sendo um

problema grave. A sociedade civil também tem um papel fundamental a desempenhar na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e respeito.

Prevenção ao suicídio

Embora sejam poucas as políticas públicas, algumas delas ainda podem ser acessadas, como é o caso do atendimento psicológico social que muitas universidades fazem à população com menos recursos financeiros. Em alguns estados, há também os Centros de Referência/Cidadania LGBTI e as Instituições LGBTQIA+, onde muitas vezes há atendimento gratuito de psicólogas e assistentes sociais. Há ainda os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que fazem parte do Sistema Único de Saúde.

“Quando procurar atendimento psicológico particular, é importante que as pessoas trans se certifiquem de que a(o) psicóloga(o) tenha sensibilidade e se sinta confortável com a temática das expressões e identidades de gênero. A patologização da travestilidade e da transexualidade foi inclusive proibida pelo Conselho Federal de Psicologia em resolução recente (Resolução CFP 001-2018)”, é o que lembra Maiara Fafini, psicóloga e travesti.

Outro recurso interessante que há em outros países, e existe também no Brasil, é o Centro de Valorização da Vida (CVV), entidade sem fins lucrativos reconhecida como de Utilidade Pública Federal, que faz atendimento 24 horas por dia pelo disque 188. Seus voluntários são orientados para tentar dissuadir pessoas de pensamentos suicidas e auxiliá-las na busca de novo sentido e vontade de viver.

AS PESSOAS TRANS NÃO SE SUICIDAM PORQUE SÃO TRANS.

ELAS SE SUICIDAM PORQUE O RESTO DA SOCIEDADE NÃO AS TRATA COMO SE FOSSEM PESSOAS.”

FALAR É A MELHOR SOLUÇÃO!

LIGUE **188** SIGILOSO GRATUITO 24H
CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

Antra
Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Violações de direitos humanos

Em relação às violações de direitos humanos, dados do Disque 100, divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos, revelam que mais de 5 mil denúncias foram registradas entre janeiro e outubro de 2024¹⁵⁵. Esse volume supera amplamente a capacidade de monitoramento desta pesquisa, que anteriormente reportava uma média anual de cerca de 120 casos. A sistematização desses dados por parte de instâncias governamentais reforça a relevância do trabalho inicial desta pesquisa, mas também sinaliza a necessidade de transitar para um papel diferente: o de monitorar a aplicação das políticas públicas e exigir que essas informações sirvam para ações concretas de enfrentamento das violências estruturais.

Essa mudança de abordagem não significa uma abdicação da luta, mas uma reorientação estratégica que prioriza o impacto e a sustentabilidade do trabalho realizado. Assim, é necessário que o governo e a sociedade civil avancem conjuntamente na construção de respostas que, além de preventivas, sejam reparadoras e transformadoras.

Com base nesses avanços, o foco do dossiê em relação a esses dois pontos especificamente será redirecionado para o fortalecimento de mecanismos de controle social e para a cobrança de medidas efetivas por parte do Estado, incluindo a destinação de recursos, a formulação de políticas públicas comprometidas e ações de reparação e não repetição. É urgente que essas iniciativas avancem no sentido de construir um Estado que assegure o bem-estar social da população trans, combatendo as causas estruturais dessas violações e promovendo um ambiente social, cultural em que as pessoas trans queiram e possam viver plenamente suas identidades, com a garantia de segurança, direitos e dignidade.

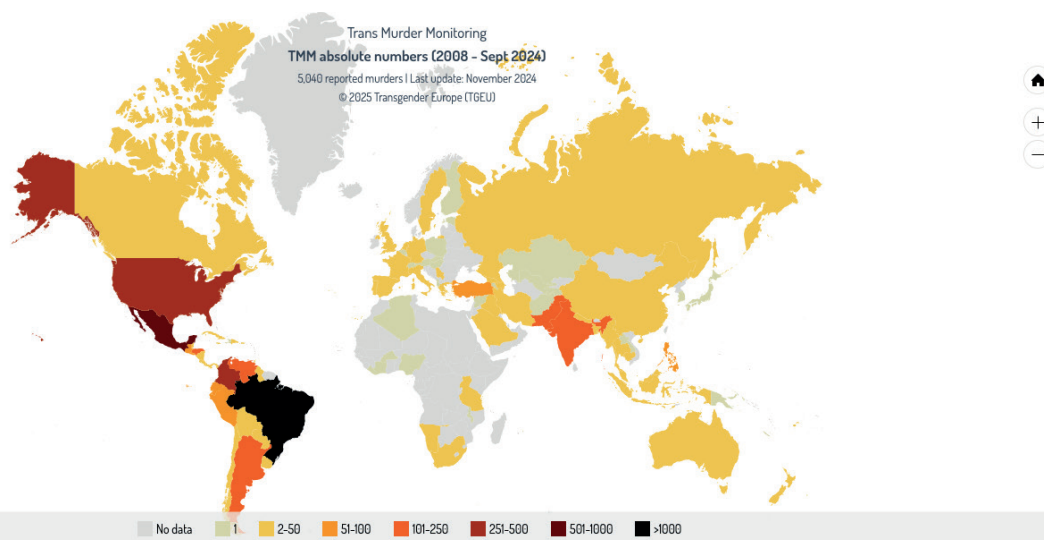
155 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-10/populacao-lgbtqia-denuncia-mais-casos-de-violencia-no-pais>

9. DADOS INTERNACIONAIS: O PAÍS DO TRANSFEMINICÍDIO

Como já vinha sendo anunciado pelos movimentos trans nacionais, devido ao contexto geral onde prevalece a agenda antitrans e a falta de ações efetivas do Estado, **em 2024 o Brasil seguiu como o país que mais assassina pessoas trans no mundo, pelo 16º ano consecutivo.** É o que aponta a atualização publicada pela Transgender Europe (TGEU)¹⁵⁶.

O projeto *Trans Murder Monitoring* (TMM) começou a monitorar assassinatos trans ao redor do mundo, como uma cooperação entre a Transgender Europe (TGEU) e a revista acadêmica online *Liminalis – A Journal for Sex/Gender Emancipation and Resistance*. Posteriormente, o TMM tornou-se um projeto de pesquisa "*Transrespect versus Transphobia Worldwide*" da Transgender Europe.

Realizado pela equipe do *Transrespect versus Transphobia Worldwide* (TvT), o "Observatório de Pessoas Trans Assassinadas Globalmente" é um boletim da TGEU publicado anualmente por ocasião do 20 de novembro, Dia Internacional da Memória Trans (*Trans Day of Remembrance*). O documento atualiza os casos de assassinatos contra pessoas trans ao redor do mundo. Desde que o relatório foi criado, em 2008, o Brasil vem mantendo a liderança entre os países nos quais a transfobia faz o maior número de vítimas.



A região da América Latina e do Caribe, mais uma vez, foi aquela com maior número de casos, chegando a 70% do total. Com aumento de cerca de 9% em relação a 2023, foram catalogados 350 assassinatos na atualização, e pelo menos 106 aconteceram no Brasil, o que representa 30% do total – em 2023 haviam sido 100. Dentre eles, 94% foram feminicídios cujas vítimas eram mulheres trans ou pessoas transfemininas. Os dados foram coletados entre 1º de outubro do ano passado e 30 de setembro deste ano. O México segue em segundo lugar e o Estados Unidos em terceiro com 76 e 41 assassinatos cada.

¹⁵⁶ <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2024/>

O perfil das vítimas permanece sendo a maioria de mulheres trans e pessoas transfemininas jovens, negras/racializadas e vivendo publicamente com identidades de gênero não hegemônicas. Do total, 93% dos assassinatos relatados foram de pessoas trans negras ou racializadas, um aumento de 14% em relação ao ano passado. E entre aqueles dados que tinham idade disponível, um terço das vítimas tinha entre 31 e 40 anos, e um quarto tinha entre 19 e 25 anos.

O quadro de violência contra pessoas trans no Brasil é alarmante em todas as fases da vida. Anualmente, centenas de pessoas perdem suas vidas devido a crimes motivados pelo ódio, transfobia e discriminação. A ausência de políticas públicas eficazes e direcionadas para combater essa realidade tem contribuído para a continuidade dessas tristes estatísticas, fazendo do Brasil um dos países mais inseguros para pessoas trans.

A pesquisa também revelou que 34% dos assassinatos relatados foram por armas de fogo, que 46% das vítimas atuavam como profissionais do sexo e que as ruas continuam sendo o espaço de maior incidência dos assassinatos.

Em um país marcado pela desigualdade e por ímpetos fascistas, a violência vem sendo percebida de forma mais intensa e organizada contra grupos vulnerabilizados e em situação de pobreza, como jovens negros, mulheres vítimas de feminicídio e violência doméstica, pessoas LGBTQIA+, candidaturas progressistas, entre outros. Esses grupos se tornam alvos diretos de agressões, alimentadas por desigualdades de classe, raça, gênero e território, além do ódio transmitido ao longo das gerações contra sexualidades e identidades dissidentes. Esse ecossistema do ódio tem elaborado a trágica “receita de morte” que permanece naturalizada como parte da herança colonial.

PARTE III _ RECOMENDAÇÕES E ARTIGOS

10. RECOMENDAÇÕES

Considerando a realidade explicitada nesta pesquisa, é importante tecer recomendações que, embora permaneçam as mesmas de nossa edição anterior, devem ser incorporadas a fim de promover o enfrentamento efetivo da transfobia em suas múltiplas formas, na busca por um ambiente social onde as pessoas trans possam existir, ser protegidas e se sentir seguras.

10.1 RECOMENDAÇÕES GERAIS

- Revogar o modelo transfóbico do “novo RG” e implementar um modelo que garanta o respeito e a proteção das pessoas trans;
- Publicar imediatamente o Programa de Saúde específica para a população Trans (PAES-PopTrans) no Sistema Público de Saúde;
- Regulamentar as redes sociais e implementar proteções nos termos das leis e decisões em relação à proteção de grupos antitrans no processo de regulamentação das redes sociais;
- Investigar casos de destransição sendo usados como propaganda por proponentes da chamada cura gay nas redes sociais;
- Implementar as cotas trans em todas as universidades, tanto para estudantes, quanto para professores, corpo técnico-administrativo e empresas contratadas, concursos públicos e políticas de estado, assim como para contratação de empresas para prestação de serviço por órgãos governamentais em todas as esferas;
- Instituir políticas afirmativas de reservas de vagas e/ou cotas para pessoas trans no concurso público unificado;
- Instituir uma mesa de mediação junto à presidência a fim de lidar com a situação de violência contra pessoas trans no Brasil;

- Revisar os valores das tabelas dos hormônios usados por homens trans e pessoas transmasculinas que passaram por aumento desproporcional;
- Realização de mutirões nos órgãos do sistema de assistência social, para emissão emergencial e gratuita de documentação, regularização e inclusão no cadastro da rede de assistência e programas sociais para pessoas LGBTQIA+, idosas, em situação de rua, população periférica de baixa renda, imigrantes e/ou que morem fora das capitais, em assentamentos de movimentos pelo direito à terra e profissionais do sexo, com a finalidade de que possam ser atendidas pelas medidas socioeconômicas;
- Incluir a garantia de tratamento exclusivo pelo nome social no portal GOV.BR, Web SUS, Bancos estatais, BACEN, ANAC, empresas de transporte aéreo, planos de saúde e afins;
- Inclusão da proteção específica às profissionais do sexo nos planos de proteção social;
- Destinar recursos para a realização de pesquisa sobre mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis e transexuais (LBT) no âmbito do Ministério das Mulheres;
- Instituir programa de enfrentamento à transfobia, racismo e injúria transfóbica no ambiente virtual, redes sociais e afins, com ações de prevenção, canais de denúncia, identificação e responsabilização de suspeitos, assim como meios de reparação coletiva e para as vítimas de violências, assédios e bullying cibernético;
- Garantir o direito à autodeclaração de gênero das pessoas trans e gênero-diversas em todas as áreas de atuação do Estado;
- Garantir acesso às políticas sociais para a população trans, com atenção a profissionais do sexo, moradores de favela e da periferia, pessoas em situação de rua, egressas do sistema prisional e aquelas privadas de liberdade ou no sistema socioeducativo;
- Implementação de espaços públicos de abrigo para pessoas trans idosas, assim como crianças e adolescentes expulsas de casa;
- Criar e implementar medidas legais e políticas antidiscriminação, ações positivas no campo da educação e do emprego para evitar que qualquer pessoa tenha que depender da venda do sexo como meio de sobrevivência devido à pobreza ou à discriminação;
- Implementar ações governamentais, promovendo as articulações entre os órgãos estaduais e municipais, por um lado, e, por outro, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de assistência social, educação ou defesa de direitos que tratem da política de proteção à Comunidade LGBTQIA+;
- Transversalizar político-administrativamente os programas, projetos, serviços e benefícios de atenção a pessoas LGBTQIA+ com deficiência ou mobilidade reduzida, em situação de rua, em privação de liberdade, profissionais do sexo, trabalhadores do campo, indígenas e em território de favela;
- Incluir no currículo escolar temas ligados à educação sexual inclusiva e à tolerância à diversidade;
- Criar programa específico de enfrentamento da transfobia no ambiente educacional;

- Apoiar e incentivar as ações da comunidade LGBTQIA+ no enfrentamento das vulnerabilidades, da fome e desemprego, com atenção especial aos territórios controlados pelo narcotráfico, grupos paramilitares, periferias e comunidades de favelas;
- Garantir o atendimento e acolhimento nos abrigos públicos de acordo com a autodeclaração de gênero, respeitando a orientação sexual das pessoas e famílias LGBTQIA+;
- Atuar para proteger jovens LGBTQIA+, especialmente jovens trans, incluindo crianças e adolescentes, investindo recursos para pesquisas e programas para o mapeamento das necessidades específicas desse grupo, seus familiares e responsáveis;
- Viabilizar a criação de um “Plano nacional de combate a LGBTIfobia e promoção da cidadania LGBTQIA+”;
- Garantir a representação e participação efetiva de pessoas trans em todas as ações do governo, sobre direitos humanos e enfrentamento do racismo, da violência contra a mulher e proteção contra grupos minorizados;
- Atuar para implementar todas as recomendações previstas na RPU no tocante às pessoas LGBTQIA+;
- Ratificar e atuar para a efetiva implementação da Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, com atenção à garantia da autodeterminação e livre expressão de gênero das pessoas trans;
- Estabelecer diálogo com os movimentos sociais de pessoas trans politicamente mobilizados em questões referentes aos nossos direitos;
- Atualizar e modernizar o disque 100, incluindo a necessidade de informações específicas sobre identidade de gênero;
- Promover ações específicas para a erradicação do bullying transfóbico e interromper a exclusão de pessoas trans nas escolas e universidades;
- Destinar vagas específicas para pessoas trans em programas de geração de emprego e/ou de renda, e incentivos fiscais para empresas que têm vínculo com o Estado para contratarem pessoas trans, priorizando travestis e mulheres trans;
- Implementar política de ações afirmativas para pessoas trans por meio de reserva de vagas para o acesso a universidades, concursos públicos e demais seleções para atividades remuneradas;
- Instituir o programa Transcidadania a nível federal, a exemplo do que fez a prefeitura de São Paulo no governo do prefeito Fernando Haddad;
- Incluir informações sobre a comunidade LGBTQIA+ no Censo previsto para 2030;
- Destinar recursos (materiais, pessoais e financeiros) para ações de enfrentamento à transfobia, priorizando a educação em todos os níveis, saúde, segurança pública e na assistência social;
- Atuar para a retificação, em caráter de urgência, da CID-11, publicada em 2018 pela Organização Mundial da Saúde, de modo a reconhecer que a transgeneridade não é uma doença;

- Revisar e atualizar os procedimentos previstos no processo transexualizador, a partir do que está previsto na resolução 2265/2020 do CFM, sem se limitar a ela e mantendo diálogo com os movimentos trans;
- Ampliar a rede de oferta dos procedimentos previstos no processo transexualizador com a habilitação e a implementação de ambulatórios e hospitais, com atenção especial aos estados onde eles não existam ou estejam inoperantes;
- Cumprimento imediato da decisão do STF no julgamento da ADPF 787 em 28/06/2021 sobre o acesso à saúde por pessoas trans no SUS.

10.2 PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

- Identificar, investigar e responsabilizar perfis antitrans e organizações criminosas que articulam ataques nas redes sociais contra pessoas e instituições trans, aliados e perfis governamentais;
- Investigar a possível existência de gabinetes do “ódio antitrans” e promover ações legais contra esses grupos;
- Realizar mutirões de desencarceramento de pessoas trans presas por crimes de menor potencial ofensivo, considerando a mudança de regime;
- Impedir prisões pelo exercício das atividades relacionadas ao trabalho sexual, afastando-se de medidas punitivas, retirada forçada das ruas e criminalização da atividade;
- Incentivar campanhas e ações para o enfrentamento da exploração de profissionais do sexo;
- Garantir o atendimento e acolhimento de travestis e mulheres transexuais nos mecanismos e canais de atenção à mulher vítima de violência;
- Atuar para coibir todo e qualquer tipo de segregação ou inferiorização de travestis e mulheres trans em relação a mulheres cisgêneras no âmbito da segurança pública;
- Estabelecer protocolo específico de atendimento e abordagem a pessoas trans;
- Realizar campanhas e ações específicas contra a violência doméstica, seja física ou psicológica, motivada por LGBTIfobia;
- Realizar campanhas públicas que incluam a diversidade LGBTQIA+ com o objetivo de conscientizar sobre seus direitos, os impactos da transfobia e os efeitos da criminalização da LGBTIfobia;
- Garantir o uso do nome social e pronomes adequados no tratamento das pessoas trans e seus acompanhantes nas unidades e em abordagens por agentes de segurança pública;
- Revisar e garantir a possibilidade de mudança de regime e revisão de pena das pessoas LGBTQIA+ vivendo com HIV em privação de liberdade para regime domiciliar;

- Garantir o cumprimento da decisão do STF que criminalizou a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero, equiparando homotransfobia/LGBTIfobia como forma de racismo;
- Criar protocolos policiais para enfrentamento da violência LGBTIfóbica no Brasil, assim como para o correto atendimento e abordagem de pessoas LGBTQIA+ por agentes de segurança pública;
- Providenciar formação, periódica e continuada, para qualificação e educação de agentes públicos em todas as áreas, com especial atenção para segurança pública, órgãos de proteção a vítimas de violência e espaços destinados a mulheres vítimas de violência doméstica e em espaços estatais, sobre a importância do acolhimento das pessoas trans respeitando suas especificidades;
- Instituir normativas que determinem a coleta de dados sobre violências, tentativas de homicídio, assassinatos e violações de direitos humanos contra a população de travestis e demais pessoas trans;
- Combater a impunidade e a subnotificação de abuso e violência contra pessoas LGBTQIA+;
- Apoiar e incentivar o trabalho de monitoramento da violência com a celebração de parcerias com as instituições da sociedade civil que atuem na área;
- Atuar para a inclusão e garantia da proteção específica às travestis e mulheres trans dentro das políticas de proteção à violência de gênero e mulheres e;
- Gerar dados sobre a nossa comunidade no âmbito do sistema de justiça e de direitos humanos.

10.3 RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

- Consideramos imperativo que o Conselho Nacional de Justiça aprove normativas determinando a apuração e publicação periódica de dados sobre violência contra pessoas LGBTQIA+, com seus respectivos qualificadores, e o correto preenchimento dos campos orientação sexual, identidade de gênero e nome social, no caso de pessoas trans;
- Restabelecer o conteúdo original da Resolução 368/2020¹⁵⁷, revogando as alterações incluídas pela Resolução nº 366, afastando toda e qualquer hierarquia entre travestis, mulheres trans e pessoas intersexo, que devem ter restabelecido o direito de escolha sobre a unidade onde cumprirão pena;

157 <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>

- Adequar os Provimentos CNJ nº 73/2018¹⁵⁸ e CNJ nº149/2023¹⁵⁹, de modo que estejam de acordo com o previsto na Lei 14.382/22¹⁶⁰, que assegura a qualquer pessoa brasileira a retificação registral, a partir dos 18 anos de idade, diretamente no cartório e sem qualquer tipo de necessidade de comprovação ou exigência de documentos, que são exigidos de pessoas trans e as afastam desse direito, quando no referido provimento se estabelecem regras desproporcionais a esse grupo, o que é vedado pela Constituição Federal, assegurando ainda a gratuidade no processo desde o pedido até a emissão da nova certidão;
- Assegurar a retificação registral de jovens e crianças trans sem necessidade de laudos ou pareceres médicos ou psicológicos, nos seguintes termos: a) menores de 14 anos pela via judicial, retirando o caráter patologizante e exigências já enfrentadas na decisão o STF no julgamento da ADI 4275 e referido provimento do CNJ; b) menores entre 14 e 16 anos pela via administrativa, contando com o devido consentimento dos pais e responsáveis assinando o pedido pelo adolescente; e c) entre 16 e 18 anos, com o adolescente assinando conjuntamente o pedido.
- Acompanhar casos de violência de grande repercussão, sobretudo no que diz respeito ao tratamento da justiça sobre a correta aplicação da criminalização da LGBTIfobia, de forma que o julgamento sobre a perspectiva de gênero seja aplicado em relação a pessoas trans;
- Estabelecer parcerias com universidades, organizações trans da sociedade civil e outros órgãos para a realização de pesquisas, promoção de debates e ações contra a LGBTIfobia nos sistemas de justiça;
- Estabelecer protocolos de acesso a justiça e de julgamento sob a perspectiva anti-LGBTIfobia;
- Atuar no sentido de assegurar o acesso à justiça, a promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+, assim como a valorização e respeito à diversidade no âmbito do poder judiciário;
- Assegurar que os protocolos de julgamentos sob a perspectiva racial e de gênero sejam aplicados as pessoas LGBTQIA+;
- Estabelecer cotas para pessoas trans e travestis em todos os processos seletivos, de todos os níveis, assim como em contratações de empresas realizadas no âmbito dos órgãos de justiça;
- Divulgar dados obtidos através do formulário Rogéria, incluindo as ações tomadas e promovendo debates, cursos e formações sobre o tema para todo o sistema de justiça.

158 <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>

159 <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5243>

160 <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/alteracao-de-nome#:~:text=O%20artigo%2056%20da%20Lei,a%20altera%C3%A7%C3%A3o%20de%20seu%20nome.>

II. ARTIGOS

II.1 UM OLHAR SOBRE O FEMINICÍDIO E A NECESSIDADE DO RECONHECIMENTO LEGAL FRENTE AO ASSASSINATO DE TRAVESTIS E MULHERES TRANS

“O feminicídio ocorre quando o Estado falha em garantir a segurança das mulheres em suas vidas comunitárias, domésticas, laborais e de lazer, especialmente quando as autoridades não cumprem suas funções de forma eficaz. Nesse sentido, o feminicídio é entendido como um crime de responsabilidade estatal. Em termos gerais, o feminicídio pode ser visto como uma manifestação extrema de misoginia, representando o ódio e a aversão às mulheres ou a tudo o que é associado ao feminino”¹⁶¹.

O reconhecimento da condição de mulher para travestis e mulheres trans, assim como a necessidade de garantir proteção contra violências de gênero, é um desenvolvimento ainda recente, fruto de muitas pesquisas, análises sob viés interseccional, avanço nas discussões feministas sob a perspectiva de gênero e atuação da comunidade trans na busca por cidadania. Isso torna essencial que os profissionais do direito abordem essa realidade com a finalidade de combater a discriminação contra essa população. A contemporaneidade exige respostas que estejam em conformidade com os avanços sociais, e, mesmo diante da ausência de um consenso absoluto, é imperativo que o Direito se alinhe às expectativas de uma disciplina que evolui de maneira contínua.

O sistema jurídico já demonstrou adaptabilidade em relação a questões ambientais, coletivas e digitais, até mesmo ao julgar crimes cometidos contra o estado democrático de direito, seus agentes, financiadores e atores intelectuais. Agora deve também integrar a realidade das pessoas travestis e transexuais, garantindo que não fiquem excluídas nas esferas do direito público e privado, em plena conformidade com a responsabilidade do Estado.

A decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) em reconhecer que a violência e assassinatos de mulheres transexuais sejam incluídas na tipificação de feminicídio¹⁶², uma das poucas do país, representa um avanço significativo no reconhecimento dos direitos dessa população. Em 2017, o Ministério Público de São Paulo denunciou o assassinato de uma mulher trans como feminicídio¹⁶³, uma das primeiras denúncias desse tipo.

161 LAGARDE y DE LOS RIOS, Marcella. Por La vida y La libertad de las mujeres. Fin al femicidio. El Dia, V., fevereiro, 2004.

162 <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/08/10/violencia-contr-trans-tambem-e-femicidio-decide-tribunal-no-df.htm>

163 <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/10/21/morte-de-trans-e-denunciada-com-lei-que-combate-assassinato-de-mulheres.htm>

A promotora Valéria Scarance, líder do laboratório de discussão de gênero e violência doméstica do MP paulista, diz que há uma capacitação nacional do órgão para que a lei supra a lacuna. Estamos desenvolvendo a lei do feminicídio para ampliar o conceito de mulher e fazer a compreensão jurídica ser diferente da compreensão biológica, abrangendo assim trans e travestis”, explica.

Porém, a ausência de dados provenientes do Estado, que incluam travestis e mulheres trans nos registros de feminicídio, evidencia uma lacuna preocupante. Se, em 8 anos de pesquisa, a ANTRA monitorou mais de 1141 assassinatos de travestis e mulheres trans¹⁶⁴, o fato de que foram raros os casos em que o gênero da vítima foi fator reconhecido, como determinante do crime de feminicídio, denuncia a urgência deste debate e se soma ao desprezo à própria condição de mulher dessa parcela da população.

A luta pelo reconhecimento legal do feminicídio e do transfeminicídio compartilha diversas semelhanças, refletindo esforços para enfrentar a violência de gênero em suas múltiplas manifestações. A seguir, destacam-se as principais semelhanças entre essas lutas:

1. Reconhecimento da Violência de Gênero como Problema Estrutural

Tanto o feminicídio quanto o transfeminicídio são manifestações extremas de violência de gênero, resultantes de estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a discriminação com base no gênero das vítimas. O reconhecimento legal desses crimes visa evidenciar que os assassinatos de mulheres cisgêneras e transgêneras não são casos isolados, mas sim parte de um problema sistêmico enraizado no machismo e na transfobia.

2. Mobilização de Movimentos Sociais e Acadêmicos

A conquista do reconhecimento legal do feminicídio foi impulsionada por movimentos feministas e acadêmicos que destacaram a necessidade de uma categoria específica para os assassinatos de mulheres por razões de gênero. E, embora o Brasil tenha a lei, há ainda muitos países que não contam com esse tipo de garantia legal. De forma semelhante, o conceito de transfeminicídio emergiu de movimentos transfeministas, que buscam visibilizar e combater a violência letal contra mulheres trans e travestis.

3. Desafios na Tipificação Jurídica

A inclusão do feminicídio como qualificadora no Código Penal brasileiro, por meio da Lei nº 13.104/2015, enfrentou resistências e intensos debates sobre sua necessidade e eficácia. Analogamente, a tipificação do transfeminicídio enfrenta desafios jurídicos, sociais, culturais e religiosos, especialmente no que tange ao reconhecimento de mulheres trans como sujeitos de direito e à aplicação das mesmas proteções legais destinadas às mulheres cisgêneras.

4. Invisibilidade Estatística e Subnotificação

Tanto no feminicídio quanto no transfeminicídio, há uma significativa subnotificação e falta de dados precisos, o que dificulta a formulação de políticas públicas eficazes. Antes da lei do feminicídio, eram instituições feministas que utilizavam casos de jornais para monitorar os assassinatos de mulheres cis, exatamente da mesma forma como a ANTRA e outras instituições

¹⁶⁴ Dado publicado no Dossiê ANTRA 2025.

LGBTQIA+ os utilizam em seus relatórios. No caso do transfeminicídio, a invisibilidade é ainda mais acentuada devido à resistência ao reconhecimento legal das identidades trans, a transfobia institucional dos órgãos de segurança e de justiça, e à marginalização das identidades trans, resultando em registros inadequados e na ausência de estatísticas e informações governamentais.

5. Busca por Justiça e Políticas Públicas Eficazes

As lutas pelo reconhecimento do feminicídio e do transfeminicídio buscam não apenas a punição dos agressores, mas também a implementação de políticas públicas que previnam a violência de gênero, reparem as vítimas e seus familiares, possibilitem políticas de não repetição, campanhas de conscientização, educação em igualdade de gênero e medidas de proteção às vítimas em potencial.

6. Importância da Educação e Sensibilização Social

Ambas as lutas enfatizam a necessidade de educação e sensibilização da sociedade para desconstruir estereótipos de gênero e combater preconceitos. A inclusão de debates sobre feminicídio e transfeminicídio em espaços educacionais é vista como fundamental para a formação de uma cultura de respeito e igualdade.

Relatórios da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) indicam que, em 2023, o Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans, mantendo-se como o país com o maior número de homicídios dessa população. A falta de reconhecimento oficial desses casos como feminicídios perpetua a invisibilidade e dificulta a formulação de políticas públicas eficazes. A plataforma "Feminicídio Zero"¹⁶⁵, lançada pelo Ministério das Mulheres, embora seja altamente relevante, peca por não abordar os assassinatos de mulheres trans e travestis. Mesmo que instituições como a ANTRA tenham aderido à iniciativa¹⁶⁶, nenhuma ação da campanha trouxe a discussão sobre o assassinato de travestis e mulheres trans na perspectiva do feminicídio. Essa omissão reforça a marginalização e impede uma compreensão completa da violência de gênero no país. Especialmente porque ela resulta de uma resposta aos dados informados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹⁶⁷, onde ficou nítido que todas as formas de violência contra meninas e mulheres haviam aumentado. O anuário também apontou aumento na violência e assassinatos contra pessoas LGBTQIA+, corroborando dados publicados pela ANTRA, que também revelou aumento nos assassinatos trans¹⁶⁸.

Segundo Lagarde (2004), o feminicídio ocorre quando o Estado falha em garantir a segurança das mulheres em suas vidas comunitárias, domésticas, laborais e de lazer, especialmente quando as autoridades não cumprem suas funções de forma eficaz. Nesse sentido, o feminicídio é entendido como um crime de responsabilidade estatal. Em termos gerais, o feminicídio pode ser visto como uma manifestação extrema de misoginia, representando o ódio e a aversão às mulheres ou a tudo o que é associado ao feminino.

165 <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2024/feminicidio-zero>

166 https://www.instagram.com/p/C-sHD8JvU-N/?img_index=1

167 <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>

168 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/29/145-pessoas-trans-foram-assassinadas-em-2023-segundo-associacao.ghtml>

A misoginia, caracterizada como discriminação, rejeição ou hostilidade contra mulheres e o feminino, ainda está presente em diversas partes do mundo. O feminicídio representa um crime motivado por essa discriminação de gênero, tendo como alvo mulheres e reforçando normas e imposições sociais. Esse tipo de crime é impulsionado, entre outros fatores, pela crença na autoridade masculina sobre a liberdade feminina e pela presença de atitudes misóginas. Feminicídios são, então, classificados como resultado de discriminação de gênero, especialmente em contextos como a violência doméstica ou em agressões baseadas na condição de gênero (BRASIL, 2015).

O debate sobre a classificação de homicídios de mulheres como feminicídios, exige critérios claros que vinculem a motivação do crime à condição feminina, ao gênero e às relações de poder. Para que uma morte seja enquadrada como feminicídio, é necessário identificar no caso que: i) houve violência doméstica ou ii) ocorreu um desprezo explícito pela condição de mulher. Uma interpretação contemporânea aponta que travestis e mulheres trans também devem ser reconhecidas como vítimas de feminicídio, garantindo igualdade de tratamento em relação às mulheres cisgêneras. Esse entendimento tem sido adotado em decisões judiciais que aplicam a qualificadora de feminicídio em casos de assassinato de mulheres trans.

Para explorar as relações entre o direito e as questões de gênero, seguimos a perspectiva de Smart (2020), que afirma que “o direito possui um gênero”. A autora propõe que, para adotar essa visão, é necessário abrir mão de buscar fixar identidades de gênero em “sistemas rígidos de significados”, reconhecendo que essas identidades são construídas a partir de discursos, incluindo o discurso jurídico. Nesse contexto, é essencial abordar a interseccionalidade entre gênero e outros marcadores sociais, pois a vivência de ser mulher varia e o conceito de “gênero” está profundamente atrelado a essa interseccionalidade (BUTLER, 2003).

Em que pese os renomados juristas defensores da posição ortodoxa, em rechaçar a possibilidade da pessoa transexual ser protegida pela figura do feminicídio, fato é que, sob o prisma teleológico, quis a Lei do feminicídio proteger o polo mais fraco da relação afetiva ou social, seja ela “biologicamente” ou “juridicamente” mulher, razão pela qual, filiamo-nos a corrente moderna.

A Lei Maria da Penha, por sua vez, desconstrói o conceito essencializado de “mulher”, ao reconhecer a interseccionalidade entre gênero e outras categorias sociais. No mesmo sentido, a Sexta Turma do STJ, reafirmou que as disposições da lei se aplicam a mulheres trans, alinhando-se a propostas legislativas anteriormente apresentadas no Congresso Nacional, para proteger travestis e mulheres trans, mas que não avançaram devido ao contexto de omissão estatal e ao fortalecimento de uma agenda antitrans.

Este texto objetiva instigar uma reflexão sobre o feminicídio, propondo a urgente necessidade de que mulheres transexuais e travestis sejam reconhecidas como vítimas desse crime hediondo, já que seu gênero tem sido reconhecido como um dos principais fatores de risco para os altos índices de assassinatos. O Brasil segue no topo desse tipo de homicídio há mais de 16 anos (TGEU, 2024)¹⁶⁹, e “o perfil das vítimas permanece sendo a maioria de mulheres trans e pessoas transfemininas jovens, negras/racializadas e vivendo publicamente suas identidades de gênero.”

169 <https://catarinas.info/colunas/brasil-segue-endo-o-pais-do-transfeminicidio/>

Uma análise estrutural da violência de gênero é indispensável para compreender a brutalidade desses assassinatos. Reconhecer a morte de mulheres como a mais grave violação dos direitos humanos tornou-se central após a Conferência de Direitos Humanos em Viena (1993). Essa perspectiva ressalta que o conceito de "mulher" não pode se limitar a características biológicas, um reducionismo que ignora as vivências de mulheres trans e travestis. Essas mulheres, em particular, enfrentam um sistema jurídico e social que desrespeita suas identidades, em contextos marcados por criminalização, perseguição e exclusão promovidas por políticas estatais.

As convenções de Belém do Pará e a CEDAW representam marcos fundamentais na proteção dos direitos das mulheres na América Latina e no Caribe. A Convenção de Belém do Pará, adotada em 1994 pela Organização dos Estados Americanos (OEA), foi a primeira a tratar especificamente da violência contra as mulheres no continente. Esse documento promove o direito das mulheres a viverem sem violência e obriga os Estados signatários a adotar medidas para prevenir, punir e erradicar essa violência. O entendimento da Convenção, inclusive, foi aplicado no caso Vicky Hernández ¹⁷⁰, onde ficou reconhecida sua condição de mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) como mecanismo protetivo do direito das mulheres trans.

Os juízes que decidiram pela aplicação da Convenção, nesse caso, defendem uma interpretação abrangente do texto, argumentando que a definição de mulher abarca não apenas o sexo biológico, mas também questões de gênero e suas interseccionalidades. Essa perspectiva sugere que a proteção conferida pela convenção não é restrita, permitindo um entendimento mais amplo do que implica ser mulher. **E esta talvez seja uma das mais importantes decisões ante a necessidade de reconhecimento da condição de mulher às mulheres trans, assim como a garantia de proteção.**

A Corte demonstrou de maneira incontroversa que o Estado hondurenho cometeu graves violações em detrimento de Vicky Hernández e de sua família, considerando as circunstâncias brutais do assassinato, a condução inadequada da investigação e a continuidade da impunidade após muitos anos. Tais fatores evidenciam não apenas a falta de ação do Estado para responsabilizar os perpetradores, mas também sua ineficácia em cumprir sua obrigação primordial de proteger e garantir os direitos básicos de seus cidadãos, incluindo pessoas trans e seu direito à identidade de gênero.

O Estado reconheceu parcialmente sua responsabilidade internacional, no entendido que as autoridades não efetuaram com a devida diligência a investigação pelo homicídio de Vicky Hernández. A Corte observou que, durante a investigação, as autoridades não consideraram o contexto de discriminação e violência policial contra as pessoas LGBTI e as mulheres trans trabalhadoras sexuais. Em outra ordem, o Tribunal determinou que, ao ser assassinada e durante a investigação do homicídio, assim como pelo marco jurídico geral de discriminação; foram vulnerados os direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica e à não discriminação e o direito à identidade de gênero de Vicky Hernández¹⁷¹.

170 https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_422_ing.pdf

171 https://www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp_38_2021_port.pdf

Já a CEDAW, criada em 1979 pelas Nações Unidas, visa eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, buscando garantir direitos iguais em diversas áreas, como educação, saúde, trabalho e participação política. Juntas, essas convenções reafirmam o compromisso internacional com a igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres.

A CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres) é um tratado internacional aprovado pela maioria dos países-membros da ONU em 1979 e entrou em vigor em 1981. Seu objetivo é promover a igualdade de gênero, combatendo a discriminação contra mulheres em todas as suas formas. A CEDAW é um marco na proteção dos direitos humanos, garantindo que mulheres, incluindo mulheres trans, possam viver livres da violência de gênero e da discriminação.

Ela fornece um quadro legal e normativo que os países devem seguir para promover a igualdade de gênero. O Brasil ratificou a Convenção CEDAW em 1984, mas fez reservas aos artigos que estabelecem os direitos das mulheres à liberdade, à autonomia, quanto à escolha do domicílio e residência e à igualdade de direitos com os homens nos assuntos referentes ao casamento e às relações familiares, porque essas definições não coincidiam com o que estava gravado no Código Civil de 1916, ainda em vigor. Essas reservas somente foram retiradas em 1994 e, apenas em 2002, depois da aprovação do Novo Código Civil, a Convenção CEDAW seria ratificada na integralidade pelo Estado Brasileiro.

A CEDAW foi originalmente concebida para tratar da igualdade entre homens e mulheres e proteger mulheres cisgêneras contra discriminação e violência resultantes dessas desigualdades. Contudo, decisões e recomendações posteriores do seu Comitê de Vigilância ampliaram a abrangência da proteção garantida pela convenção contra a discriminação e violência de gênero para incluir situações decorrentes da identidade de gênero, ou seja as violações contra mulheres trans.

O comentário Geral No. 28 (2010) do Comitê enfatiza que os Estados devem reconhecer, proibir e adotar políticas e programas para eliminar formas interseccionais de discriminação, incluindo explicitamente aquelas baseadas na identidade de gênero. Esse alargamento foi fundamental para garantir que todas as mulheres, independentemente de sua identidade de gênero, sejam protegidas contra a discriminação.

A aplicação dessas convenções, no entanto, enfrenta desafios significativos na prática. Muitos países da região ainda convivem com elevados índices de violência de gênero e discriminação estrutural que dificultam o cumprimento integral desses acordos. Além disso, fatores culturais, sociais e econômicos interferem na implementação das diretrizes, gerando uma disparidade entre as leis e a realidade enfrentada por muitas mulheres, em especial em relação às identidades trans. A CEDAW e a Convenção de Belém do Pará servem, portanto, não apenas como instrumentos legais, mas também como guias para políticas públicas e ações de conscientização social, fundamentais para a transformação das relações de gênero e a promoção de sociedades mais justas e igualitárias.

O mesmo ocorre com as recomendações da revisão do Brasil na CEDAW realizada em 2024. O Comitê expressa preocupação com a alta prevalência de violência de gênero contra

mulheres, destacando especialmente a violência e os homicídios de mulheres lésbicas, bissexuais, transgêneras e intersexuais, particularmente aquelas de ascendência africana.

O documento menciona que o Brasil tem o maior número de pessoas trans assassinadas no mundo, bem como a estigmatização, a falta de proteção e as baixas taxas de processamento e condenação em tais casos, e expressa preocupação com o risco elevado de tráfico sexual e exploração da prostituição de mulheres indígenas, afrodescendentes, rurais, migrantes e transgêneras.

Também destaca a necessidade de medidas reforçadas para investigar todos os casos relatados de tráfico, processar e punir adequadamente os perpetradores e fornecer proteção adequada e permissões de residência temporária para as vítimas de tráfico, independentemente da sua capacidade ou vontade de cooperar com as autoridades de acusação. As recomendações incluem reforçar programas e planos para renda alternativa e trabalho decente, com foco específico em mulheres transgêneras, entre outros grupos, que estão em risco de tráfico e/ou exploração na prostituição.

44. O Comitê observa com preocupação a falta de medidas em vigor para prevenir, investigar, processar e punir a violência de gênero contra mulheres lésbicas, bissexuais, transgêneras e intersexuais, que é desenfreada no Estado-Parte. Está particularmente preocupado com o aumento significativo de assassinatos de mulheres lésbicas e transgêneras, particularmente em favelas e áreas periféricas.

45. O Comitê recomenda que o Estado-parte tome medidas urgentes para prevenir e proteger as mulheres lésbicas, bissexuais, transgêneras e intersexuais da violência e assassinatos baseados em gênero, inclusive adotando legislação para reconhecer tais atos como crimes de ódio e criminalizar atos de lesbo/transfobia, levando os perpetradores à justiça e desenvolvendo uma Política Pública LGBTIQ+ nacional abrangente de acordo com os padrões internacionais¹⁷².

Além disso, existem outros documentos, resoluções e publicações advindas da CIDH¹⁷³, OEA e outros órgãos internacionais que asseguram o pleno direito à identidade de gênero e a sua devida proteção, destacando os avanços jurídicos e normativos internacionais que asseguram a dignidade, liberdade e igualdade. Entre os principais instrumentos mencionados, estão os Princípios de Yogyakarta, incluindo o 10+, o Pacto de São José da Costa Rica, o Relatório sobre Pessoas Trans e com Diversidade de Gênero e os seus direitos económicos, sociais, culturais e ambientais e a Opinião Consultiva OC 24/2017 CIDH, assim como o julgamento da ADI 4275 pelo STF, que aplicam a legislação internacional de direitos humanos à orientação sexual e identidade de gênero, além das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), que reforçam a autodeterminação de gênero como parte essencial da dignidade humana.

172 <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-da-CEDAW-2024-Portugu%C3%AAs.pdf>

173 <https://cidhoea.wixsite.com/avances-lgbti/portugues>

Esses mecanismos reafirmam que a identidade de gênero é intrínseca à personalidade humana e deve ser reconhecida sem imposições discriminatórias, fortalecendo o compromisso dos Estados em garantir a igualdade e combater a violência e discriminação contra pessoas trans. No âmbito nacional, decisões importantes, como a ADO 26 e o MI 4733, reafirmam o direito fundamental ao respeito à identidade de gênero.

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu no julgamento da ADI 4275 e do RE 670.422 o direito à autodeterminação de gênero das pessoas trans, onde assegura o reconhecimento legal de que mulheres trans são, de fato, mulheres e por consequência não se pode abrir precedentes para tratamentos diferenciados entre mulheres cisgêneras e transgêneras, sob pena de violação de princípios constitucionais da igualdade, não discriminação e da dignidade humana das mulheres trans e travestis, enquanto mulheres que são.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao reconhecer a aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres trans no julgamento do REsp 1.977.124/SP, reafirmou a inconstitucionalidade de tratá-las de forma desigual. Tal discriminação viola os princípios da igualdade e da dignidade humana, ao reduzir mulheres trans a estereótipos desumanizantes, como a ideia absurda de que seriam "homens cis-hétero vestidos de mulher".

Mulheres trans não são "homens disfarçados" com intenções maliciosas. Elas são mulheres, com o direito fundamental de serem tratadas com o mesmo respeito e reconhecimento que é garantido às mulheres cisgêneras. Isso inclui proteção igualitária e o direito de acesso a espaços femininos, como banheiros, sem presunções infundadas de má-fé ou condutas inadequadas.

A presunção de que mulheres trans poderiam representar um perigo, baseada em medos hipotéticos e não em fatos, é uma forma de desumanização. Além de carecer de qualquer evidência empírica, ignora o impacto real dessa exclusão, que causa sofrimento e viola os direitos dessas mulheres. O princípio jurídico de que a boa-fé se presume e a má-fé deve ser provada reforça que tratar mulheres trans como suspeitas a priori é uma violação inaceitável de seus direitos fundamentais.

Autoras como Fragoso (2004) destacam a importância de incorporar a interseccionalidade de gênero e outras estruturas de poder na análise de crimes de violência contra mulheres. Essa perspectiva reconhece a diversidade das experiências de ser mulher, indo além de fatores biológicos ou visões essencialistas, e defende abordagens mais amplas e decoloniais. Apesar disso, os feminicídios mantêm um significado comum entre essas diferentes vivências.

A violência contra mulheres, especialmente o feminicídio, é uma realidade alarmante no Brasil, que ocupa a quinta posição mundial nesse crime, com números crescentes a cada ano. Nesse cenário, é fundamental lançar luz sobre um grupo frequentemente invisibilizado: travestis e mulheres trans. Elas são, em muitos casos, vítimas de violência extrema e cruel, marcada pelo ódio, mas seus assassinatos raramente são reconhecidos como feminicídios. Essa omissão perpetua a impunidade e representa uma grave violação de seus direitos.

O reconhecimento da identidade de gênero como fator determinante nos casos de assassinato de mulheres trans e travestis ainda é raro, mas essencial. Essas mulheres enfrentam uma dupla discriminação: pelo gênero expresso (feminino) e por sua identidade de gênero (trans). Essa vulnerabilidade é muitas vezes exacerbada no ambiente doméstico. Para mulheres trans e travestis negras, como apontam os dossiês da ANTRA, o racismo adiciona um fator de risco, intensificando a violência e as tornando ainda mais suscetíveis ao feminicídio ou transfeminicídio.

A Anistia Internacional aponta que 62% das vítimas de feminicídio no Brasil¹⁷⁴ são mulheres negras, evidenciando uma desigualdade racial significativa nos índices de violência de gênero. Enquanto o feminicídio vem diminuindo em relação a mulheres brancas, mulheres negras veem os números aumentarem¹⁷⁵. Essa situação revela como estruturas sociais, como racismo e machismo, agravam a vulnerabilidade das mulheres negras, dificultando seu acesso a medidas de proteção e à justiça.

As análises enfatizam a urgência de políticas públicas que abordem o feminicídio com uma perspectiva interseccional, considerando as particularidades que envolvem as mulheres negras, cis e trans. Para efetivar essa proteção, é imprescindível fortalecer iniciativas que garantam suporte legal e assistência especializada às vítimas e suas famílias, além de promover a conscientização a respeito da violência contra mulheres negras, visando uma sociedade mais justa e segura. Observa-se que, assim como nas estatísticas de assassinatos de mulheres cis, aproximadamente 79% dos casos de assassinatos contra mulheres trans e suas identidades transfemininas têm sido registrados contra travestis e mulheres trans negras (ANTRA, 2024; TGEU, 2024).

O feminicídio, como forma extrema de violência de gênero, não ocorre de maneira isolada. Ele é o desfecho de um contínuo de abusos e opressões que incluem violência psicológica, econômica e física. Quando essas circunstâncias resultam em assassinato, é fundamental que sejam reconhecidas como feminicídios, destacando a gravidade da violência de gênero envolvida.

O entendimento restritivo das categorias de gênero alimenta um ambiente onde a negação e a violência são legitimadas, resultando em altas taxas de violência contra a população trans. A aplicação da perspectiva interseccional, ao analisar as relações de gênero, conforme discutido nas obras de Scott e sob influência do pensamento de Foucault, sugere uma revisão necessária das interações sociais que envolvem gênero e poder, abandonando visões essencialistas e reconhecendo a construção histórica e cultural que molda tais relações. Ao insistir em definições que desumanizam e excluem, perpetua-se um ciclo de marginalização e violência já evidenciado por tantas pesquisas como a principal ferramenta que opera a *necro-trans-política* (ANTRA, 2020).

174 https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-representam-62-das-vitimas-de-femicidio-no-brasil-aponta-anistia-internacional/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAxKy5BhBbEiwAYIW--0T7YGLf8AsxIS0VxoQF2kUoyX726UZLApYuSDUnSDISp_YQrhFRmRoCioMQAvD_BwE

175 O Atlas da Violência de 2023, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indica que a taxa de homicídios para mulheres negras cresceu no país, ao passo que no mesmo período houve redução de 2,8% para as mulheres não negras.

Atualmente, não existem propostas legislativas específicas para assegurar o reconhecimento de feminicídios contra travestis e mulheres trans. Ressalta-se que o transfeminicídio é uma forma de feminicídio, e não uma categoria distinta, pois evidencia que a vítima foi assassinada por sua condição de gênero feminino e por sua identidade de gênero trans.

O desafio central é como garantir a inclusão efetiva de travestis e mulheres trans nas tipologias de feminicídio, considerando os obstáculos políticos, legais, sociais e culturais que ainda perpetuam um olhar excludente. Smart (2020) destaca que o direito é atravessado por questões de gênero e defende que as identidades de gênero não devem ser fixadas em significados rígidos, mas compreendidas em sua complexidade e diversidade interpessoal.

Embora as legislações busquem proteger as mulheres da violência, muitos desafios persistem, especialmente nos contextos de transfeminicídio. A recente legislação sobre violência política de gênero que foi aplicada pelo TRE/RJ no caso da Vereadora Benny Brioly¹⁷⁶, e a decisão de garantir proteção através da Lei Maria da Penha para mulheres trans e travestis indicam que há um potencial para evolução legislativa que promova a proteção da comunidade trans, uma demanda urgente e antiga do movimento trans.

A Lei Maria da Penha, em consonância com a crítica feminista ao essencialismo da categoria “mulher”, busca desconstruir uma identidade feminina universal, adotando um conceito diverso e plural de “mulher”, entrelaçando o gênero com outras categorias como raça/etnia, geração e sexualidade. Por outro lado, a lei sobre violência política de gênero, assim como a lei do feminicídio, foi alterada para impor a condição de mulher a partir do “sexo” como requisito, em contraposição ao que consta na Lei Maria da Penha, que se baseia a perspectiva de gênero. O mesmo se deu na proposta legislativa sobre a criminalização da misoginia¹⁷⁷, onde a autora da proposta deliberadamente escolheu o uso do termo “sexo” ao invés de gênero, revelando confluências com os movimentos essencialistas de gênero. A proposta recebeu assinaturas suficientes e foi apresentada como projeto de lei na câmara federal¹⁷⁸.

Essa mudança na forma de lidar com a proteção das mulheres, além de uma agenda antifeminista, tem sido resultado de um intenso lobby antitrans promovido por fundamentalistas religiosos, feministas transfóbicas e outros grupos transexcludentes, que utilizam o critério de “sexo” como estratégia explícita para excluir travestis e mulheres trans dessas proteções. Essa abordagem reflete uma tentativa direta de restringir direitos e perpetuar a exclusão de mulheres trans e travestis do acesso às garantias legais destinadas a combater a violência de gênero.

Nesse sentido, basear a noção de mulher na genitália, além de sexista e misógeno, no caso de mulheres trans representa a possibilidade do não reconhecimento da identidade de mulheres trans e travestis negras e empobrecidas deste país que desejam a cirurgia genital,

176 O caso de violência política contra a vereadora Benny Brioly foi a primeira condenação por violência política de gênero a partir da Lei nº 14.192/2021. <https://www.terraedireitos.org.br/noticias/noticias/caso-de-ofensa-a-benny-briolly-resulta-na-primeira-condenacao-por-violencia-politica-de-genero-no-brasil/24009>.

177 <https://x.com/antrabrazil/status/1631427760093536257?s=46&t=uUEWxDk7JaRm29p0g821Qg>

178 <https://www.camara.leg.br/noticias/961706-projeto-tipifica-e-pune-crimes-resultantes-da-misoginia/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20890,da%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20sexo%20feminino>.

mas para as quais essa ainda não é uma realidade concreta. Isso acaba por incentivar e autorizar a violência, negação de direitos e graves problemas sociais às travestis e mulheres trans.

Para além da imposição de critérios biológicos que desumanizam e excluem mulheres trans, a noção restritiva de gênero reforça um ciclo de marginalização e vulnerabilidade para aquelas que já enfrentam barreiras significativas no acesso a direitos básicos. Muitas mulheres trans e travestis negras e em situação de pobreza, por exemplo, se veem obrigadas a lidar com a falta de oportunidades de emprego, acesso à saúde pública de qualidade e segurança, condições que se agravam quando o reconhecimento de sua identidade é condicionado à realização de procedimentos médicos de alto custo. A imposição ou defesa desse tipo de exigência acaba perpetuando desigualdades e gerando um ambiente onde sua existência é constantemente questionada e violentada, dificultando ainda mais seu acesso à cidadania plena.

Além disso, o reforço de uma visão limitada e excludente de gênero contribui para a normalização da violência social, institucional e política contra essas mulheres. Quando a identidade de uma pessoa é invalidada, seja na vida cotidiana ou em ambientes institucionais, cria-se uma justificativa tácita para o preconceito e a discriminação, resultando em taxas alarmantes de violência e homicídios contra a população trans. Em vez de adotar um entendimento inclusivo e diverso sobre o que significa ser mulher, a sociedade perpetua um ciclo de invisibilidade e opressão, especialmente para aquelas em maior vulnerabilidade, negando-lhes o direito fundamental ao respeito e à dignidade.

A luta pela segurança das travestis e mulheres trans não deve ser meramente reativa, mas proativa, e um diálogo contínuo sobre as leis existentes é necessário para garantir que as legislações sejam atualizadas para incluir explicitamente as identidades de gênero e para que a proteção seja estendida às mulheres trans e travestis sem qualquer ressalva. O reconhecimento do transfeminicídio como feminicídio é não apenas uma questão de justiça social, mas uma questão de dignidade humana.

Portanto, sendo o Brasil o país que mais assassina travestis e mulheres trans no mundo, e, em muitos casos, sendo o gênero feminino expresso publicamente pela vítima determinante para o crime, é urgente incluir o reconhecimento da identidade de mulheres trans e travestis, com base na perspectiva de gênero, na aplicação e interpretação da lei do feminicídio. Esse reconhecimento é essencial para compreender e combater as dinâmicas de violência transfeminicida que prevalecem em nosso país.

Em uma medida que tenta assegurar respostas a essas questões e demandas dos movimentos sociais, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e o Ministério das Mulheres firmaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), visando fortalecer a rede de atendimento a mulheres lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo¹⁷⁹. Essa iniciativa busca aprimorar o fluxo de denúncias e garantir acesso a direitos fundamentais, como justiça, saúde, educação e assistência social, embora enfrente desafios para implementação devido à LGBTIfobia institucional, falta de recursos e desafios para a adesão por parte dos estados.

179 <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/governo-federal-assinara-acordo-inedito-para-inclusao-de-pessoas-lbti-em-politicas-publicas-para-mulheres>

Durante o lançamento, a Ministra da Mulher, Cida Gonçalves, afirmou que o acordo é uma resposta política à população, em especial às “diversas mulheres”. *“A gente entende que as mulheres são diversas, elas são diferentes, elas vêm de lugares diferentes, de territórios diferentes e das diversas formas de existir e de ser mulher no Brasil e é para isso que esse ministério existe”,* salientou. E continuou: *“Nós sabemos quem são as mulheres que geralmente estão na rua sofrendo violência policial. Elas têm cara: são as mulheres trans e as mulheres negras. Mas onde estão esses dados? Nós precisamos transformar isso em ciência e, depois, em política. E, a partir daí, estabelecer, enfrentar e avançar no campo dos direitos humanos e assim dar melhores respostas a todas essas questões que estão colocadas”.*

O acordo visa fortalecer a rede de atendimento, aprimoramento do fluxo de denúncias e troca de conhecimentos para garantia de direitos e de acesso à justiça, à saúde, à educação e à assistência social. A parceria entre o MDHC e o Ministério das Mulheres prevê ainda: a atualização de protocolos de acompanhamento e monitoramento de denúncias pelos canais do Ligue 180, Disque 100, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e a Ouvidoria-Geral do Ministério das Mulheres; criação de protocolos e normas técnicas de promoção e defesa de direitos das mulheres LGBTI; intercâmbio de dados e informações sobre boas práticas e experiências; produção de evidências a serem disponibilizadas para os órgãos públicos, orientando as tomadas de decisão e a elaboração de políticas públicas; realização de formações e produção de materiais informativos.

Nesse sentido, é importante e legítimo que a Lei 14.994/24 e as políticas provenientes desta, junto às estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres e em relação ao feminicídio, devam ser analisadas e aplicadas de forma ampliada e inclusiva, reconhecendo as especificidades e os desafios enfrentados por mulheres trans e travestis como vítimas de feminicídio e da violência de gênero. Por isso, é urgente que os sistemas de segurança pública e jurídico brasileiro reconheçam e incluam mulheres trans e travestis nas estatísticas e tipificações de feminicídio. Somente assim será possível desenvolver políticas públicas abrangentes e eficazes que enfrentem a violência de gênero em todas as suas manifestações, promovendo igualdade e justiça para todas as mulheres, sejam elas cis ou trans.

Esse enfoque, além de dialogar com a necessidade de proteção e reconhecimento das identidades trans, é indispensável para superar barreiras legais, institucionais, sociais e culturais, garantindo proteção efetiva e justiça para essa população. Apenas por meio de uma abordagem que considere suas realidades e mulheridades, será possível enfrentar a violência estrutural que perpetua a exclusão, a violência, o assassinato e a impunidade.

II.2 OUTROS AGENTES DA LUTA ANTITRANS E A MOBILIZAÇÃO DE MULHERES CISGÊNERAS PELA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TRANSFOBIA

“É uma mentira conveniente dizer que apoiar pessoas trans seja ignorar as mulheres. Na verdade, várias frentes de diálogo e construções feministas mostram que mulheres cisgêneras apoiam os direitos trans e os apoiam mais do que os homens”.
(ANTRA)

Ainda no bojo da reorganização do ecossistema antigênero, já mencionado em diversas edições anteriores desta pesquisa, temos analisado a atuação de feministas transfóbicas que se autointitulam “feministas radicais”, “críticas de gênero” e do próprio terfismo¹⁸⁰, como uma ideologia abertamente cissexista, que influencia tanto esquerda quanto direita. Pós ascensão do espantinho da “ideologia de gênero” como política institucional da extrema-direita, no sentido de retroceder os direitos trans e de mulheres cis, temos visto emergir outros agentes¹⁸¹, que não necessariamente se afirmam enquanto feministas, mas que se organizam em outras frentes como “proteção de infância”, “em defesa dos direitos das mulheres”, “mulheres trabalhadoras” ou mesmo em defesa da revogação da Lei de alienação parental”, para além das feministas radicais transexcludentes. Esse grupo inclui figuras anônimas ou públicas, pesquisadoras, filósofas, professoras universitárias, influenciadoras digitais, médicas, parlamentares eleitas em partidos da base bolsonarista, e que apoiaram atos democráticos em 2023, e diversos outros perfis que passam por uma espécie de *rebranding* em suas atuações e presença na mídia, adotando posturas abertamente antitrans.

180 Adotamos o termo *Terfismo* nesta produção para nos referir a um conjunto de ideologias cissexistas e práticas transexcludentes, que tem como projeto principal erradicar pessoas trans da vida pública, criminalizando suas existências e perseguindo seus direitos através de estratégias de advocacy e litigância pautada no ódio às pessoas trans. O *Terfismo* não se limita a grupos *feministas CISativistas clássicos*, já que a disseminação dessa ideologia vem sendo observada em outros grupos e arranjos políticos, incluindo variados espectros políticos e frentes de atuação heterogêneas e às vezes até antagônicas, conectados pela agenda antitrans. O *Terfismo* seria portanto o conector de agentes antitrans e transexcludentes e é a principal ferramenta do cissexismo na operação da transfobia como política.

181 Alguns desses nomes já eram conhecidos por quem tem alguma proximidade como o campo dos feminismos essencialistas, e outras se reposicionaram em relação às pessoas trans durante a ascensão da extrema direita e dos ideais conservadores que assolam o mundo. Esse é o caso de JK Rowling, que desde 2019 saiu do armário se assumindo publicamente como TERF, Patrícia Lélis a partir de 2021, Aline Borges somente em 2023, Aleta Valente em 2021, entre outras como Celina Lazzari e Marina Colerato. Há ainda Chimamanda Ngozi e Djamilia Ribeiro, que, embora não assumam abertamente posição ativista antitrans, tem defendido ideais que fragilizam os direitos trans que têm sido instrumentalizados por feministas transfóbicas, na academia e pela extrema direita. Entre perfis clássicos que atuam abertamente de forma crítica aos direitos trans de forma orgânica estão Isabella Cepa, Akemi Shiba, Patrícia Silva, Eugenia Rodrigues, Anne Rammi do blog Mamatraca, Celina Lazzari; e temos os perfis em redes sociais como Raízes Feministas, Oitava feminista, Coletiva SOMA, Sangra Coletiva, Coletivo Mães na luta, GARRa Feminista (extinto), Qg Feminista (extinto), Movimento Infância Plena, Maternidade CPI Voz Materna, Vulva Negra, WDI e sua versão Brasileira, Aliança LGB, Brasil Contra SAP, Resiliencia.RJ, No corpo certo, MATRIA, entre outras que centralizam suas produção na disseminação de textos e posts com conteúdo trans-excludente.

O *terfismo*¹⁸² não é exclusivo de feministas radicais transexcludentes, mas se constitui como um sistema político antigênero mais amplo, fundamentado em uma ideologia transfóbica e cissexista, que opera de forma articulada e multifacetada. Observa-se também o papel preocupante dos movimentos maternos e de maternidade, que têm facilitado convergências políticas inusitadas entre feministas e a ultradireita. Muitas dessas mulheres, conservadoras e centradas na maternidade, embarcaram no feminismo apenas quando ele se legitimou, mas historicamente não pertencem a esse campo. Trata-se, muitas vezes, de um feminismo heteronormativo, ligado à política da respeitabilidade.

Embora o campo transexcludente e antitrans seja frequentemente influenciado por teorias de feministas cislésbicas, o movimento lésbico ocupa uma posição marginal dentro desse contexto, assim como as mulheres negras. Isso é particularmente evidente nas lésbicas cis que defendem os direitos LGBTQIA+ e buscam ampliar a visibilidade de suas questões nesses espaços, promovendo importantes parcerias com o movimento trans. Em muitas situações, fica nítido que grupos transexcludentes, antitrans, terfs e radfem têm receio de um mundo onde pessoas trans desfrutem de igualdade plena em relação às pessoas cisgêneras, tanto em termos de liberdade, direitos e acesso a recursos, quanto ao reconhecimento de sua cidadania. Esse temor está diretamente ligado à possível perda de privilégios, poder de argumentação ou controle sobre narrativas que historicamente marginalizam as pessoas trans.

Além disso, atores como movimentos maternos, ativistas de proteção infantil, professores acadêmicos e até mesmo psicólogos têm desempenhado um papel relevante nesse ecossistema, frequentemente de forma sutil, mas contribuindo para o aumento do controle estatal e da violência institucional. A agenda antigênero e antitrans também tem se infiltrado na produção de conhecimento, especialmente no ensino superior. Isso inclui ataques a instituições percebidas como “liberais” ou “woke”, como o Supremo Tribunal Federal, e acusações de “ativismo judicial” ou “lobby pró-trans”.

Outro ponto relevante é o punitivismo. A política antigênero do feminismo brasileiro frequentemente recorre ao aparato penal como uma ferramenta de controle. No entanto, esse traço não é exclusivo dessas correntes. O campo progressista, incluindo feministas e o movimento LGBTQIA+, também recorreu historicamente à lei penal como estratégia pedagógica no combate à violência e à discriminação. Não devemos confundir as reações antitransfobia dos movimentos progressistas com as ações de quem promove violência e discriminação. Estratégias como deslegitimar estatísticas de violência antitrans e atacar iniciativas para combater a violência baseada em gênero são notavelmente mais coordenadas e vigorosas no Brasil em comparação com outros países.

Assim, tem-se observado que há uma maior mobilização de mulheres cisgêneras, feministas ou não, que têm adotado uma postura transexcludente, alinhando-se às narrativas transfóbicas e por movimentos historicamente contrários aos direitos das pessoas trans. Essa convergência tem gerado impactos expressivos, tornando indispensável identificar, acompanhar e debater os perfis que atuam como mobilizadores nas redes sociais, propagando desinformação

182 Idem item 139.

e discursos de ódio. Essas ações frequentemente envolvem a construção de narrativas fictícias, alegorias ficcionais elaboradas ou copiadas dos Estados Unidos e Reino Unido, para atender a expectativas ideológicas específicas desses grupos.

Entre alguns exemplos, destaca-se Patrícia Lélis, jornalista e ex-aliada da família Bolsonaro e atualmente procurada pelo FBI¹⁸³, que de acordo com o portal Carta Capital, “é ré por fraude eletrônica, transações monetárias ilegais e roubo de identidade qualificado”. Embora ela já tenha feito post contra feministas transfóbicas¹⁸⁴, em 2021 o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual a jornalista se filiou em 2020, publicou uma nota oficial¹⁸⁵ repudiando declarações transfóbicas atribuídas a Patrícia, relacionadas a um caso não confirmado sobre assédio sexual em banheiros¹⁸⁶, que ela havia utilizado para criminalizar mulheres trans. Ela chegou a processar o partido pedindo indenização, porém a ação foi julgada improcedente¹⁸⁷.

Além disso, vieram à tona informações sobre sua ligação com a extrema direita americana¹⁸⁸, incluindo vínculos profissionais com um político republicano associado ao lobby antitrans nos Estados Unidos¹⁸⁹. Lélis chegou a ajuizar uma ação contra a ANTRA e o Twitter Brasil, alegando que a ANTRA teria divulgado informações falsas e ofensas à sua honra por meio da plataforma X/Twitter. Na ação, solicitou a remoção das postagens e uma indenização por danos morais. No entanto, a demanda não obteve sucesso.

“A sentença é absolutamente correta, porque a ação pediu na prática, com outras palavras, pra calar a ANTRA e apenas por críticas legítimas a falas públicas dela, que notoriamente no mundo devem se submeter a críticas duras e irônicas, sendo irrelevante ela concordar ou não com elas. Quem entra no debate público se submete a críticas, só não pode cometer injúrias e discursos de ódio, que a sentença reconhece que não foram feitas pela ANTRA.” Paulo lotti, advogado da ANTRA na ação.¹⁹⁰

Lélis intensificou suas publicações questionando pautas trans, com algumas dessas postagens direcionadas à ANTRA, incluindo uma menção específica a sua Presidenta, acusando-a de misoginia e perseguição a mulheres (sic)¹⁹¹. Em entrevista a um portal de perfil transfóbico¹⁹², a jornalista acusou a ANTRA de estar envolvida com a exploração da prostituição

183 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/saiba-quais-sao-as-acusacoes-do-fbi-contr-a-brasileira-patricia-lelis-foragida-ha-mais-de-80-dias/>

184 <https://x.com/AntraBrasil/status/1622739017170096128>

185 <https://ptpaulista.com.br/transfobia-nao-tem-lugar-no-pt/>

186 <https://x.com/rbcgaia/status/1412469276573843464>

187 Processo nº 0723397-09.2022.8.07.0001

188 <https://x.com/AntraBrasil/status/1622738866699370496>

189 Ver em: <https://x.com/AntraBrasil/status/1622738866699370496>

190 <https://antrabrasil.org/2024/07/27/patricia-lelis-perde-acao-antra/>

191 Esse argumento, já abordado nesta edição do dossiê, destaca o uso indevido de acusações de misoginia como estratégia para disfarçar a transfobia por meio de vitimização. Essa prática busca invalidar denúncias e reações legítimas contra atos transfóbicos.

192 <https://savageminds.substack.com/p/the-case-of-patricia-lelis>

(sic) e desrespeitou a identidade de gênero de duas ativistas trans¹⁹³. Além disso, fez declarações que respaldavam ataques feitos à identidade de gênero da então vereadora Erika Hilton¹⁹⁴, o que gerou denúncia do MPF¹⁹⁵ contra Isabela Cepa¹⁹⁶, que teve o perfil no X/Twitter retido por ordem da justiça¹⁹⁷. Patrícia recebeu apoio de diversos movimentos transexcludentes¹⁹⁸.

A atuação da WDI Brasil¹⁹⁹ suscita sérias preocupações, especialmente no que tange a publicação de textos e posts abertamente transfóbicos, com teor violento e torpe, além da recorrente exposição pública intencional de nomes de registro de ativistas e defensoras de direitos humanos trans com o intuito de negar, humilhar e deslegitimar suas identidades. Há ainda uma recorrência de publicações com ilações, desinformação, manipulações, assim como ataques pessoais e institucionais a figuras públicas, parlamentares trans e aliados. Tais ações podem facilmente ser interpretadas como violações dos direitos fundamentais, ultrapassando os limites da liberdade de expressão e adentrando o território de discursos de ódio e injúria transfóbica.

Outro caso relevante é o de Aline Borges²⁰⁰, que, até 2023, não se manifestava publicamente sobre questões relacionadas às pessoas trans. Desde então, tem promovido discursos transfóbicos e espalhado desinformação, utilizando frequentemente a manipulação de dados e narrativas. Borges também se destaca como defensora da agenda anti-“woke” e, recentemente, associou-se a Patrícia Silva²⁰¹ para publicar um livro que atribui às pautas progressistas a responsabilidade pela suposta deterioração de valores ocidentais (sic).

Além dessas figuras, também há coletivos, como o perfil Raízes Feministas Brasil, que, apesar do nome, omite pautas feministas²⁰² em prol de uma agenda cissexista e transexcludente. Essas ações se somam ao eco de personalidades como a da filósofa Djamilia Ribeiro, que, em um artigo publicado na Folha de São Paulo, expressou sua “insatisfação” com discussões sobre

193 <https://x.com/alinadurso/status/1415809325243805696>

194 <https://x.com/rbcgaia/status/1413174757235871753>

195 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/06/ministerio-publico-de-sp-denuncia-influenciadora-feminista-por-preconceito-contr-trans-e-travestis.shtml>

196 Comunicadora e publicitária paulistana. Atua no campo feminista abordando o tema da violência e, em especial no campo feminista radical.

197 A exclusão deu-se após denúncia movida pelo Ministério Público de São Paulo por incitar preconceito e discriminação contra mulheres trans e travestis, na situação em que a comunicadora disparou ataques transfóbicos contra Erika Hilton após sua eleição como vereadora por São Paulo nas eleições de 2020.

198 https://docs.google.com/document/d/1See7KBjgUyWi1_z25BCNy2f3UZ7gkqpn-LBQGKE48nA/edit?fbclid=IwY2xjawHcDPVleHRuA2FlbQlXMAABHbEvpPt8gfpB5JkwyZJiTx4TmR4kEhDYocQ78Z2viJvLioG0VBjhedxwEA_aem_qaE0DxeYqb-aGf74nKxMig&tab=t.0#heading=h.5m7py6s6huts

199 Braço da Women’s Declaration Internacional (WDI) no país. Instituição que lançou um documento cissexista que defende a perspectiva anti-gênero, tendo sido apoiada e assinada por instituições brasileiras como a União Brasileira de Mulheres e Marcha Mundial das Mulheres, entre outros trans-excludentes e antitrans. Ver: <https://www.womensdeclaration.com/pt/organizations/>

200 Pedagoga e doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, há mais de dez anos vive na Inglaterra.

201 Negra, Comunicóloga e Pedagoga, pesquisadora no Núcleo de estudos sobre cristianismo e África na UFRJ.

202 <https://x.com/LVA97VP/status/1803758134294704271>

linguagens inclusivas e o uso do termos pessoas que menstruam²⁰³, gerando repercussões dentro e fora²⁰⁴ do movimento feminista. Chamou atenção que Ribeiro replicou a mesma posição publicada por JK Rowling²⁰⁵.

O artigo de Djamila Ribeiro é relevante para essa discussão, pois representa um marco no recrudescimento dos ataques contra pessoas trans. Trata-se da maior manifestação pública vinda de uma acadêmica de peso, proferida por uma mulher cis negra, e sinaliza uma possível adesão a pautas do feminismo essencialista, precisamente em um contexto em que as questões trans ganhavam maior visibilidade. Contudo, algumas mulheres negras sublinharam que tal posicionamento não reflete, de maneira abrangente, os princípios ético-políticos defendidos pelos feminismos negros, que são incompatíveis com a transfobia. Esse discurso pode ser interpretado como uma tentativa de instrumentalização do feminismo negro para legitimar posturas transfóbicas. Ademais, diversas pessoas trans destacaram o problema do silêncio observado, tanto no campo dos feminismos quanto no feminismo negro, diante do referido artigo e de sua repercussão.

Esses exemplos materializam o que foi dito na leitura do cenário sobre “novos agentes” e outros que emergem: mudança de posição em relação às pessoas trans, fortalecimento do lobby antitrans junto à ascensão pós-fascista e mulheres cisgêneras assumindo abertamente posturas transfóbicas. É importante ressaltar que essas narrativas não questionam estruturas hegemônicas, como o patriarcado ou o capitalismo, mas direcionam seu foco contra a população trans. Esse movimento tem angariado mulheres cisgêneras, muitas vezes jovens e sem aprofundamento nas discussões de gênero, que acabam influenciadas por discursos de ressentimento e preservação de privilégios. Embora a maioria das protagonistas sejam mulheres brancas, também há mulheres negras que atuam em contradição com os princípios do feminismo negro, utilizando repertórios conservadores que reforçam as mesmas narrativas excludentes que instrumentalizam o racismo.

O ambiente digital tem sido o principal espaço para a radicalização desses discursos, com redes sociais funcionando como palco para essa organização que se desdobra em ataques coordenados, muitas vezes articulados em grupos privados de mensagens. Um exemplo recente foi a disseminação de gravações não autorizadas de reuniões do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, compartilhadas por Aline Borges e amplificadas por parlamentares conservadores e por Reem Alsalem²⁰⁶, Relatora de mulheres da ONU.

O caso brasileiro também evidencia as conexões transnacionais das forças antigênero, seja no campo da ultradireita, seja no contexto dos feminismos transexcludentes e antitrans. Essas conexões incluem a circulação de discursos e repertórios importados, como a pergunta “Como você define uma mulher?” ou “O que é uma mulher?”, amplamente usada no Reino Unido

203 <https://projetocolabora.com.br/ods5/e-a-polemica-das-pessoas-que-menstruam/>

204 <https://adiadorim.org/opiniao/2022/12/pessoas-que-menstruam-entidade-repudia-texto-de-djamila-ribeiro-e-pede-retratacao/>

205 <https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/j-k-rowling-accused-transphobia-after-mocking-people-who-mens-truate-n1227071>

206 <https://x.com/UNSRVAW/status/1788282794780577991?s=19>

e nos EUA, e que desembarcou no Brasil ao ponto de se ter uma audiência pública²⁰⁷ na Câmara Federal para que a Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, explicasse o que seria uma mulher, tudo devidamente assessorado por feministas transfóbicas e outras agentes anteriormente mencionadas.

Portanto, enquanto se afirma lutar proteger mulheres, na verdade se busca legitimar ações punitivas e excludentes contra pessoas trans. Ao se posicionarem como vítimas de um suposto "ataque", "silenciamento" ou "apagamento", essas narrativas distorcem os debates sobre igualdade e direitos, transformando a luta por inclusão trans em uma falsa ameaça aos direitos das mulheres cis. Essa retórica opera para alimentar o punitivismo e a criminalização das pessoas trans, transformando reivindicações legítimas de respeito e dignidade em alvos de repressão, aprofundando sua exclusão.

A confluência entre essas mulheres e figuras políticas conservadoras demonstra um alinhamento estratégico que tem produzido retrocessos significativos para a comunidade trans e para os direitos humanos em geral. Reconhecer essas dinâmicas, a forma de organização, seus atores intelectuais e mobilizadores, além de financiadores é urgente para enfrentar os impactos sociais e políticos dessa agenda, promovendo respostas que reafirmem os princípios de igualdade e justiça.

Dentre tantas possibilidades para compreender esses fenômenos, identificamos que a política do ressentimento, de quem acredita estaria perdendo espaço para a luta trans, ideia amplamente utilizada por feministas transfóbicas e perfis ligados à maternidade que se opõem aos direitos trans, tem sido a principal força por trás da agenda política antitrans que une mulheres Cisativistas. Essa estratégia se baseia na vitimização deliberada para justificar ações que buscam criminalizar e promover medidas punitivas contra pessoas trans, consolidando um discurso de exclusão e repressão, e que vai se alinhar com a extrema direita para alcançar os seus objetivos.

Um caso interessante que ajuda a ilustrar isso foi quando a co-deputada eleita Raquel Marques (REDE-SP) foi expulsa²⁰⁸ da Mandata Coletiva por publicações transfóbicas no dia nacional da visibilidade trans. Para a Bancada Ativista, as publicações de Marques foram compreendidas como *"um ataque à luta das LGTBs, e, assim, viola nossos princípios éticos, apontando como opostas as lutas pelo cuidado das crianças e pela vida das pessoas trans"*²⁰⁹. Na ocasião ela fez um post, no Dia Nacional da Visibilidade Trans, onde colocava a luta trans em contraposição à militância materna ou à proteção das infâncias, sendo ela ligada a movimentos que defendem

207 <https://www.youtube.com/live/07oag0CiTJw?si=luV5lpyojLDfQ6L7>

208 <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/individualismo-e-preconceito-nao-podem-prevalecer-em-mandatos-coletivos.shtml>

209 <https://www.metropoles.com/brasil/integrante-de-mandato-coletivo-na-alesp-diz-que-foi-desligada-sumariamente>

essas pautas. Ela também recebeu apoio de diversos movimentos transexcludentes²¹⁰.

Essa é exatamente a mesma tática usada pelo deputado condenado por transfobia ao utilizar uma peruca no dia das mulheres para atacar pessoas trans, o que também ocorre diariamente com tantos outros perfis com maior ou menor relevância nas redes sociais. A transfobia tem sido um grande trunfo de homens e mulheres cisgêneros medíocres em busca de notoriedade ao promoverem o ódio e lucrarem com a impunidade. Ser transfóbico, além de um desvio moral²¹¹, é portanto um grande negócio²¹² nos dias atuais, e isso se soma a *Incels* e perfis *RedPill*, além de a canais que atacam mulheres, gerando um ambiente de total insegurança para pessoas trans e mulheres cisgêneras.

Na verdade, algumas dessas figuras e organizações colaboraram com o governo Bolsonaro e agora estão cheias de energia política para criticar o governo Lula, mantendo suas alianças com a extrema direita brasileira. Muitas delas também têm se omitido diante dos ataques aos direitos das mulheres que ganharam força em 2024. Um exemplo disso é a página Raízes Feministas e Aline Borges, que nada disseram sobre o PL 1904, que pretendia criminalizar mulheres e meninas que realizassem aborto legal nos casos previstos por lei. Essa postura levanta questões sobre o que realmente motiva esses perfis autointitulados “defensores” dos direitos das mulheres e meninas, que evitam se declarar feministas, atuam alinhados à extrema direita e nunca abordam pautas feministas como o direito ao aborto. Quais são seus reais interesses? Quem os financia? Essas perguntas permanecem sem resposta.

A) MATRIA: análise de um projeto de litigância predatória antitrans

A MATRIA - Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil é uma organização nacional suprapartidária e sem fins lucrativos, fundada em 2023, que se diz dedicada à promoção e proteção dos direitos humanos de mulheres e crianças, com base no “sexo biológico”. Sua missão inclui fomentar o diálogo sobre políticas públicas, acompanhar a elaboração e execução de leis, e assegurar o cumprimento de direitos voltados a esse público.

A atuação da matria tem gerado controvérsias, especialmente no que tange aos direitos da população transgênera. Por exemplo, a matria se posiciona de forma contrária ao uso de banheiros femininos por pessoas transgênero, alegando que isso violaria a dignidade e segurança das mulheres. E tem feito isso, atuando em ações que pretendem promover segurança e a garantia de que pessoas trans possam usar o banheiro de acordo com suas identidades de gênero, o mesmo argumento usado para justificar o *aparthoid* racial nos Estados Unidos quando pessoas negras eram obrigadas a usar banheiro separados.

210 Idem item 157.

211 <https://brunabenevidex.medium.com/transfobia-%C3%A9-antes-de-tudo-um-desvio-moral-eb2df4bb8616>

212 <https://brunabenevidex.medium.com/atacar-pessoas-trans-%C3%A9-um-grande-neg%C3%B3cio-d7ebce04819a>

Na imagem a seguir, vemos, na prática, um exemplo nítido dessa confluência desumanizante e racista. De um lado, uma mulher cis branca em frente a um banheiro feminino destinado às mulheres cis brancas, e do outro, uma deputada cis branca²¹³, que tem atuado por uma lei que garanta o uso de banheiros de acordo com o “sexo biológico”, proibindo mulheres trans de usarem o banheiro feminino²¹⁴, após Sarah McBride ter sido eleita a primeira mulher trans no Congresso dos EUA. Mace chegou a afirmar que Sara “*absolutamente seria uma ameaça a ela e outras mulheres no Capitólio*”²¹⁵, e que “*é ofensivo que Sarah McBride pense que [ela é] minha igual*” (sic).²¹⁶



A matria também critica políticas públicas que, segundo sua perspectiva, desconsideram as diferenças biológicas entre os “sexos”. A associação alega que a inclusão de travestis e mulheres trans em espaços e políticas destinadas a mulheres cisgêneras pode comprometer a eficácia dessas medidas e a segurança das beneficiárias originais (mulheres cis), sem explicar como isso se daria ou usando de alegorias ou casos sem relação de causa e efeito com as pessoas trans. Esse posicionamento reflete uma visão essencialista de gênero, que tem sido alvo de críticas por parte de feministas, ativistas e organizações defensoras dos direitos trans.

Dentre as arenas de atuação da instituição²¹⁷, destacamos pontos que consideramos preocupantes: i) Ingresso em processos judiciais no Supremo Tribunal Federal e em outras instâncias, quando “**ferem direitos de mulheres e crianças**”, como aqueles que visam a **abolição de espaços separados por sexo**; ii) Realização de **campanhas com informações sobre os “reais riscos” para mulheres e crianças da substituição do marcador sexo por “identidade de gênero”**

213 Nancy Mace é uma deputada republicana que pretende proibir o uso de banheiro por pessoas trans de acordo com a identidade de gênero.

214 <https://www.them.us/story/nancy-mace-anti-trans-bathroom-capitol-sarah-mcbride>

215 <https://www.forbes.com/sites/forbestv/2024/11/20/breaking-news-nancy-mace-calls-sarah-mcbride-a-threat-to-her-in-escalation-of-anti-trans-push/>

216 <https://www.youtube.com/watch?v=KGyS8HmCnSs>

217 <https://www.associacaomatria.com/representatividade>

em políticas públicas; e iii) Reuniões com diferentes atores e esferas, do setor público e privado, para **“conscientização a respeito das problemáticas” do avanço das políticas de “identidade de gênero” para mulheres e crianças.**

Críticos argumentam que suas ações contribuem para a marginalização e discriminação da população trans, enquanto a associação defende que sua atuação visa proteger os direitos e a segurança de mulheres e crianças. Embora a instituição e suas representações não se assumam abertamente como feministas, constituindo outras frentes antitrans sob a perspectiva de mulheres antigênero, essa problemática reflete as tensões atuais nos movimentos feministas. Diferentes correntes divergem sobre a inclusão e reconhecimento de identidades de gênero de pessoas trans, e em geral acabam por violar seus direitos, tratados internacionais e decisões que garantem a proteção desse grupo social.

E, para isso, agem contra a luta decolonial, antirracista, feminista e científica, mesmo sem assumir isso abertamente, exatamente por se venderem como uma organização “isenta”. Há um esforço de linguagem sofisticada para atingir outros públicos que vão além dos já assumidamente antitrans. Elas pretendem angariar devotos se aproveitando da polarização e a confusão que é gerada para abrir diálogo com aquelas pessoas que estão no vácuo das discussões políticas, de gênero e sobre os direitos trans, mas que têm interesse genuíno de lutar por educação, trabalho e renda, saúde etc. Some-se isso à crescente onda conservadora que fundamenta a propaganda no melhor estilo nazista sobre bases cristãs, para afirmar um ideal crescente sobre o que é ser mulher a partir de um essencialismo biológico como as *tradwives* ou ainda a publicação de casos de ex-gays/trans em um contexto de “cura gay” ou “terapias de reorientação sexual e de gênero”, práticas proibidas em diversos países ao redor do mundo.

E tudo isso é feito utilizando um certo vitimismo para justificar o cissexismo na forma de ler e interpretar a luta trans, produzir ações, notas e na forma predatória com que atua perseguindo toda e qualquer mobilização pró-trans. Disputa-se o significado da verdade, atuando para gerar uma sociedade moldada sob um viés conservador. Tornar suas ideais aceitáveis para os outros, não apenas os já convertidos, mas aqueles em potencial de acreditar e defender que pessoas trans são realmente uma ameaça que precisa ser eliminada, como têm afirmando Trump, o Vaticano e o papa Francisco, políticos da extrema direita nacional e internacional, entre outros grupos, incluindo feministas, que adotam o mesmo discurso da extrema direita sem qualquer pudor.

É importante destacar que, em sua atuação ou posts públicos, a matria tem se posicionado em defesa de uma agenda sobre os direitos das mulheres²¹⁸, que neste momento estão sob ameaça, como a luta por salário e jornada de trabalho dignos, contra a violência doméstica, contra o PL do estuprador, a proteção e defesa de crianças frente a casos de violência ou abandono, mulheres encarceradas ou em situação de rua. Fica cada vez mais explícita uma atuação focada em promover um lobby contra os direitos trans através de ações de advocacy e incidência jurídica, promovendo abertamente uma litigância predatória contrária a qualquer confluência entre os direitos trans e o de mulheres, como se estes estivessem em campos opostos ou fossem antagônicos entre si.

218 https://caterinas.info/colunas/para-onde-os-feminismos-devem-olhar-em-2025/?fbclid=IwY2xjawHxX7FleHRuA2FlbQlxMQABHWqoP1xeBleCfGnPNbe5iSjuspzNQzL4eqDsKi_JF7a6kNTZdxayg86Dzg_aem_Ke-o0vKUsH90d-QwkVrzK1Q e https://www.instagram.com/p/DD15wGiRS7i/?img_index=4&igsh=MWg0bjNpNHR6eWtsMg%3D%3D

Valores como pluralismo, aceitação das diferenças e do próprio feminismo são deixados de lado por uma atuação e agenda política alinhada especialmente a valores defendidos por grupos que compõem o ecossistema antigênero e que atuam contra os direitos das mulheres. É o caso da participação de representantes da instituição em audiências públicas promovidas pela extrema direita sobre o uso de banheiro por pessoas trans²¹⁹ ou a presença de crianças em paradas LGBTQIA+²²⁰, na qual falam abertamente contra a existência de crianças trans (sic).

Em algum momento no início de sua atuação, parecia haver uma tentativa de se descolar da direita radical, mas, nos últimos meses, as aproximações têm ficado cada vez mais evidentes. E podemos tranquilamente afirmar que seu alinhamento com a extrema direita, parte da estratégia de que essa negociação é vantajosa para seus interesses embora isso venha sendo criticado por fortalecer as bases políticas que atuam contra os direitos de mulheres e meninas.

Ao fortalecer as bases responsáveis pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, a matria compõe o núcleo que vai incentivar, promover e integrar ataques a ministério público, STF, Defensorias Públicas, Ministérios e secretarias do governo federal, além de ataques a parlamentares, conselhos de classe e de participação social. Promovem também assédio jurídico contra universidades que têm promovido cotas trans, e contra perfis diversos de internet que referenciam os dados produzidos pela ANTRA. Tentam seguir o objetivo principal das políticas antitrans que pretendem erradicar pessoas trans do convívio público através de iniciativas que visam institucionalizar a transfobia e incentivar negacionismos científicos sobre cuidados em afirmação de gênero ou aqueles que promovem a saúde de crianças trans à luz da resolução 2019 do CFM, por exemplo.

A seguir traremos alguns exemplos de atuação antitrans da instituição:

I) Ataques ao direito à autodeclaração de gênero

A associação, que compõe o ecossistema antitrans, posiciona-se contra o reconhecimento de identidades de gênero que divergem do “sexo biológico”, argumentando que tais reconhecimentos podem comprometer os direitos e a segurança de mulheres e crianças, mesmo sem apresentar argumentos contundentes sobre o que defendem.

No site da instituição²²¹, consta em um dos seus eixos a afirmação de “*Identidade de gênero enquanto uma categoria fantasiosa*” (sic). E que “*a noção de ‘identidade de gênero’ não é científica e deve se limitar ao âmbito das crenças privadas. Não deve ser usada para pautar arranjos coletivos, políticas públicas e decisões jurídicas. Usar a noção de identidade de gênero para definir homens e mulheres é aderir a uma crença sem base na realidade, sem consenso e sem respaldo científico. O que define homens e mulheres são as diferenças do corpo sexuado. Quaisquer características referentes a comportamentos e preferências não definem as pessoas, pois são variáveis e representam a diversidade das expressões humanas.*”

219 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74847#documentos-modal>

220 <https://www.instagram.com/reel/DBRko09u1aK/?igsh=MTZhazgwc3F3eWYwdw%3D%3D>

221 <https://www.associacaomatria.com/>

II) Apoio ao RG Transfóbico

A instituição publicou documento contra ação movida pelo MPF em relação ao RG transfóbico²²².

III) Ataques aos princípios de Yogyakarta

A matéria afirma que os “princípios de yogyakarta não têm base jurídica (sic)”²²³ e que “surgiram durante um encontro apócrifo, ocorrido em 2006, em uma cidade homônima, na Indonésia, ocasião em que elaboraram um documento de princípios sobre os direitos das populações autodeclaradas trans. Tal documento jamais foi reconhecido pela ONU, nem foi inserido no ordenamento jurídico pátrio através de um acordo ou tratado internacional. Trata-se de uma referência bibliográfica a que alguns setores da sociedade vêm tentando dar características de juridicidade, todavia sem base legal. Yogyakarta foi um encontro de grupos civis, que visava atender um interesse específico de um grupo social, desconsiderando a pluralidade da sociedade e as implicações sociais, políticas e inclusive de segurança pública decorrentes da carta de intenções. Tal documento não se sustenta como base jurídica em detrimento das leis e da Constituição.”

IV) Ataques ao uso do banheiro por pessoas trans

Sobre o uso de banheiros ou de outros espaços segregados por gênero, em vídeo²²⁴ publicado no perfil oficial da matéria sobre a Lei de Novo Gama/GO²²⁵, uma representante da instituição afirma que “a defensoria de Goiás havia entrado na ação para eliminar qualquer direito das mulheres de ter espaços íntimos exclusivos”. Afirma ainda que a peça da defensoria estaria “repleta de mentiras e apelos emocionais para a proteção de travestis e mulheres trans”, reafirmando supostos “perigos às mulheres com a presença de pessoas do ‘sexo’ masculino em banheiros femininos”.

Em audiência pública na Câmara Federal proposta por deputado do PL, Celina Lazzari reafirmou algumas das fantasmagorias já conhecidas sobre o assunto e como pensa a extrema direita e conservadores. Tramita na Câmara o Projeto de Lei 2276/24, da deputada bolsonarista (PL-SC), pelo qual “todos os espaços públicos de uso coletivo que exigem privacidade, como banheiros e vestiários, deverão ser separados por sexo de nascimento (sic)”.

Ainda sobre banheiros e o pânico em torno do tema, a matéria encaminhou aos conselhos de mulheres ofício, adquirido com exclusividade pela ANTRA, cujos principais pontos apresentaremos a seguir:

222 <https://www.metropoles.com/brasil/entenda-a-polemica-envolvendo-os-campos-de-nome-e-sexo-no-novo-rg> e <https://antrabrasil.org/2024/11/13/antra-apresenta-adin-stf-novorg/>

223 “Nota Técnica” matéria Nº 001/2024

224 <https://www.instagram.com/reel/DCzLlhal9xh/?igsh=aW1uanR5M2s5aGRh>

225 ADPF 1.169/GO. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=546200&ori=1>

1. Segurança e Proteção em Espaços Separados por Sexo

Afirmção do Ofício: A criação de espaços separados por sexo é essencial para a segurança e proteção de mulheres e crianças.

Resposta ANTRA: Na realidade brasileira, os espaços sociais e públicos são separados de forma binária por sexo. E existe uma deturpação intencional constante no referido ofício que pretende de alguma forma sugerir que mulheres trans deveriam ser tratadas como se fossem homens.

Garantir o uso seguro dos espaços não implica flexibilizar a segurança das mulheres. É sobre assegurar que mulheres trans usem os espaços destinados. Uma mulher trans não é um homem. Mulheres trans/travestis são frequentemente vítimas de violência e não perpetradoras. Estudos e estatísticas indicam que a presença de mulheres trans em espaços como banheiros não aumenta o risco de violência para mulheres cis.

O medo deve ser respeitado e precisa ser abordado com informações corretas. Proibir mulheres trans/travestis com base nessa hipótese não enfrenta a cultura do estupro nem impede abusadores de acessarem espaços femininos. A presença de um homem cis dentro do banheiro feminino é um risco para todas as mulheres.

Percebam que, durante a argumentação, é utilizada a expressão “violência masculina” e são apresentados dados de violências e crimes cometidos por homens cis, e não por mulheres trans. Isso demonstra viés, com o uso do medo e do pânico, para manipular as emoções e a opinião pública no sentido de assegurar seus reais interesses. Sequer o Fórum Brasileira de Segurança Pública traz informações de que mulheres trans seriam perpetradoras de violências sexuais ou estupro em suas pesquisas.

Isso ocorre exatamente por não haver evidências concretas de que a presença de pessoas trans em espaços que correspondem ao gênero com o qual se identificam aumenta o risco de violência para mulheres cisgêneras. Dados e pesquisas demonstram que são mulheres trans as principais vítimas de violências em banheiros públicos, e não mulheres cisgêneras.

2. Suposta confusão entre Sexo e Gênero

Afirmção do Ofício: Há uma confusão proposital entre os termos "gênero" e "sexo", resultando em insegurança e desproteção.

Resposta ANTRA: A distinção entre sexo e gênero é amplamente reconhecida pela comunidade científica e médica. Sexo se refere às características biológicas, enquanto gênero diz respeito ao papel social e à identidade pessoal. A confusão alegada pelo ofício não é proposital, mas representa uma evolução de diversos campos da ciência, de estudos feministas e do entendimento jurídico, alinhados a tratados internacionais, com os parâmetros mais atuais em relação aos direitos humanos e sobre a diversidade humana. Ignorar essa distinção pode levar à marginalização de pessoas trans, negando-lhes o direito à autodeterminação e ao respeito.

3. Dados sobre Criminalidade e Identidade de Gênero

Afirmção do Ofício: Pessoas do sexo masculino com identidade feminina mantêm o mesmo padrão de criminalidade de homens cisgêneros.

Respostas ANTRA: Esta afirmação é baseada em uma visão distorcida e seletiva dos dados. Não há evidências consistentes de que mulheres trans sejam mais propensas a cometer crimes do que mulheres cisgêneras. Ou que teriam padrão aproximado a parâmetros que as aproximem de crimes cometidos por homens cisgêneros.

Aliás, em pesquisa realizada pelo antigo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), durante o governo Bolsonaro, dentro do sistema prisional²²⁶, ficou nítido que crimes sexuais cometidos por pessoas trans são estatisticamente irrelevantes e mostram maior semelhança com os índices de mulheres cisgêneras. Ademais, não há que se comparar realidades tão distintas entre países, como os EUA e o Reino Unido, para tentar criminalizar pessoas trans. Os dados existentes demonstram que são realidades bem distintas e nossa Constituição, assim como o Código de Processo Penal, proíbem que alguém seja considerado culpado sem que este tenha cometido crime. Pessoas presas estão cumprindo pena e não podem ser novamente criminalizadas baseando-se em ideologias ou mitos transfóbicos.

Por outro lado, de fato, o que ocorre é que mulheres trans frequentemente enfrentam altos níveis de violência e discriminação, e não o contrário. São mulheres trans aquelas que têm sido expulsas de banheiros e violentadas publicamente devido às suas identidades de gênero. Políticas que garantem a inclusão de pessoas trans nos espaços adequados ao seu gênero são baseadas em princípios de igualdade e não em mitos de segurança.

Estudos mostram que a maioria dos crimes de violência sexual contra mulheres são cometidos por homens cisgêneros em contextos onde eles já têm acesso às vítimas, sem a necessidade de disfarces. Além disso, políticas de proteção e segurança devem ser baseadas em evidências reais e não em hipóteses infundadas.

4. Impacto das Políticas de Gênero nas Mulheres Cisgêneras

Afirmção do Ofício: As políticas baseadas em gênero usurpam os direitos e espaços das mulheres cisgêneras.

Resposta ANTRA: Essa afirmação ignora o fato de que os direitos das pessoas trans não competem com os direitos das mulheres cisgêneras, mas sim que todos os direitos humanos são interdependentes. A inclusão de pessoas trans em políticas de igualdade de gênero visa justamente ampliar a proteção e inclusão de todos, independentemente de sua identidade de gênero. Além disso, estudos indicam que políticas inclusivas beneficiam toda a sociedade, promovendo a coesão social e reduzindo a discriminação.

Destaca-se que a autodeclaração de gênero das pessoas trans é garantida em diversos países e no Brasil desde 2018. Nos últimos seis anos não foi observada qualquer mudança no cenário de violência contra mulheres em decorrência de crimes cometidos por pessoas trans.

226 <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/20202/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>

Não há evidências, dados, pesquisas ou qualquer elemento que leve a esse entendimento.

Dados mostram que mulheres trans/travestis não são estruturalmente responsáveis por crimes contra mulheres cis. As políticas de proteção às meninas e mulheres devem focar nos verdadeiros perpetradores de violência.

O medo de que indivíduos abusem da autodeclaração de gênero para cometer crimes não é sustentado por estatísticas, e esse argumento desvia a atenção dos reais agressores. E consequentemente, caso haja esse tipo de situação, esta não seria uma responsabilidade da comunidade trans.

5. Conclusão em relação do conteúdo do ofício:

Após minuciosa análise, resta nítido que o ofício da matria demonstra uma visão limitada e transfóbica que não é respaldada por evidências científicas ou pelas principais organizações de saúde e direitos humanos. Parece muito mais uma tentativa de impor concepções discriminatórias disfarçadas de preocupação do que efetivamente preocupação da instituição com os direitos e a proteção das mulheres em sua diversidade.

É evidente o foco em sugerir a segregação de espaços com base no sexo de nascimento, no sentido de negar o reconhecimento da identidade de gênero legítima das pessoas trans, que é protegida por vários meios legais. Além de demonstrar interesse em perpetuar estigmas negativos e discriminações contra pessoas trans, violando seus direitos humanos fundamentais.

Portanto, é crucial a defesa de que as políticas públicas devem respeitar princípios constitucionais, promovendo a inclusão e a segurança de todas as meninas e mulheres, sejam elas cis ou trans, com base em evidências que mostram que mulheres trans não representam uma ameaça real às mulheres cis.

v) Ataques ao direito de escolha da unidade prisional

Houve ainda a ação contra a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobre o direito de escolha assegurado a travestis e mulheres trans. Além de usarem parte dos mesmos argumentos sobre uso de banheiros, sugerem que permitir que mulheres trans possam ir para uma unidade feminina representaria algum risco de estupro a mulheres cis (sic). Em entrevista ao portal de extrema direita onde tem espaço assegurado, Gazeta do Povo²²⁷, Celina Lazzari afirma que “o STF tem ouvido apenas um lado da questão, ou seja, entidades ligadas ao movimento trans” e “não leva em consideração diversos casos ocorridos no Brasil e em outros países de abusos e violência sexual perpetrados dentro de prisões femininas.”

VI) Ataques a ADO 26

Além disso, a associação questiona a tipificação da transfobia como crime, argumentando que a falta de uma definição jurídica pode levar à restrição da liberdade de expressão e pensamento. Em diversas publicações, a matria expressa preocupação de que “discordâncias” ou “debates” sobre questões de gênero sejam indevidamente classificados como transfobia,

²²⁷ <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/associacao-mulheres-critica-stf-julgamento-trans-em-presidios-femininos/>

resultando em censura ou perseguição. Um debate que dialoga, por exemplo, com o que estamos vendo em relação à defesa de uma liberdade de expressão irrestrita, defendida pela extrema direita e fundamentalistas religiosos, e que recentemente foi criticada na mudança promovida pela Meta, que passou a permitir classificações patologizantes contra a comunidade LGBTQIA+.

VII) Ataques às cotas trans

Após o avanço na implementação das cotas trans e a publicação de uma Nota Técnica da ANTRA em defesa das cotas trans, a matéria passou a promover verdadeiro assédio judicial contra as instituições que recém aprovaram a política de reserva de vagas com o intuito de derrubar a decisão. A organização produziu uma “nota técnica anti-cotas trans”, em que afirma uma suposta *“falta de evidências sobre a necessidade de cotas para esta população; falta de objetividade na identificação dos beneficiários das “cotas trans”; e processo de implementação sem debate público, acadêmico ou legislativo.*

Alguns dos mesmos argumentos foram usados no texto de opinião publicado no dia 13 de outubro de 2024 no Jornal o Dia, em que ataca as cotas trans²²⁸. A matéria escreve: *“a começar porque os institutos de pesquisa brasileiros, como IBGE e IPEA, são unânimes em advertir que não existem dados censitários sobre identidade de gênero no país. Logo, qualquer afirmação sobre expectativa de vida ou sobre homicídio de pessoas trans no Brasil é uma invenção”*. Ou seja, de acordo com o texto, sem dados tidos como oficiais, tudo que vem sendo desenvolvido pelas instituições sociais seria uma invenção (sic).

Imaginem as discussões sobre feminicídio em diversos países onde são movimentos sociais que produzem os dados²²⁹ ou sem as pesquisas que eram feitas antes mesmo de a lei ter sido aprovada no Brasil, e que eram produzidos por instituições de mulheres/feministas ante a ausência de dados do estado; ou ainda as ONGs indigenistas que ajudaram a denunciar a situação dos povos Yanomami²³⁰; ou qualquer outro dado produzido por instituições do terceiro setor. O que está em risco aqui é exatamente o descrédito das instituições da sociedade civil e não apenas o que vem sendo produzido pela ANTRA. E isso exige bastante atenção, sabendo-se que atuações anti-ONG partem da mesma ideologia bolsonarista de extrema direita que promove ataques às Organizações da sociedade civil.

No artigo, afirma-se ainda que: *“(…)Comparados com os dados sobre desigualdades raciais no Brasil, que têm uma base empírica sólida, os dados sobre a população transgênero são ralos, imprecisos e envoltos em fabricação e distorção. (...) Isso tudo dá sinais claros de que as “cotas trans” promovem injustiças e insegurança jurídica, subvertendo os princípios das ações afirmativas, que foram criadas para beneficiar grupos historicamente vulneráveis e definidos por critérios objetivos e verificáveis”* (sic). Nitidamente, revela-se o viés com que estão comprometidas, já que não propõem qualquer saída para a situação em que pessoas trans se encontram.

228 <https://odia.ig.com.br/opiniaio/2024/10/6934027-cotas-para-transgeneros-nao-tem-embasamento-em-dados.html>

229 <https://www.instagram.com/p/DEavNXUxzpn/?igsh=ZjkxM3g5cmF5NTZi>

230 <https://observador.pt/2020/05/15/ong-denuncia-genocidio-legislado-com-invasao-de-terras-indigenas-no-brasil/>

No mesmo período do artigo, “coincidentalmente”, foi feita uma representação da deputada federal Carla Zambelli (PL/SP) contra o sistema de cotas para candidatos transexuais em processos seletivos de cursos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)²³¹. E a deputada Julia Zanatta apresentou projeto de lei²³² que “*Veda a reserva de vagas específicas para pessoas “transgênero” em instituições de ensino superior públicas e privadas, bem como em concursos públicos para ingresso no serviço público federal, estadual e municipal.*”

VIII) Ataques à Secretária Nacional LGBTQIA+ em Sessão da ONU

Representantes da matria e da CPI Voz Materna estiveram presentes em Genebra, onde relataram ter submetido informes aceitos pelo Comitê CEDAW. Dessa vez, o alvo foi Symmy Larrat, 1ª Travesti Secretária Nacional LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que integrava a delegação brasileira em Genebra, sofrendo diversos ataques transfóbicos. Uma publicação de Aline Borges²³³, que estava representando a matria na sessão, por exemplo, desqualificava tanto Symmy quanto a ministra Cida Gonçalves: a ministra era retratada como alguém que não sabe o que é uma mulher, e Symmy como alguém que “*pensa que é uma mulher*” (sic). Na sequência da postagem, a autora retomou parte de um áudio gravado sem a devida autorização incentivando novamente a perseguição à ministra e sua assessora²³⁴.

Este episódio revela uma preocupação de extrema seriedade, configurando uma ocorrência internacional de grande magnitude. Tal incidente compromete a atuação de defensores dos direitos humanos e cria um ambiente de insegurança tanto para pessoas trans quanto para as representações do Estado brasileiro, aqui representadas pela equipe do Ministério das Mulheres. É importante que essa situação seja analisada sob essa perspectiva, dada a sua gravidade.

Destacamos ainda que, apesar das investidas desses grupos, no texto final adotado pelo Comitê em sua 88ª Sessão – no eixo E, das principais áreas de preocupação e recomendação, as mulheres trans são reconhecidas e legitimadas em suas especificidades, sendo uma recomendação do Comitê que o Brasil tome medidas urgentes para combater a lesbo/transfobia.²³⁵

IX) Apoio à Relatora antitrans da ONU

Em outra entrevista ao portal Gazeta do Povo²³⁶, a instituição afirmou haver uma “*perseguição política por parte de setores e órgãos do governo*” contra Reem Alsalem, que é a Relatora Especial da ONU sobre Violência Contra Meninas e Mulheres. Na denúncia enviada

231 <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-destaca-importancia-de-cotas-para-pessoas-trans-na-universidade-federal-de-sao-paulo>

232 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2462126>

233 https://www.instagram.com/p/C7cEbiTtVLz/?img_index=1

234 Alguns meses mais tarde, em 6 de julho de 2024, Aline teve um de seus vídeos -sobre a “cultura woke” - compartilhado por Carlos Bolsonaro.

235 Ver em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-da-CEDAW-2024-Portugu%C3%AAs.pdf>. Outro movimento importante foi que em junho a ONU Mulheres reconheceu grupos “críticos ao gênero” como antidireitos: <https://catarinas.info/columas/onu-mulheres-reconhece-movimentos-criticos-de-genero-como-extremistas-antidireitos/>

236 <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/associacao-de-mulheres-denuncia-perseguiacao-de-membros-do-governo-contra-relatora-da-onu/>

pela matria ao governo Lula, a associação diz que a relatora da ONU “sempre esteve atenta a discussões e problemáticas que afetam crianças e mulheres brasileiras”. E afirmou ainda “que a relatora da ONU passou a ser alvo de perseguições políticas por meios de organizações transativistas de lobbys pró-trans, que entendem as notas públicas da relatora acerca da defesa e proteção de mulheres e meninas como ‘anti-trans’”.

X) Ataques à ANTRA

A divergência entre a ANTRA e a matria é evidente na forma como as organizações se posicionam em relação aos direitos das pessoas trans. Enquanto a ANTRA luta pela inclusão e reconhecimento de identidades de pessoas trans e gênero-diversas, a matria defende uma abordagem essencializada sobre o que é uma mulher, promovendo diversas mobilizações contra o avanço dos direitos trans. Essa oposição de perspectivas fundamenta a afirmação de que a matria representa a antítese do que defende a ANTRA.

Essa oposição se reflete em ações jurídicas e comunicacionais. Em diversos momentos, a matria tem se mobilizado para contestar iniciativas da ANTRA voltadas à garantia de direitos trans. Entre essas ações, destaca-se a publicação de um relatório²³⁷ que, segundo a organização, busca “refutar” os dados apresentados pela ANTRA sobre violência transfóbica, que, de acordo com a instituição, seriam falsos (sic). Contudo, uma análise detalhada desse material sugere viés ideológico, fragilidades metodológicas e argumentativas, com afirmações que carecem de fundamentação científica e de diálogo com a realidade vivida pela população trans no Brasil e no mundo.

Além disso, há mobilizações da matria em esferas judiciais e administrativas, com o objetivo de questionar ações, políticas, dados e informações publicadas pela ANTRA e por veículos de comunicação que as utilizam. É fundamental que esse debate seja conduzido com base em evidências robustas, compromisso com os direitos humanos e respeito à pluralidade de perspectivas, garantindo que o direito à cidadania seja promovido de forma ampla e inclusiva.

Essas ações, além de instrumentalizarem a pauta antitrans, produzem materiais publicamente reconhecidos como problemáticos e potencialmente causadores de danos às pessoas trans. Além disso, não apenas impedem o avanço dos direitos trans, mas também consolidam a marginalização dessa população, aprofundando desigualdades e reforçando estruturas que cerceiam a inclusão e a cidadania plena. Essa estratégia de constante assédio tem gerado preocupações com o impacto na liberdade e segurança das ativistas e parceiros da ANTRA.

É importante que as pessoas, as instituições, pesquisadores, políticos e pessoas influentes atuem de forma comprometida para desmascarar e enfrentar essa lógica. A luta das pessoas trans não é um antagonismo à emancipação feminina, mas parte de um esforço coletivo por justiça social, que reconheça a pluralidade de existências e experiências, inclusive por não haver evidências que sugiram que a igualdade de direitos entre pessoas trans tenha impactado

²³⁷ Em 2024, foi publicado, por exemplo, o relatório "Falsas afirmações sobre população autodeclarada trans no Brasil" (da organização MATRIA). A ANTRA escreveu nota em resposta a esses ataques e em defesa da produção intelectual dos movimentos populares frente à política de invisibilização do Estado. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2024/03/05/nota-antra-producao-de-dados-trans-no-brasil/>

os direitos ou a segurança das mulheres de alguma forma. Romper com essa agenda exige coragem para construir diálogos verdadeiros, baseados em solidariedade e compromisso com a igualdade para todas as pessoas.

Lidar com essa nova realidade é urgente. Pesquisa, investigações e denúncias formais precisam ser efetivadas para dismantelar e promover o enfrentamento efetivo dessas movimentações. Para os movimentos populares, feministas, antirracistas e que defendem a democracia comprometidos com os direitos LGBTQIA+, sobretudo das pessoas trans, é essencial repensar estratégias de enfrentamento a esse movimento heterogêneo, articulado e muitas vezes contraditório. Somente assim será possível construir uma agenda que enfrente o neofascismo, a extrema direita e a ascensão conservadora, tanto no Brasil quanto no mundo.

II.3 UM OLHAR SOBRE TRANSFOBIA AMBIENTAL A PARTIR DA TRAGÉDIA NO RIO GRANDE DO SUL

Não há dúvidas que causas das tragédias climáticas são agravadas por atividades humanas. A queima de combustíveis fósseis e o desmatamento, por exemplo, contribuem para o aumento das temperaturas e para alterações nos padrões de precipitação, intensificando eventos como tempestades e inundações. As consequências dessas tragédias incluem perda de vidas, danos materiais, deslocamento forçado, desertos alimentares, insegurança alimentar, interrupção de serviços básicos e impactos na saúde mental das comunidades afetadas. E é nesse contexto que as pessoas trans enfrentam desafios adicionais devido à Transfobia Ambiental²³⁸, que as torna mais vulneráveis a esses impactos.

O debate em torno da transfobia ambiental surge no contexto dos estudos de Racismo Ambiental²³⁹. Termo esse que sintetiza a ideia de que pessoas negras são atingidas desproporcionalmente por danos ambientais (como fenômenos da crise climática, poluição, insegurança etc) por conta de um processo cultural, político e histórico que provoca a marginalização dessa população empurrando para localidades que são direta e indiretamente mais afetadas por esses eventos. Dessa forma, a interseccionalidade desse fenômeno em relação a outros grupos que são socialmente inferiorizados, soma um conjunto de fatores que potencializam os prejuízos perpassados pelos indivíduos afetados.

A interseccionalidade de gênero e meio ambiente se refere à interação complexa entre as questões de gênero e as questões ambientais, reconhecendo que as pessoas trans enfrentam desafios adicionais devido à sua identidade de gênero²⁴⁰. Isso envolve a compreensão de como as desigualdades de gênero se conectam e se manifestam nas questões ambientais, afetando de forma desproporcional as populações trans. A interseccionalidade de gênero e meio ambiente exige uma abordagem multifacetada e inclusiva, que leve em consideração as diversas identidades de gênero e suas interações com o meio ambiente.

No contexto da interseccionalidade de gênero, raça e meio ambiente, diversas teorias e conceitos têm sido desenvolvidos para entender e abordar as complexas relações entre gênero e questões ambientais. Teorias como ecofeminismo, justiça ambiental de gênero e transfobia ambiental, buscam analisar e confrontar as desigualdades de gênero presentes nas questões ambientais, enquanto conceitos como masculinidades tóxicas e feminização da pobreza ambiental destacam as formas específicas em que as identidades de gênero impactam a vulnerabilidade das pessoas trans em tragédias climáticas. A compreensão dessas teorias e conceitos é essencial para desenvolver estratégias eficazes de mitigação da transfobia ambiental e proteção das pessoas trans em contextos ambientais.

238 <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1574>

239 Soares, C. F. Z., 2023. Estado Socioambiental de Direito e racismo ambiental: debate sobre as repercussões dos eventos climáticos extremos no Brasil (2010-2023). Sociologias Plurais. ufpr.br

240 Guadagnin, F., Guadagnin, R., & Costa, A. B., . A VIDA DE PESSOAS TRANSEXUAIS EO IMPACTO DA VIOLÊNCIA AMBIENTAL E CLIMÁTICA Um olhar sobre saúde e as enchentes no RS. [researchgate.net](https://www.researchgate.net).

A transfobia ambiental, portanto, pretende analisar e chamar atenção para os desafios das pessoas trans em situações de vulnerabilidade durante tragédias climáticas, pois muitas enfrentam falta de acesso a abrigos seguros e adequados. No Brasil, por exemplo, há uma série de preconceitos e discriminações institucionalizadas que excluem as pessoas trans e travestis de diversos âmbitos (como o escolar, o mercado de trabalho, a política etc) e provocam a vulnerabilização dessa população. Portanto, entendemos que o ambiente em suas diversas dimensões, geográfica e politicamente, frequentemente tem sido um fator de adoecimento e precarização da população transgênera no Brasil e no mundo, sobretudo quando consideramos os impactos do racismo ambiental.

Além disso, a discriminação e violência que enfrentam dificultam a busca por assistência e recursos durante e após desastres. Essa combinação de exclusão e marginalização aumenta significativamente os riscos e impactos negativos sofridos pelas pessoas trans em eventos climáticos extremos. Enfrentando ainda vulnerabilidades específicas durante tragédias climáticas, como a falta de acesso a cuidados médicos e hormonais adequados, dificuldade de emissão da documentação, desrespeito a identidade de gênero e o nome social, além da insegurança nos espaços de abrigo, e o agravamento de problemas de saúde existentes.

A exposição a situações de discriminação e transfobia ambiental contribui para o aumento de problemas de saúde mental e emocional. A falta de reconhecimento de suas identidades de gênero também pode dificultar o acesso a serviços e recursos, agravando ainda mais sua vulnerabilidade durante desastres naturais.

E nesse sentido, é preciso garantir a equidade de raça, etnia, gênero, classe e territorial nas políticas públicas de combate ao racismo ambiental; utilizar indicadores raciais existentes e criar novos para a avaliação, o monitoramento e a elaboração de ações sobre a transfobia ambiental; investir na participação social durante a execução de planos de enfrentamento às desigualdades ambientais e mudanças climáticas.

A) Reunião de acolhimento das vítimas da tragédia no Rio Grande do Sul

A comunidade trans enfrentou desafios únicos e complexos que ficaram ainda mais evidentes na emergência climática atual no Rio Grande do Sul. No dia 17 de maio, foi organizada uma reunião virtual²⁴¹ mobilizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA),

241 A reunião contou com a participação de Keila Simpson, ANTRA; Pitty Barbosa (Tapes/RS), presidenta do Conselho Estadual LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul; Cleonice Araujo (Caxias do Sul), presidenta da Rede Nacional de Pessoas Trans e Travestis Vivendo e Convivendo com HIV; Luis Mahin (Rio Grande), coordenador do IBRAT/RS; Marina Reidel representando a ONG Igualdade e o Fundo Positivo; Ainda, representantes da mobilização coletiva de transativistas #AjudaTransRS: Bruno Bernardy (PPGH/UFRGS; historiador no Centro de Referência da História LGBT+ do RS - CLOSE), Caio Tedesco (PPGH/UFRGS; coord. regional de pesq./UNIFESP-MDHC; CLOSE), Gustavo Deon (artista integrante do CATS - Coletivo de Artistas Transmasculinos e produtor cultural), Henrique Reis (poeta e integrante da Coletiva Antropologia Urbana Social), Kalui dos Santos (artista e membro do Coletivo pela Educação Popular TransENEM), Li Rassier (Adm. Pública Social/UFRGS), Luka Machado (artista, comunicadora e produtora cultural), Maria Helena Lopes Sant'ana (PPGAS/UFRGS), Nicolas Teodoro (professor/TransENEM; CLOSE), Talit Albuquerque (artista). Por fim, Zuleika Rivera, João Pedro e Otávio Zanardi, oficiais do Instituto Raça e Igualdade de Direitos Humanos; Mar Acosta e Balbina de Sá (sociedade civil atingida); Yara Cavalcante, auxiliar administrativa da ANTRA; e foi mobilizada por Bruna Benevides, atual presidenta da ANTRA.

a fim de ouvir as denúncias e demandas das pessoas trans afetadas pela emergência climática no Rio Grande do Sul. O encontro reuniu indivíduos de diversas regiões do estado e contou com a participação de vários coletivos comprometidos com a defesa dos direitos da população LGBTQIA+.

O objetivo principal da reunião foi discutir as dificuldades específicas enfrentadas por pessoas trans e travestis, que têm sido vítimas não apenas da transfobia climática, mas também de barreiras significativas no acesso a medidas de cuidado, reparação e proteção durante este período de crise, resultando em um documento²⁴² enviado as autoridades responsáveis por lidar com a tragédia no Rio Grande do Sul.

i) Importância da Reunião como Espaço de Escuta

A reunião realizada foi crucial por várias razões:

Visibilidade das Demandas: Proporcionou uma plataforma para que as pessoas trans pudessem expressar suas preocupações e necessidades de forma direta e sem intermediários, garantindo que suas vozes fossem ouvidas e reconhecidas.

Participação Coletiva: A participação de diversos coletivos trouxe uma perspectiva ampla e representativa das realidades vividas por pessoas trans em diferentes regiões do estado, fortalecendo a união e a solidariedade dentro da comunidade.

Informação para Políticas Públicas: As denúncias e demandas levantadas durante a reunião fornecem informações valiosas para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, orientadas por quem realmente entende as dificuldades enfrentadas.

Empoderamento da Comunidade: A reunião atuou como um ato de empoderamento coletivos e construção de uma rede de cuidado coletivo, onde as pessoas trans puderam se sentir ouvidas e valorizadas, fortalecendo a luta por seus direitos e por condições de vida dignas.

Durante o encontro, foram apresentados relatos de inúmeras dificuldades enfrentadas pela população trans, que vão desde a falta de acesso a políticas emergenciais até a interrupção de serviços essenciais. Recebemos diversos relatos de que pessoas trans estariam sendo preteridas pela gestão ou por voluntários, e impedidas de acessar espaços de distribuição de insumos, roupas e alimentos, assim como se serem abrigadas de acordo com suas identidades de gênero, além de denúncias de discriminação por transfobia por ocasião da busca por informações e pedidos de ajuda, e o receio de não serem atendidas nesse momento de reconstrução.

Além disso, os serviços de saúde trans foram interrompidos. O Ambulatório trans está fechado e houve a interrupção da distribuição de medicamentos para a hormonização - que não se trata de um tratamento estético e está diretamente vinculado com questões de saúde mental inclusão social de uma parcela grande da comunidade trans.

242 O ofício foi enviado para: Casa Civil do Governo Federal, Ministério Público Federal, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria de Comunicação Social - Governo Federal, Ministro da Reconstrução do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria Nacional dos direitos das pessoas LGBTQIA+, Conselho Nacional pelos direitos das pessoas LGBTQIA+ e Conselho Estadual LGBTQIA+ do Estado do Rio Grande do Sul.

Esses relatos destacaram a importância de adotar medidas urgentes e emergenciais específicas para mitigar os impactos da crise climática e da transfobia ambiental que recai sobre a comunidade trans em períodos de crise, e garantir a proteção e o cuidado necessários para essa população vulnerável.

ii) Importância de Ações Focadas na Comunidade Trans

Durante a reunião foram observados ainda alguns pontos que requerem atenção:

Vulnerabilidade Aumentada: Pessoas trans frequentemente enfrentam discriminação sistemática e marginalização, o que as coloca em uma posição de vulnerabilidade ainda maior durante crises. Ações específicas podem mitigar esses riscos e proporcionar um suporte adequado.

Barreiras ao Acesso a Serviços: A comunidade trans muitas vezes encontra obstáculos no acesso a serviços básicos, incluindo saúde, moradia e assistência social. Ações direcionadas podem eliminar essas barreiras, assegurando que a ajuda chegue a quem mais precisa.

Transfobia Ambiental: Durante emergências climáticas, a transfobia pode se intensificar, resultando em discriminação e exclusão nos abrigos e outros espaços de socorro. Medidas específicas ajudam a combater essa discriminação e a proteger os direitos das pessoas trans.

Necessidades Específicas: Pessoas trans têm necessidades específicas, como acesso a medicamentos hormonais, itens de higiene pessoal apropriados a partir da relação com sua identidade e serviços de saúde mental que precisam ser considerados nas políticas emergenciais.

Importância de espaços específicos para pessoas trans

Espaços transcêntricos, ou seja, específicos para pessoas trans, são de vital importância por várias razões:

A) Segurança e Conforto: Em espaços transcêntricos, pessoas trans podem sentir-se seguras e confortáveis, livres de discriminação e violência. Esses ambientes proporcionam um refúgio onde podem ser elas mesmas sem medo de preconceito ou hostilidade.

B) Acesso a Serviços Adequados: Esses espaços garantem que as necessidades específicas de pessoas trans sejam atendidas de maneira adequada. Serviços de saúde, apoio psicológico, assistência social e jurídica podem ser oferecidos de forma sensível e informada, respeitando as particularidades dessa comunidade.

C) Fortalecimento da Comunidade: Espaços transcêntricos facilitam a construção de redes de apoio e solidariedade entre pessoas trans. Essas redes são cruciais para o empoderamento individual e coletivo, ajudando a combater a marginalização e a exclusão social. A criação desses espaços auxilia a população trans a sair do isolamento e buscar o amparo que necessita.

D) Fomento à Inclusão Social: Ao criar ambientes onde pessoas trans são o foco principal, promovemos a inclusão social e a visibilidade dessa comunidade. Isso ajuda a desafiar e mudar narrativas negativas e estigmatizantes na sociedade em geral.

E) Desenvolvimento de Políticas Eficazes: Espaços transcêntricos fornecem uma plataforma para discutir e desenvolver políticas e práticas que atendam diretamente às necessidades e desafios enfrentados pela comunidade trans. Isso é fundamental para a criação de soluções eficazes e sustentáveis. Também criam espaços que permitem que a população trans tenha acesso às políticas nacionais e territoriais de atendimento emergenciais e políticas assistenciais que não são adequadamente divulgadas ou explicitadas para a população trans.

F) Apoio Psicológico e Emocional: Em ambientes transculturados, pessoas trans têm acesso a apoio psicológico e emocional especializado. Esse suporte é essencial para lidar com as pressões e traumas decorrentes da transfobia e das discriminações diárias. Esses espaços atraem profissionais capacitados e comprometidos para atendimento ético à população trans.

G) Visibilidade e Representatividade: Tais espaços também promovem a visibilidade e representatividade das pessoas trans,

mostrando a diversidade e a resiliência dessa comunidade. Isso é importante para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os espaços específicos para pessoas trans são essenciais para a promoção da dignidade, do respeito e dos direitos das pessoas trans. Eles são fundamentais para garantir que essa comunidade vulnerável receba o apoio e os recursos necessários para prosperar, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e acolhedora.

iii) Recomendações de ações e políticas específicas para a população trans a serem implementadas

Apresentamos ainda um conjunto de recomendações de ações urgentes a serem adotadas no sentido de mitigar o impacto da discriminação motivada por identidade de gênero em tempos de crise, e garantir a cidadania plena das pessoas trans e travestis que foram atingidas pela emergência climática no Rio Grande do Sul:

1. Necessidade de criação de abrigos específicos para a comunidade trans, garantindo um espaço seguro e acolhedor, com acessibilidade garantida, preferencialmente sob a supervisão e com o trabalho de pessoas trans;

2. Organizar em caráter emergencial, em centros de sociabilidade e em abrigos específicos para pessoas trans, mutirões para realizar o Cadastro único e disseminação de informações sobre as medidas que estão sendo tomadas e o acesso às políticas emergenciais, com o intuito de facilitar o acesso das pessoas trans para que possam se beneficiar das políticas emergenciais, considerando-se inclusive pessoas trans com deficiência;

3. Organizar mutirões para a emissão de documentos pessoais, retificação registral ou a inclusão do nome social nos respectivos documentos essenciais para acessar serviços e benefícios, tais como documentos de identificação, inclusive CIPTEA;

4. Garantir a reserva de vagas específicas nas políticas de moradia para pessoas trans desabrigadas pela emergência climática;

5. Restabelecer em caráter emergencial o funcionamento do ambulatório trans realocando em espaço específico como tem sido feito com outras unidades de saúde, e restabelecer a distribuição de medicamentos hormonais sem necessidade de receita, equiparando-se ao determinado na portaria GM/MS 3795 de 10 de maio de 2024, ou outra solução que permita o atendimento urgente em tempos de crise;

6. Estabelecer um protocolo específico para o acolhimento e promoção da cidadania da população LGBTQIA+ em situações de crise;

7. Desenvolver e Implementar um protocolo específico para combater a LGBTIfobia e a garantia da não violação dos direitos humanos durante crises, garantindo um ambiente seguro para todas as pessoas;

8. Promover, além de itens básicos de higiene, a distribuição de binders, absorventes e cuecas para homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias, assim como realizar cadastro no programa de dignidade menstrual a fim de garantir o bem-estar;

9. Promover, além de itens básicos de higiene, a distribuição de calcinhas e sutiãs para travestis, mulheres transexuais e não binárias transfemininas;
10. Dedicar atenção especial às necessidades da população trans idosa, com deficiência, indígena, além das pessoas trans que vivem com HIV/AIDS, em situação de rua, com dependência química, e aquelas que atuam como profissionais do sexo, garantindo seu acesso a todos os serviços e benefícios;
11. Garantir que pessoas trans e travestis que atuam como profissionais do sexo trans tenham acesso a programas emergenciais como garantia do acesso a renda básica ou auxílios financeiros;
12. Desenvolver medidas específicas para apoiar famílias de pessoas trans/ transcentradas, considerando aquelas que vivem juntas sem vínculo familiar;
13. Assegurar que travestis e mulheres trans sejam acolhidas adequadamente nos abrigos femininos com garantia de sua segurança e respeito a autodeterminação de gênero;
14. Instituir Grupo de trabalho com representações de diversos agentes, desde o poder público, gestores, pesquisadores e sociedade civil, a fim de realizar um mapeamento específico das redes de apoio trans para facilitar o diálogo e o encaminhamento de demandas;
15. Criar espaços específicos para o atendimento em saúde mental de pessoas trans em sofrimento ou que tenham necessidades específicas na área;
16. Assegurar que as pessoas trans e travestis tenham acesso a todas as medidas e políticas emergenciais disponíveis para a população em geral;
17. Identificar e tratar casos de transfobia nos espaços de acolhimento de pessoas trans e travestis;
18. Oferecer cuidado específico e proteção às famílias com crianças trans;
19. Organizar uma cartilha informativa sobre os direitos e como acessar as políticas emergenciais disponíveis;
20. Criar um canal específico para receber denúncias de violências, incluindo institucionais e violações de direitos humanos contra pessoas trans;
22. Estabelecer um programa de contratação específico para pessoas trans que perderam sua renda, oferecendo vagas de emprego, incentivando contratação com responsabilidade social e permanência corporativa;
23. Organizar com urgência o atendimento às demandas da população trans com deficiência ou demandas específicas de materiais necessários para mobilidade/qualidade de vida - tais como muletas, bengalas, cadeiras de rodas, andadores, aparelhos auditivos, locomotores, fonadores, respiradores, bombas expansoras, entre outros;
24. Atuar para coibir o aparelhamento religioso das ações de cuidado e acolhimento, sobretudo advindo de grupos que ideologicamente atuam contra os direitos trans.

Essas recomendações não esgotam as urgências da população trans, e foram elaboradas com o intuito de direcionar uma resposta efetiva e humanizada às necessidades específicas das pessoas trans e travestis durante esta emergência climática, promovendo sua inclusão e proteção.

As estratégias para mitigar a transfobia ambiental incluem a criação de políticas educacionais e de sensibilização que abordem a interseccionalidade de gênero e meio ambiente.

Isso pode envolver a implementação de programas de formação para profissionais da área ambiental, a inclusão de temáticas transgênero nos currículos escolares e a realização de campanhas de conscientização. Além disso, é essencial promover a inclusão de pessoas trans em processos de tomada de decisão relacionados ao meio ambiente, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas políticas públicas e estratégias de adaptação às mudanças climáticas.

Após uma análise aprofundada da relação entre transfobia ambiental e suas consequências para as pessoas trans em tragédias climáticas, podemos concluir que a discriminação de gênero e a crise ambiental estão intrinsecamente ligadas, resultando em impactos significativos para essa parcela da população.

Os estudos de caso e exemplos analisados demonstraram a urgente necessidade de políticas públicas e respostas institucionais que considerem a interseccionalidade de gênero e meio ambiente, visando a proteção e inclusão das pessoas trans. As estratégias para a mitigação da transfobia ambiental, sobretudo por meio da educação e sensibilização, apresentam-se como caminhos promissores para a promoção de ambientes mais seguros e inclusivos para todas as pessoas, independentemente da identidade de gênero.

Se faz necessário que ações concretas possam ser tomadas em resposta a estas demandas urgentes e para enfrentar os problemas causados pelas crises e desastres climáticos, assim como enfrentar mais uma forma que a transfobia admite frente as graves violações dos direitos humanos básicos da comunidade trans e travesti.

B) I Seminário Nacional sobre Transfobia Ambiental

A Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (GOLD) com o apoio da ANTRA e diversas instituições, realizou entre os dias 25 e 28 de julho de 2024, em Vitória, o I Seminário Nacional sobre Transfobia Ambiental²⁴³. Este evento pioneiro no Brasil teve como objetivo central abordar a interseção entre questões ambientais e a transfobia, inaugurando um debate essencial sobre o impacto do racismo ambiental na população trans. E representou um marco significativo na promoção de debates sobre as interseções entre meio ambiente e direitos da população trans, contribuindo para a visibilidade e enfrentamento das desigualdades enfrentadas por essa comunidade no Brasil, no sentido de ampliar a conscientização sobre as vulnerabilidades específicas enfrentadas pela população trans em contextos de racismo ambiental.

243 <https://www.seculodiario.com.br/direitos/gold-abre-chamada-para-submissao-de-trabalhos-sobre-transfobia-ambiental/>

C) G20 Social destaca vulnerabilidade da população trans em desastres ambientais²⁴⁴

No dia 15 de novembro de 2024, durante o G20 Social realizado no Rio de Janeiro, organizações LGBTI+ como a ANTRA, ABGLT e Acontece LGBT, entre outras, trouxeram à tona a crescente preocupação com a transfobia ambiental. Durante o evento, foram relatados casos ocorridos na maior enchente do século no Rio Grande do Sul, onde pessoas trans, além de perderem suas casas e pertences, enfrentaram preconceito em abrigos e obstáculos no acesso a serviços públicos. A discussão no G20 Social inaugurou um debate essencial sobre as interseções entre desastres ambientais e as vulnerabilidades enfrentadas pela população trans, chamando a atenção para a necessidade de políticas públicas inclusivas que considerem essas especificidades.

244 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/populacao-trans-esta-entre-mais-atingidas-por-desastres-ambientais-0>

REALIZAÇÃO



APOIO



APOIO INTERNACIONAL

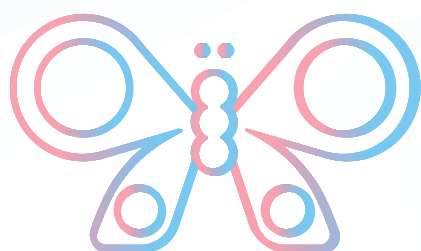


TERMO DE FOMENTO N° 964074/2024



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA





ANTRA

Associação Nacional de
Travestis e Transexuais